

Diário do Legislativo de 19/09/2001

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Ivair Nogueira

Vice-Líderes: José Henrique e Márcio Cunha

2) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Antônio Carlos Andrada

Vice-Líderes: Amílcar Martins e Kemil Kumaira

3) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Costa

Vice-Líder: Alberto Bejani

4) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Cristiano Canêdo

Vice-Líder: Ambrósio Pinto

5) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Alencar da Silveira Júnior

Vice-Líder: Bené Guedes

6) LIDERANÇA DO PL:

Líder: Pastor George

Vice-Líder:

7) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Pedro Pinduca

8) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Márcio Kangussu

Vice-Líder: Luiz Menezes

9) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

10) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Adelmo Carneiro Leão

Vice-Líder: Rogério Correia

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Antônio Andrade (PMDB)

Vice-Líderes: João Pinto Ribeiro (PTB), Gil Pereira (PPB) e Agostinho Silveira (PL)

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Luiz Tadeu Leite (PMDB)

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Ermano Batista (PSDB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Eduardo PMDB Presidente
Brandão

Deputado Hely Tarquínio PSDB Vice-Presidente

Deputado Sebastião PFL
Navarro Vieira

Deputado Cristiano PTB
Canêdo

Deputado Cabo Morais PL

Deputado Sargento PSB
Rodrigues

Deputado Antônio PSD
Genaro

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Miguel Martini

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Irani Barbosa PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dimas PMDB Presidente
Rodrigues

Deputado Aílton Vilela Vice-Presidente

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Ambrósio PTB
Pinto

Deputado Pinduca PPB
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Leite

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Glycon Terra Pinto PPB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Geraldo PMDB Presidente
Rezende

Deputado Agostinho PL Vice-Presidente
Silveira

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Eduardo PFL
Hermeto

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Márcio PPS
Kangussu

Deputado Sávio Souza PSB
Cruz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Luiz Tadeu Leite PMDB

Deputado Cabo Morais PL
Deputado Agostinho Patrús PSDB
Deputado Sebastião Costa PFL
Deputado Ambrósio Pinto PTB
Deputado Luiz Menezes PPS
Deputado Chico Rafael PSB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria José PT Presidente
Haucisen

Deputado João Paulo PSD Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Adauto

Deputado Agostinho PSDB
Patrús

Deputado Bené Guedes PDT

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Durval Ângelo PT

Deputado Irani Barbosa PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Aílton Vilela

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Edson Presidente
Rezende

Deputado Durval Ângelo PT Vice-Presidente

Deputado Luiz Tadeu PMDB
Leite

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Marcelo PDT
Gonçalves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Adelmo Carneiro PT
Leão

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Antônio Carlos PSDB
Andrada

Deputado Bené Guedes PDT

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Paulo Piau PFL Presidente

Deputado Antônio PSDB Vice-Presidente
Carlos Andrada

Deputado José Henrique PMDB

Deputado João Pinto PTB
Ribeiro

Deputado Dalmo Ribeiro PSD
Silva

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Amílcar Martins PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Mauro Lobo PSDB Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB Vice-Presidente

Deputado Anderson PMDB
Aauto

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Luiz Fernando PPB
Faria

Deputado Rogério PT
Correia

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Kemil Kumaira PSDB

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Gil Pereira PPB

Deputado Durval Ângelo PT

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado José Milton PL Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS Vice-Presidente

Deputado Antônio PMDB
Andrade

Deputado Miguel
Martini

Deputado Maria José PT
Hauelsen

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pastor George PL

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Anderson Aduato PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado João Batista de PDT Presidente
Oliveira

Deputado Chico Rafael PSB Vice-Presidente

Deputado Jorge Eduardo PMDB
de Oliveira

Deputado Kemil PSDB
Kumaira

Deputado Paulo Piau PFL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado Sávio Souza Cruz PSB

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Sebastião Navarro PFL
Vieira

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Glycon Terra PPB Presidente
Pinto

Deputado Paulo PMDB Vice-Presidente
Pettersen

Deputado Amílcar PSDB
Martins

Deputado Alencar da PDT
Silveira Júnior

Deputado Djalma Diniz PSD

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Pinduca Ferreira PPB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Antônio Genaro PSD

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marco Régis PPS Presidente

Deputado José Braga PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Elaine PSB
Matozinhos

Deputado Adelmo PT
Carneiro Leão

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Jorge Eduardo de PMDB
Oliveira

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Edson Rezende

Deputado Rogério Correia PT

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Dalmo Ribeiro PSD Presidente
Silva

Deputado Bené Guedes PDT Vice-Presidente

Deputado Adelino de PMDB
Carvalho

Deputado João Leite

Deputado Luiz Menezes PPS

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Alencar da Silveira PDT
Júnior

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Maria Olívia PSDB

Deputado Márcio Kangussu PPS

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Arlen Santiago PTB Presidente

Deputado Bilac Pinto PFL Vice-Presidente

Deputado Doutor Viana PMDB

Deputado Ermano PSDB
Batista

Deputado Dinis Pinheiro PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Dilzon Melo PTB

Deputado Rêmolô Aloise PFL

Deputado Geraldo Rezende PMDB

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Djalma Diniz PSD

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Maria Olívia PSDB Presidente

Deputado Gil Pereira PPB Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Pastor George PL

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elbe Brandão PSDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado Ivair Nogueira PMDB

Deputado Marco Régis PPS

Deputado Dinis Pinheiro PL

SUMÁRIO

1 - DELIBERAÇÃO DA MESA

2 - ATAS

2.1 - 142ª Reunião Especial - Abertura do "Fórum Minas por Um Outro Mundo"

2.2 - 143ª Reunião Especial - "Fórum Minas por Um Outro Mundo"

2.3 - 144ª Reunião Especial - "Fórum Minas por Um Outro Mundo"

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA

DELIBERAÇÃO DA MESA

DELIBERAÇÃO DA MESA Nº 2096/2001(*)

A Mesa da Assembléia Legislativa, no uso de suas atribuições e nos termos da Resolução nº 5.100, de 29/6/91, c/c o art. 6º da Resolução nº 5.130, de 4/5/93, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 867, de 13/5/93, observado o disposto no art. 3º da Resolução nº 5.179, de 23/12/97, regulamentado pela Deliberação da Mesa nº 1.509, de 7/1/98, e de conformidade com as Deliberações da Mesa nºs 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/01, delibera:

fica aprovada a nova estrutura do gabinete do Deputado Sargento Rodrigues, a vigorar a partir de 18/9/01, ficando mantidos, conforme a Deliberação da Mesa nº 2087, de 28/8/01, os provimentos anteriores dos cargos que não sofreram alterações:

Cargo	Padrão
Técnico Executivo de Gabinete II - 4 horas	AL-41
Técnico Executivo de Gabinete II - 8 horas	AL-41
Auxiliar Técnico Executivo II - 8 horas	AL-36
Assistente de Gabinete I - 8 horas	AL-24
Assistente de Gabinete - 8 horas	AL-23
Secretário de Gabinete II - 8 horas	AL-20
Secretário de Gabinete I - 8 horas	AL-19
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Auxiliar de Gabinete II - 8 horas	AL-15
Motorista - 8 horas	AL-10
Atendente de Gabinete II - 8 horas	AL-07
Atendente de Gabinete I - 8 horas	AL-06
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01
Agente de Serviços de Gabinete - 8 horas	AL-01

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 5 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio.

(*) Publicada novamente devido incorreção na publicação anterior.

ATAS

Presidência dos Deputados Ivo José e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Profa. Dirlene Marques - Homenagem ao Professor Milton Santos - Exibição de Vídeo - Abertura do primeiro painel: Palavras do Sr. Fernando Máximo - Palavras do Frei Gilvander Luiz Moreira - Palavras do Sr. José Maria de Almeida - Palavras do Sr. Gil Introini - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Ivo José - Olinto Godinho - Mauri Torres - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelman Carneiro Leão - Ailton Vilela - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - João Leite - Luiz Fernando Faria - Luiz Tadeu Leite - Maria José Hauelsen - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rêmolo Aloise - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Ivo José) - Às 19h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Manoel Costa, Secretário de Turismo, representando o Sr. Itamar Franco, Governador do Estado; José Francisco da Silva, Secretário Adjunto da Justiça e dos Direitos Humanos; Fernando Almeida Alves, Secretário Municipal dos Direitos da Cidadania, representando o Sr. Célio de Castro, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Dirlene Marques, representante da Coordenação do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial; Carlúcia Maria Silva, Secretária da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB -; Fernando Máximo, representante da Executiva da União Nacional dos Estudantes - UNE -; Gilvander Luiz Moreira, Frei da Paróquia Nossa Senhora do Carmo; José Maria de Almeida, Secretário da Central Única dos Trabalhadores - CUT -; Paulo Gil Introini, Presidente da União Nacional dos Auditores Fiscais - Unafisco Sindical -; e Cláudio Gontijo, Assessor-Chefe da Secretaria da Fazenda e Assessor Especial do Gabinete do Governador.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à abertura do Fórum Minas por Um Outro Mundo e à realização do primeiro painel.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela jornalista Daniela Cruz, Assessora de Comunicação da Arquidiocese de Belo Horizonte.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

A cada dia, mais se fortalece a percepção de que o processo de desenvolvimento econômico mundial só favorece determinadas nações e, dentro delas, determinadas classes sociais. Salvo talvez pouquíssimas exceções, não existe país em que certa parcela da população não esteja abaixo da linha de pobreza.

Nessa ótica, será um equívoco dizer que a correção das distorções interessa apenas aos países em desenvolvimento, como o Brasil. Se alguns governos pensam o contrário estão traindo a confiança dos povos que governam. A diferença é que, no caso brasileiro, os desajustes se manifestam de forma mais aguda e abrangente, em razão de políticas oficiais inadequadas. Assim, tudo somado, não será pretensioso dizer que o Fórum Minas por Um Outro Mundo - que estamos abrindo - interessa não só ao Brasil, mas também à Comunidade Internacional das Nações como um todo.

O tema básico deste encontro é "Produção da Riqueza e Reprodução Social". Para realizá-lo, a Assembléia conta com a participação do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, que será realizado no próximo ano, pela segunda vez. Podemos considerar o evento de hoje como preparatório: daqui sairão idéias para subsidiar ampla discussão sobre o problema do desenvolvimento humano.

Como se recorda, o Fórum Social Mundial teve lugar, pela primeira vez, em janeiro passado, na cidade de Porto Alegre. A iniciativa veio contrapor-se ao Fórum Econômico Mundial, realizado na Suíça, e seu objetivo é claro: impedir que um grupo reduzido de países ricos continue a controlar a economia de numerosos países pobres, aumentando a exclusão de muitos e o privilégio de poucos.

O momento presente é de se preocupar. A economia do planeta está entrando em forte desaceleração, tornando particularmente vulneráveis países como o nosso, onde o neoliberalismo e a globalização já haviam agravado a crise. Acontece que, se as práticas neoliberais podem ser abolidas, a globalização é inevitável. Ora, não podemos ficar de braços cruzados. O que temos a fazer é procurar minimizar as perdas e maximizar os ganhos, em benefício do povo. Para tanto, o primeiro passo é sair da camisa-de-força em que o FMI nos colocou.

Realmente, é inútil falar em produção e justa distribuição da riqueza quando somos monitorados por interesses alheios ao bem-estar do povo brasileiro. Estamos sabendo, por exemplo, que o aumento salarial de 3,5%, recentemente anunciado pelo Governo para o funcionalismo federal, foi previamente acertado com o FMI. É evidente que o órgão - representante direto dos capitais colonizadores - não se sensibiliza com o fato de que os funcionários estão há seis anos sem reajuste e a inflação nesse período lhes reduziu ao máximo o poder aquisitivo.

Mas outro mundo é possível, como nos indica o Fórum Social Mundial. Tanto é possível que, aqui mesmo, já vemos a luz no fim do túnel: a recente decisão do Ministério da Saúde de produzir medicamentos para portadores do vírus HIV sem consideração a patentes de multinacionais é medida corajosa e de inegável alcance social. Significa que começamos a demonstrar aquela independência que é nossa e de que havíamos abdicado em favor de terceiros.

Estamos sendo honrados, neste Fórum, com a participação de renomados expositores, os quais discutirão conosco, além dos aspectos já mencionados, outros de igual interesse: o endividamento brasileiro, as eleições de 2002, o caráter social do orçamento público e a corrupção estão entre esses assuntos. Todos dizem respeito à necessidade de reformar, para que a reprodução social seja proporcional à geração de riqueza; para que o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro passe do atual e vergonhoso 79º lugar para posição compatível com nosso "status" de 9ª economia mundial; para que, enfim, o futuro Brasil de todos os brasileiros dê exemplo ao resto do mundo.

Em nome da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, apresentamos nossa saudação aos presentes: autoridades, conferencistas e demais participantes. Recebam nossos agradecimentos e estejam certos de que o Fórum Minas por Um Outro Mundo, como preparação para o Fórum Social Mundial 2002, é iniciativa que o parlamento mineiro leva em especial consideração e da qual muito espera. Muito obrigado. Essas são as palavras do Deputado Antônio Júlio, Presidente da Assembléia Legislativa.

Palavras da Profª. Dirlene Marques

Em nome da Coordenação do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, saúdo as companheiras e os companheiros presentes, os companheiros da Mesa e todos os participantes deste encontro. Em abril, quando começamos a organizar este Fórum, não podíamos imaginar que contaríamos com essa intensa participação que temos hoje. Naquela época, era apenas um minifórum. Mas hoje estamos eufóricos, felizes, porque temos aqui as lideranças do movimento social organizado; porque contamos com pessoas que, querendo participar, encontraram no Fórum o seu espaço; também porque temos na Mesa a representação da política mineira, daqueles que buscam construir uma nova sociedade. Finalmente, estamos muito felizes porque nosso chamamento para debater as dívidas e para nos organizar para elaborar um projeto alternativo conseguiu reunir todos nós. Aqui, então, podemos pensar em um mundo onde prevaleça o interesse do social, não do capital, e onde a exclusão social e econômica não seja mais aceita por nenhum de nós.

Todos sabemos que o modelo neoliberal levou à intensificação dessa exclusão social. Passo a citar alguns números, divulgados pelo próprio Banco Mundial, responsável por esse projeto. Dos 6 bilhões de habitantes do planeta, 2.800.000.000 sobrevivem com uma renda mensal média de US\$60,00; 1.200.000.000, com apenas US\$30,00 mensais. Nesse processo de concentração de renda temos, na ponta de cima, apenas 4 cidadãos norte-americanos - Bill Gates, Oaul Allen, Warren Buffet e Larry Ellison -, que possuem, juntos, fortuna equivalente ao PIB de 42 nações pobres com uma população de 600 milhões de habitantes. Além disso, apenas 447 bilionários têm renda equivalente à de metade da população mundial. E, finalmente, apenas 200 empresas transnacionais controlam 28% da riqueza mundial.

Qual a lógica subjacente a isso? Não aceitamos essa lógica que congela salários de importantes setores da sociedade e os obriga a se organizar para conseguir um reajuste mínimo. É esta a nossa situação: universidades, técnicos administrativos e trabalhadores da saúde e da educação em greve.

Para enfrentarmos essa lógica, organizamos o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, porque acreditamos que a unidade, a organização e a defesa de um ideal tornam possível construir alternativas ao projeto que aí está. Para isso, buscamos apoio e conseguimos, mais uma vez, espaço nesta Assembléia, que, cumprindo seu papel histórico como Casa do povo, oferece infra-estrutura para este evento. Somos gratos por isso.

Agradecemos também à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, que, tendo sua prática orientada para um projeto democrático popular, garantiu divulgação e infra-estrutura para o Tribunal da Dívida, que encerrará nosso Fórum.

É preciso, no entanto, registrar que, desde maio, quando começamos a organizar este trabalho, tentamos reiteradamente entrar em contato com Lula, Ciro Gomes, Itamar Franco e Garotinho, para convidá-los para o evento. Incompreensivelmente, não conseguimos espaço em suas agendas. Convidamos, então, para substituí-los - com mais qualidade -, representantes do movimento social organizado. Estão conosco os Srs. José Maria de Almeida, da CUT nacional; Fernando, da UNE, e Paulo, da UNAFISCO Sindical.

Encerramos com as palavras do Prof. Milton Santos, nosso homenageado: "Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos, e não os países ricos; os desertados e os pobres, e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas, e não o homem acorrentado; o pensamento livre, e não o discurso único.

Os pobres não se entregam e descobrem a cada dia formas inéditas de trabalho e de luta. A semente do entendimento já está plantada, e o passo seguinte é o florescimento em atitudes de inconformidade e, talvez, de rebeldia.

Contamos com todos, para juntos construirmos um Brasil e um mundo em que a discriminação e a opressão façam apenas parte da história.

Toda a emoção de estar aqui, diante de tantas pessoas que vieram e engrossaram nossa luta, me fez esquecer, porque não anotei, que também convidamos para participar desta Mesa, representando um grande movimento, do qual nós, do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, estamos assumindo essa luta, pelo Jubileu Sul, o Frei Gilvander, a quem encaminho minhas desculpas, por não ter citado sua presença aqui. Este é um grande movimento, que todos estamos levando em relação às dívidas externa, do ano passado, e interna, deste ano. Obrigada.

Homenagem ao Professor Milton Santos

O Sr. Presidente - A Presidência concede a palavra à Sra. Carlúcia Maria Silva, Secretária da CNBB, que prestará homenagem ao Prof. Milton Santos, titular do Departamento de Geografia da USP, falecido em 24 de junho deste ano. Poderemos rever sua imagem em gravação de palestra com que honrou esta Casa, na Escola do Legislativo, em 1997.

A Sra. Carlúcia Maria Silva - Milton, os que lutamos por um mundo melhor trazemos conosco o teu sorriso tímido, o teu sorriso confiante. Trazemos conosco tuas idéias de que um outro mundo, solidário e justo, é possível. Possível e necessário.

Trazemos, Milton, tua esperança e tua radicalidade, porque só a crítica radical do mundo existente permite alimentar a esperança e o sonho.

Porque o que deixou em nós, Milton, foi a vontade de cada vez mais estar com os de baixo, com os explorados, os oprimidos, os ofendidos, os humilhados, os discriminados, os excluídos. De lutar com eles e por eles, por um mundo em que não haja exploração, opressão, ofensa, humilhação, discriminação, exclusão.

A tua vida e a tua obra, Milton, demonstram como a verdade, a consciência, os valores, o estudo, o conhecimento assentado na prática e nos interesses dos pobres da cidade e do campo são a matéria-prima da dignidade e do decoro. Porque assim foi tua vida e assim foi a obra que construiu com o melhor de ti mesmo. Com todos os esforços, inclusive aquelas parcas horas que conseguiu dedicar até aquele último dia, lendo, escrevendo, ensinando, anotando, pensando.

No presente evento, que se apresenta como preparação para o Fórum Social Mundial 2002, o acervo de 40 livros e 300 artigos, deixado por esse intelectual baiano, se mostra rico como fonte de pesquisa, patrimônio e, acima de tudo, reflexão. Na abertura deste Fórum, façamos de suas palavras as nossas, para que Minas esteja de fato preparada para um outro mundo. Ele disse: "De um certo ângulo vejo uma globalização da qual não gosto. Mas posso ver fatos pelo avesso e ter esperança. A globalização como está aí é fenômeno perverso, e tento mostrar que é possível fazer de outro modo. Beneficia poucas pessoas e maltrata a maioria. Essa história de globalização, aldeia global, cidadão do mundo é vocabulário enganoso.".

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Dando prosseguimento às homenagens ao Prof. Milton Santos, teremos a apresentação de um vídeo.

- Procede-se à exibição de vídeo.

Abertura do 1º Painel

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Daremos início ao primeiro painel do Fórum Minas por Um Outro Mundo, cujo tema passa a ser "O Endividamento Brasileiro e os Movimentos Sociais", uma vez que, como já foi esclarecido pela Sra. Dirlene Marques, os candidatos à Presidência da República se viram impedidos de participar por problemas de agenda.

Palavras do Sr. Fernando Máximo

Cumprimento as entidades presentes, o coletivo do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, pela realização do evento, e todos os participantes. Está havendo grande participação com várias pessoas de partes do Estado. Gostaria ainda de justificar a ausência de Felipe Maia, Presidente da UNE, que não pôde participar da atividade de hoje por estar em Brasília, no Congresso Nacional, onde hoje acontece o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Movimento Estudantil e da Educação, contrapondo a grande ofensiva do Governo Federal para com a nossa entidade maior, a UNE.

Após dez anos de implementação do neoliberalismo em nosso País, o que se pôde observar é um quadro caótico, sobretudo nos últimos anos, e o Governo Federal prossegue firme em sua política entreguista.

As crises políticas e econômicas e a crescente crise social que decorre da expansão, concentração e centralização do capital, conduzida em escala planetária, principalmente pelo hegemonismo do imperialismo norte-americano, excluem a grande maioria da população do processo produtivo e do acesso ao conhecimento.

No Brasil, o sistema federal de educação vive grave crise. Desde o primeiro mandato de FHC, o Ministério da Educação, comandado pelo Ministro Paulo Renato de Souza, procura adequar nossas universidades à chamada "nova" ordem mundial, expressa nas orientações dos documentos para o ensino superior do Banco Mundial e agora, há três meses, em orientação direta do Fundo Monetário Internacional, sendo ambos com objetivos de subordinar os países em desenvolvimento aos centros de tecnologia do primeiro mundo.

É por isso que as universidades federais têm sofrido uma política de desmonte de seu patrimônio científico e tecnológico. Os recursos da União para o investimento da educação minguam, tendo sido reduzidos em R\$460.000.000,00 entre 1995 a 2000. Enquanto isso, no mesmo período, o Brasil pagou mais de R\$250.000.000.000,00 com os juros, encargos e amortizações da dívida interna e externa.

Já o ensino particular tem sido privilegiado pela política governamental. Para se ter uma idéia, na década de 70 éramos apenas 1% da população no ensino superior, estando 70% nas universidades públicas, e os 30% restantes no ensino privado.

Hoje continuamos a ser pouco mais de 1% da população, um dado dramático e que perde para vários outros países, principalmente os da América Latina. Em 2000, 75% dos estudantes universitários estão matriculados nas universidades particulares. Essa é a lógica do Governo Federal.

É a lógica de se privilegiar os compromissos internacionais e os banqueiros e deixar as áreas sociais defasadas. Depois de todo o processo de desnacionalização do patrimônio brasileiro, construído a grande custo, durante a história, pelo povo, a saúde, a educação e a condição de vida de nosso povo são alarmantes.

É nesse contexto que acontece uma visível efervescência dos movimentos sociais em todo o mundo e no Brasil; seja no movimento estudantil, de trabalhadores, camponeses, bem como outros movimentos organizados.

O Fórum Social Mundial, em sua primeira edição, em Porto Alegre, reuniu, além de todos os setores que construíram o vitorioso plebiscito da dívida externa, diversas entidades, organizações parlamentares do Brasil e de todo o mundo, demonstrando a necessidade da organização de uma luta global anticapitalista, na perspectiva de construção de um novo mundo.

Nós, estudantes, acreditamos na força e dimensão que o fórum vem tomando. Na Argélia, na última quinzena, durante o 15º Festival Mundial da Juventude e dos Estudantes, a UNE, a UBES, vários estudantes brasileiros realizamos uma ampla divulgação junto a diversas organizações de juventude e entidades estudantis que demonstram grande adesão à participação no fórum em 2002, tendo gerado a garantia de grande participação. A projeção é reunir mais de 70 mil pessoas. Nós, estudantes, vamos promover um grande acampamento em Porto Alegre, em janeiro de 2002. Estamos estendendo o convite a todos.

Pretendemos, aqui, nesta etapa preparatória e neste vitorioso evento, pontuar algumas questões que para nós são imprescindíveis, como a resistência contra a implementação da ALCA e a vergonhosa concessão da Base de Alcântara, que vem tomando grande dimensão e pode ser votada esses dias no Congresso Nacional. Somos contra, e queremos debater, a militarização da região amazônica, e contra o demagógico Plano Colômbia, que os Estados Unidos querem implementar na América Latina.

Em conjunto com a ascensão dos movimentos antiimperialistas, cresce também a repressão das elites dominantes. Voltamos a ver cenas comparadas aos terríveis momentos da ditadura. A morte do jovem Carlos Giuliano, em Gênova, na manifestação contra o G-8 há um mês; a repressão dos estudantes da UFBA; a ação da polícia na lastimável comemoração dos 500 anos contra o MST em Salvador; a ação da polícia, ontem, vivenciada por nós, aqui em Belo Horizonte, contra o legítimo movimento dos estudantes, servidores e professores da UFMG. É contra o Governo Federal, que há 15 dias apresentou uma medida provisória visando atacar o conjunto do movimento estudantil, a UNE, como fez também contra o MST, e vem fazendo contra a CUT. É a lógica desse Governo.

Gostaria de finalizar dizendo que ações repressivas como essas fazem fortalecer e unificar o nosso movimento. O Fórum Social é um grande espaço, amplo, tem adesão de vários movimentos. Temos a convicção de que venceremos e seremos todos protagonistas deste novo mundo.

Convido a todos a participar, no período de 24 a 27 de outubro próximo, do fórum mundial da educação que acontecerá em Porto Alegre, como etapa preparatória. Convido os estudantes, professores e profissionais da área da educação para acumularmos e construirmos juntos um grande fórum em janeiro de 2002, em Porto Alegre. Muito obrigado.

Palavras do Frei Gilvander Luiz Moreira

Prefiro falar de pé e um pouco à esquerda. Boa-noite. É tremendamente eloquente e simbólico o fato de estarmos abrindo esse fórum à noite, pois vivemos em uma noite escura e profunda, mas, de dentro dela, estaremos construindo e anunciando uma nova aurora, em que poderemos dizer com alegria, do fundo do coração, para todos os brasileiros: bom-dia! Será um bom-dia quando as pessoas tiverem cidadania, reforma agrária autêntica e educação com qualidade para todos. Companheiras e companheiros, co-inspiradores de um mundo diferente, mais justo e fraterno, paira sobre meus ombros a responsabilidade de falar em nome de todos os que abraçam a Campanha Jubileu pelo cancelamento geral e irrestrito das dívidas externas dos países empobrecidos. Essa campanha está presente em cerca de 50 países, onde a globocolonização está crucificando milhões de pessoas em todos os países do planeta Terra, nossa única casa.

Neste momento, é importante recordar o processo de gestação da nossa luta contra a dívida externa. As realizações importantes que fortaleceram a luta contra a dívida externa foram:

- 1) Em 1991, foi realizada a I Semana Social Brasileira, cujo tema foi "Mundo do Trabalho e Novas Tecnologias".
- 2) As celebrações em torno do Jubileu 2000.
- 3) A Terceira Semana Social Brasileira, que de 1997 a 1999, aprofundou o tema "Resgate das dívidas sociais.

4) Várias igrejas cristãs promoveram o simpósio: Dívida externa, implicações e perspectivas em 1998.

5) Em 1999, realizou-se o Tribunal Popular da Dívida Externa no Rio de Janeiro, com 1200 participantes, no teatro onde foi enforcado Tiradentes. A partir daí, nasce a idéia de uma consulta à população. Tratava-se de descobrir um instrumento adequado para levar o debate às bases, envolver o povo, popularizar esse processo de reflexão. O instrumento encontrado foi realizar o plebiscito popular da dívida externa.

Depois da grande vitória do Plebiscito das Dívidas Externa e Interna, convocado pela CNBB e movimentos populares, com mais de 6 milhões de votos em um curto espaço de tempo de mobilização, o povo consciente e organizado gritou forte: "Já pagamos demais, queremos dignidade e paz!". Nosso lema é a vida de todos e de tudo acima das dívidas. O plebiscito de comparecimento não-obrigatório, realizado com lisura e transparência em todas as unidades da Federação, envolvendo cerca de 100 mil voluntários, indicou-nos que o aparentemente impossível à primeira vista pode se tornar possível se lutarmos aguerridamente, em conjunto, de modo organizado.

O Plebiscito da Dívida Externa fez parte do calendário de mobilizações da Campanha Internacional do Jubileu 2000, iniciada pelo Papa, que prega o cancelamento das dívidas dos países empobrecidos. Essa iniciativa reúne hoje, em todos os cantos do mundo, igrejas cristãs, muçulmanas, afro-brasileiras e organizações não governamentais que acreditam que o desenvolvimento da humanidade exige o desendividamento dos países empobrecidos.

O povo deve saber que Orçamento da União do ano passado dedicava R\$144.000.000.000,00 ao serviço e rolagem das dívidas interna e externa e apenas R\$33.000.000.000,00 para a área social.

Também queremos entender como a dívida externa brasileira cresceu de US\$148.000.000.000,00, quando FHC tomou posse em janeiro de 1995, para US\$241.000.000.000,00, em dezembro de 1999, apesar de o Brasil ter pago US\$186.000.000.000,00 no período de 1995 a 1999.

De 15 a 21 de julho deste ano aconteceu em Gênova, na Itália, paralelo à reunião do G-8 (os oito gigantes), a Semana Mundial de Protesto contra a Dívida Externa. O lema é "Anular a dívida já!"

E triste constatar que quase todos os nossos credores são países cristãos. Rezam todos os dias o Pai-Nosso, dizendo *'Pai-nosso... perdoa as nossas dívidas assim como nós perdoamos aos nossos devedores'*. Que hipocrisia! Curioso é, que quando a dívida externa começou a se tornar eterna, mudaram a tradução do Pai-Nosso. Em vez de pedir "perdoa as nossas dívidas", começaram a pedir "perdoa as nossas ofensas". Mas Jesus se referia a dívida, não a ofensa. Logo, a melhor tradução é dívidas, e não, ofensas. Será que perdoar ofensa é mais fácil que perdoar dívida? É claro que a questão foi deslocada do âmbito da economia, uma das principais colunas da nossa vida social, para o âmbito da moral, que muitas vezes é determinada por quem comanda a economia.

Na Bíblia, há o Jubileu bíblico, descrito no livro do Levítico (Lv 25, 8-12). Quando Jesus apresenta sua plataforma de ação na sinagoga da pequena Nazaré (Lc 4, 16ss), na Palestina, proclama um Ano de Graça, ou seja, um Jubileu. A sociedade deveria entrar em júbilo, numa alegria geral fundada em estruturas de justiça. O povo da Bíblia praticou por muitas vezes o Jubileu, de 50 em 50 anos. No ano do Jubileu, toca-se o "berrante", o que acontece no primeiro ano após 49 anos, isto é, após 7 vezes 7 anos. Nesse Jubileu, todas as dívidas devem ser perdoadas; todas as terras devem voltar ao primeiro dono (aos ancestrais); todos os escravos devem ser libertados. Enfim, Jubileu é tempo de fazer uma reorganização geral na sociedade; tempo para recriar a vida e as relações humanas com fraternidade, solidariedade libertadora, reconciliação e novos sonhos.

Jesus, ao proclamar o Ano do Jubileu, pelo seu ensinamento libertador respaldado por uma prática amorosa e libertadora, reintegra os excluídos. Por isso Jesus foi condenado à morte, mas ressuscitou. Por isso o ideal não morre. Com a ressurreição de Jesus, as utopias jamais morrerão; os sonhos de libertação jamais serão pesadelos; a luta dos pequenos será sempre vitoriosa (ainda que custe muito suor e sangue); e a forças da vida terão sempre a última palavra.

Enfim, a Bíblia nos ilumina e nos anima a continuarmos na luta para que seja feita uma auditoria cidadã da dívida e(x)terna e para que, constatada sua ilegitimidade, deixemos de pagar o que já foi pago diversas vezes. A dívida e(x)terna está igual a rabo de égua: quanto mais se corta, mais cresce. Não podemos nunca esquecer que o Primeiro Mundo tem uma enorme dívida ecológica para conosco, pois está devastando nossa Mãe Terra e ameaçando de extinção toda a vida sobre o nosso planeta.

Somos credores de uma grande dívida ecológica.

Os juros exorbitantes da dívida e(x)terna, pagos com sangue do povo, movimentam a indústria bélica no mundo. Quantos milhões de irmãos nossos, africanos, já foram assassinados com as minas anti-homem? Quantos estão mutilados? Serão necessários mais de 50 anos para eliminar as minas anti-homem espalhadas pela África afora. Tirar o pão da boca do povo pobre para dar dinheiro para movimentar indústria bélica é uma injustiça que clama aos céus.

Todo o povo precisa saber que o Governo FHC, encabrestado pelo FMI, está pagando, com o sangue do povo brasileiro, US\$12.000.000.000,00 por ano somente de juros da dívida externa, dívida esta (em grande parte) ilegal, injusta, ilegítima, impagável, iníqua e absurda, insustentável ética, jurídica e politicamente, a qual já pagamos diversas vezes. Essa dívida sustenta a submissão e a escravização da sociedade ao poder financeiro da usura e da globalização do capital e de transferência de riquezas para os credores.

Gostaria de recordar o grande profeta D. Pedro Casaldáliga, que profetiza, alertando com palavras de fogo, que "a manutenção do pagamento da dívida (de seus juros exorbitantes) significa a maior guerra que já aconteceu na história humana. Ela é o holocausto de continentes inteiros".

É tão forte o grito dos excluídos, é tão grande a massa dos desertados, que só corações de pedra serão capazes de desviar o olhar e fazer de conta que nada ouviram. É tão escandalosa a distância entre os ricos e os pobres que é impossível aceitar que seja algo natural. Não é justo que tantos sofram e até morram para manter em dia compromissos duvidosos do endividamento externo e interno do País.

Em nome do pagamento da dívida e(x)terna, o sangue criminosamente tirado das veias do nosso povo, o dinheiro produzido pelo esforço dos brasileiros, sobretudo dos trabalhadores, está saindo da Nação e deixa de ser aplicado em obras e programas sociais que são direito do povo e obrigação dos Governos. É hora de dizer um basta a essa injustiça que clama aos céus. Com o sucesso do plebiscito, vencemos a primeira batalha. Vamos continuar esta luta sublime.

Nossa mobilização continua, agora por uma auditoria cidadã da dívida, pela realização de uma auditoria oficial, por um plebiscito oficial, na formulação de um modelo alternativo de desenvolvimento econômico e social, na participação do Brasil na campanha internacional Jubileu Sul.

Devemos realizar um Encontro Continental das Campanhas da Dívida dois dias antes do próximo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Já está agendada também a realização de um Tribunal Mundial da Dívida durante o próximo Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. É hora de continuar gritando: "Já pagamos demais, queremos dignidade e paz! Queremos a vida acima da dívida!". Muito obrigado.

Palavras do Sr. José Maria de Almeida

Assim como o Frei, vou falar de pé, mas deste lado eu fico à esquerda do Plenário. Boa noite, companheiros e companheiras. Boa noite moçada. Vamos fazer um acordo: dormir só do meio da minha fala para a frente. Gostaria de colocar aqui algumas opiniões que refletem a posição da nossa Central, e provavelmente muitas coisas que vou dizer são minha opinião pessoal. Este fórum tem uma importância muito grande não só para os movimentos sociais, para as lutas da juventude e dos trabalhadores do Brasil, como também para todos aqueles que estão preocupados com a construção do futuro do nosso País.

O Frei acabou de colocar alguns dados muito importantes sobre a dívida externa. Para dar outra referência de data, em 1985, a dívida externa do Brasil era de US\$105.000.000.000,00. De 1985 a 1998, pagamos US\$335.000.000.000,00, mais de três vezes o valor de 1985. No entanto, em 1998, a nossa dívida estava na casa dos

US\$243.000.000.000,00. Essa dívida é impagável, é um instrumento de repasse das riquezas produzidas pelo trabalho dos povos dos países do Terceiro Mundo para a sede das grandes multinacionais, dos grandes Bancos, que estão nos países que compõem o G-7. Neste ano, nosso País, imerso nesta imensa crise social - a Fundação Getúlio Vargas nos informou dias atrás que temos 52 milhões de indigentes - vai pagar, entre juros e encargos das dívidas externa e interna, US\$83.400.000.000,00, 3 vezes mais do que aquilo que o Governo vai investir nas chamadas áreas sociais. Essa é a razão por que não há dinheiro para educação, saúde, reforma agrária, moradia popular, para as obras de infra-estrutura que impedissem que chegassemos a essa crise energética. Na verdade, esse mecanismo da dívida não é novo.

Vivemos, na América Latina, na década de 80, um segundo momento da chamada crise da dívida. Isso se manifestou com grande magnitude, deixando conseqüências trágicas para essas populações. No Brasil, não preciso descrever a situação em que vivem os trabalhadores e a juventude brasileira. Estamos assistindo à destruição da Argentina, à sua degradação sem precedentes, em função da insistência de um Governo submisso, subserviente, ao implantar, à risca, sem mudar uma vírgula, todo o receituário ditado pelo FMI, para que possa continuar pagando a bendita ou maldita dívida externa. A Argentina chegou ao absurdo de votar uma lei que obriga o Estado a colocar, como prioridade absoluta, o pagamento da dívida externa, antes mesmo do pagamento dos servidores, antes do investimento em saúde. Isso é lei na Argentina. É uma expressão extremada da subserviência que caracteriza os Governos desses países. Na verdade, esse processo de endividamento, de transferência de riquezas para a sede das multinacionais é a ponta de lança de um processo muito mais amplo que leva a uma verdadeira recolonização dos países do Terceiro Mundo. Não é mais a colonização que sofremos por parte de Portugal. Agora, é a colonização dos Estados Unidos, que subordina completamente as definições de política econômica, os interesses em termos de economia, de desenvolvimento social de cada País às determinações do capital financeiro internacional. Praticamente, toda a política econômica implementada pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, desde sua posse, está voltada para assegurar a satisfação das exigências das grandes multinacionais. A dívida externa é uma expressão dela. E, para assegurar o pagamento da dívida, sofremos a implementação de políticas, como o processo de privatização das empresas estatais, a destruição, o enxugamento ou a construção do chamado Estado mínimo, que significou um corte dramático dos investimentos públicos nas chamadas políticas sociais, que se expressa no arrocho do salário dos funcionários federais, que se encontram em greve depois de sete anos de luta, na destruição dos serviços públicos de saúde e educação, no avanço da privatização de serviços essenciais à população brasileira.

A crise energética é conseqüência dramática da falta de investimentos nessa área, porque os investimentos nas empresas estatais são rotulados pelo capital financeiro internacional como aumento de déficit público do Governo e, portanto, estão proibidos por acordos com o FMI, como esse que o Governo assinou há cerca de 15 dias. O Governo tem construído mecanismos - da mesma maneira que ocorreu na Argentina - para assegurar o cumprimento dessa meta, ou seja, a satisfação das exigências do capital financeiro internacional, custe o que custar ao povo brasileiro. Um desses instrumentos é a Lei de Responsabilidade Fiscal, que normatiza não só os gastos da União, mas também dos Estados e dos municípios. Essa lei tem uma importância muito grande neste momento, porque o seu objetivo é regular os gastos das estatais da União, dos Estados e dos municípios, enxugando-as a ponto de permitir que o Governo arrecade recursos que lhe dêem condições de arcar com o pagamento dos tais 83 bilhões que temos de pagar aos banqueiros em 2001.

Isso traz conseqüências concretas para a vida das pessoas. Há pouco, vimos lá fora uma manifestação dos professores e dos médicos - funcionários da Prefeitura de Belo Horizonte -, que estão reivindicando aumento de salários. Um dos argumentos da Prefeitura é o de que não pode conceder esse aumento porque a Lei de Responsabilidade Fiscal a impede. É preciso dizer que, infelizmente, esse Governo, que se autodenomina democrático-popular, prefere respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal, prefere atender às exigências do FMI, e não às necessidades da população e de seus servidores. Eu, enquanto dirigente, e a nossa Central, enquanto instituição, estamos completamente solidários com a luta dos servidores municipais de Belo Horizonte e nos somamos àqueles que exigem de Célio de Castro o cumprimento do seu mandato e o atendimento à reivindicação dos servidores. Desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal é uma obrigação daqueles que se colocam como defensores da democracia e dos interesses da classe trabalhadora brasileira. É obrigação desrespeitar essa lei, da mesma maneira que o povo brasileiro deve lutar para construir as condições necessárias, a fim de que o Brasil rompa com todos os acordos feitos com o FMI e pare imediatamente com o pagamento dessa dívida, porque não há como construir um futuro para o País, atender às necessidades básicas da população, se não estancarmos essa sangria.

Seria importante se os pré-candidatos à Presidência da República estivessem aqui, porque o debate sobre esse tema é muito importante. Aliás, uma exigência mínima, básica, que temos de fazer a todos aqueles que se dizem oposição ao neoliberalismo é que assumam de público o compromisso de que, ganhando as eleições para a Presidência da República, tomarão como primeiras medidas o rompimento dos acordos com o FMI, assinados pelo atual Governo, e a suspensão imediata do pagamento da dívida externa.

Há um pré-candidato que compareceu, apesar de seu nome não constar na programação original deste encontro. O PSTU lançou um pré-candidato à Presidência da República, cuja missão é defender uma frente classista, uma frente de trabalhadores que possa construir uma unidade de esquerda, apresentando uma candidatura única, com um programa anticapitalista para as eleições de 2002. Seria importante que participássemos do debate que estava programado inicialmente. Amanhã, estaremos fazendo um pré-lançamento no Sindicato dos Metalúrgicos, em Contagem. Estão convidados todos os que desejarem discutir com o PSTU as suas opiniões sobre as eleições do próximo ano.

Para encerrar, gostaria de dar-lhes conhecimento de uma discussão que fizemos na última reunião da direção de nossa central. É muito importante constatar o grau de subordinação em que se encontra a economia de nosso País aos interesses do capital financeiro internacional. É muito importante constatar que, para eles, não basta a situação em que já nos encontramos. A Área de Livre Comércio das Américas - ALCA -, que vem sendo proposta pelo Governo norte-americano, pretende levar esse grau de subordinação a um patamar superior. Além de manter-se essa sangria, pelos mecanismos das dívidas externa e interna, pretende-se que o controle da regulação econômica dos diversos países e de seus mercados seja completamente assumido pela ação das empresas com sede nos Estados Unidos da América, o que significaria elevar o grau de colonização e de exploração sobre a classe trabalhadora dos países do Terceiro Mundo a um patamar muito superior ao de hoje.

Mas não basta constatar tudo isso. É preciso que, com essa constatação, consigamos levar para as ruas do País o povo e a juventude que votou no plebiscito da dívida externa no ano passado - mais de 6 milhões de pessoas -, para que possamos produzir um amplo movimento político que não apenas impeça a implantação da ALCA, mas também que obrigue os Governos dos nossos países, sejam quais forem, a suspender imediatamente o pagamento dessa dívida, a parar imediatamente com essa sangria e a canalizar esses recursos para o atendimento das necessidades dos trabalhadores dos nossos países. Nesse sentido, é muito importante que as nossas organizações - a CUT, a UNE, os diversos movimentos sociais, os partidos políticos de esquerda - retomem, a partir do plebiscito do ano passado e da proposta aprovada em Quebec da realização de um plebiscito continental contra a ALCA, um processo de debate e de mobilização do nosso povo, para que possamos retornar àquelas jornadas memoráveis de luta, que nos levaram a construir aquela Marcha dos Cem Mil a Brasília, colocando novamente o povo nas ruas. E, com o povo nas ruas e mobilizado, da constatação desse crime que está sendo cometido contra ele, vamos passar à derrota do projeto sustentado pelo Governo Fernando Henrique, pelas multinacionais e pelos banqueiros internacionais e vamos poder abrir as condições para construir, em nosso País e em nossa América Latina, um projeto político, econômico e social que possa resgatar a dignidade de nosso povo, um projeto socialista da sociedade.

Palavras do Sr. Paulo Gil Introini

Cumprimento os integrantes da Mesa, as entidades que organizam esse evento, os presentes e os representantes de cerca de 150 entidades. De nossa parte, estamos aqui representando um segmento dos servidores federais, o Fisco Federal; representamos os trabalhadores do órgão que busca recursos para financiar as políticas públicas.

Começaria contando a história de uma campanha que lançamos em abril de 2000, chamada "Chega de Confisco", visando, em última instância, a diminuir a cobrança de imposto de renda daqueles que não deveriam pagar tanto e impedir a cobrança dos que nada deveriam pagar. Também lançamos a campanha "Chega de Contrabando", cujo objetivo principal é o de alertar a sociedade brasileira para os perigos das fronteiras sem proteção, dos portos e aeroportos. Uma campanha que mostra, por exemplo, que essa fragilidade pode ocasionar a perda de pelo menos 1.500.000 empregos a cada ano.

Quando lançamos essas campanhas, com o apoio de peso de muitas entidades, as pessoas nos perguntavam: Não são vocês mesmos que fiscalizam o Imposto de Renda, fazem a cobrança e a fiscalização das fronteiras? Como podem, então, estar em campanha contra o confisco e o contrabando?

Respondemos: Somos servidores públicos, e não de governo.

Os sindicatos de servidores públicos têm pela frente o desafio de compatibilizar a defesa de suas questões específicas com os interesses gerais da sociedade. Trabalhamos num órgão que tem como tarefa arrecadar, para financiar as políticas públicas e o Estado brasileiro.

Trazemos duas questões para reflexão: A quem são destinados os recursos públicos que arrecadamos? Quem financia o Estado brasileiro e suas políticas públicas? De quem são extraídos os recursos para o financiamento do Estado brasileiro?

Os que me antecederam falaram bem sobre os gastos. O serviço da dívida para 2001 pode chegar a R\$140.000.000,00; os impostos da União, a R\$88.000.000.000,00. Sem considerar os outros gastos, só para pagar a dívida, já faltam R\$52.000.000.000,00. O que vai acontecer? O Governo vai ter de destinar ao pagamento do serviço da dívida os recursos das contribuições sociais, que deveriam ir para saúde, educação, habitação e gastos sociais. A amortização e o refinanciamento da dívida representam 64% do orçamento federal. Esses

dados mostram tudo sobre o caráter do gasto público.

Mesmo os gastos que não são destinados ao serviço da dívida são regressivos. A parcela da população que mais precisa recebe recursos em proporção menor do que a que menos precisa.

Quem financia as políticas públicas? A resposta a essa pergunta pode ser dada com uma rápida avaliação da mudança de perfil da arrecadação da União nos últimos cinco anos. No mesmo período em que a tabela do Imposto de Renda ficou congelada, o Governo assumiu uma inflação de 35%. Nesse período, a cobrança de renda na fonte sobre os assalariados cresceu o dobro da inflação: 68%. A COFINS, contribuição que incide sobre a receita das empresas repassada ao preço das mercadorias - e quem paga somos nós, consumidores -, cresceu 23%. Enquanto isso, o Imposto Territorial Rural, que deveria desestimular o latifúndio improdutivo e gravar de forma pesada os latifúndios, num país campeão da concentração de terra, cresceu apenas 2%.

Estão às claras as prioridades políticas do Governo. Nosso sistema tributário é um Robin Hood às avessas. Tributamos os que não têm capacidade econômica, para distribuir entre os que têm. Tudo isso, sem falar dos privilégios, dos benefícios fiscais, do esvaziamento do fisco, da falta de combate à sonegação.

A conclusão é óbvia: os gastos são regressivos, e a tributação é regressiva. Qual é a tônica disso? A geração de superávits primários, para reservar um montante que será o pagamento da dívida, o montante dos credores.

A dívida é um instrumento de dominação - isso é muito claro para nós. Os credores impõem suas condições e suas regras, que informam o objetivo estratégico do capital transacional financeiro. Que condições são essas? Que os países reestruturarem sua economia nacional e seu Estado; que se consolide uma economia de exportação com mão-de-obra barata; que haja privatizações em massa - no Brasil, houve privatizações selvagens, que corresponderam a 20% do PIB - e que se privatizem os filões lucrativos do Estado, para o pagamento da dívida.

Algumas vezes, esses recursos não chegam nem para o pagamento das dívidas, como foi o caso do Brasil, em que aconteceram as "privatarias", as quase doações.

Reforma nos aparelhos do Estado, de forma a flexibilizar o serviço público. Na ótica de cortar gastos, não priorizar os serviços públicos e politizar a administração pública, para que seja menos Estado e mais Governo, flexível aos interesses do Governo de plantão. Os servidores públicos têm que dar esse testemunho.

Precarização das relações trabalhistas e Lei de Responsabilidade Fiscal, como lembrou o companheiro. Resultado: aumento do desemprego, das desigualdades e da pobreza. E a pobreza, cabe chamar a atenção, é elemento funcional desse modelo, é condição implícita dos acordos com o FMI. Por quê? Qual é essa lógica? De onde vem isso? Vem de uma diretriz: a administração da pobreza deve ser feita a um custo mínimo para os credores. Então, há uma ligação efetiva entre os remédios econômicos indicados pelo FMI e o crescimento da pobreza, da fome e da miséria. Não é à toa que os estudantes, na década de 60, deram ao FMI o apelido de Fundo da Miséria Internacional. Apenas para citar um exemplo curioso em relação a essa questão, em 1987, na época da moratória decretada pelo Governo Sarney, uma comissão especial foi formada no Senado Federal para examinar a questão da dívida externa brasileira. Relator: Fernando Henrique Cardoso. Amanhã, receberão esse belo panfleto do Comitê. Lembram a declaração de FHC naquele relatório: "A situação que ora vivemos, arrocho salarial direto dos trabalhadores no setor público e indireto de toda a força de trabalho, submissão da política econômica às regras e monitoramento do FMI, acomodação aos interesses dos grandes Bancos internacionais, etc., não passa de encenação da inequívoca demonstração da falta de governo no País". Palavras do atual Presidente. Hoje, não há falta de governo, há um Governo muito forte, com orientação clara, com diretriz, mas um Governo apátrida, que está vendendo o País e massacrando o povo brasileiro. Precisamos inverter esse quadro e vamos fazê-lo. É uma luta do nosso povo e dos outros povos oprimidos. Como trabalhadores do Fisco, temos que dizer: "Não haverá justiça social sem justiça fiscal. Não haverá justiça fiscal sem justiça tributária. Não haverá justiça tributária sem o fortalecimento do Fisco, com transparência e democracia". Como servidores públicos, temos que lutar por nossos direitos, resistir à sua perda, entendendo que se justificam em nome do interesse público, e, fazendo isso, estaremos também resistindo à lógica desse projeto. Como militantes do movimento social, temos que travar a luta específica, compatível com a luta geral. A resistência que fazemos aqui, neste espaço tão importante que é o Fórum Social Mundial, que temos que cultivar, já é o início de nossa construção. Para nós, a aurora de que falou o Frei. E, lembrando Chico, para terminar: "Amanhã vai ser outro dia, apesar de você".

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Presidente - Neste instante, daremos início à fase dos debates. Os participantes poderão formular perguntas aos convidados. Hoje, excepcionalmente, serão aceitas apenas cinco inscrições. As questões poderão ser encaminhadas por escrito ou oralmente, mediante prévia inscrição. Para que possamos agilizar o debate, solicitamos aos participantes que fizerem uso do microfone que se identifiquem e sejam objetivos e sucintos, dispensada a formalidade das saudações pessoais. Cada um dos cinco primeiros inscritos disporá de até três minutos para fazer sua intervenção, sendo garantido o mesmo tempo para as respostas.

Debates

O Sr. Frederico Pecorelli - Boa noite. Sou representante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Educacional e tenho o apoio da PUC-MG e da UEMG. No dia 30 de maio, fomos ao Senado Federal, à Comissão de Educação, para lutar pela garantia dos direitos educacionais, pressionando a Secretária do MEC, Maria Helena Guimarães de Castro.

Dirlene, este seria o momento oportuno para você ter uma fala mais contundente sobre os direitos educacionais. Trata-se de um movimento que está em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Acabei de chegar de Ribeirão Preto, do 10º Seminário Nacional de Direito Educacional, que é uma garantia do povo mineiro, do povo brasileiro e é hoje um discurso da ONU e da UNESCO.

Por que esse discurso? Com a globalização, houve a retirada de todo o apoio à área social. Isto está transformando todas as garantias ao direito à educação, deixando-a como uma benesse, como um "parabéns" e um presente. E não é bem isso. Gostaria que falasse um pouco sobre direito educacional. Muito obrigado.

O Sr. Wanderson Paiva Rocha - Sou Diretor da UEE e Presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Educação da UEMG. Encaminho a minha pergunta ao Fernando Máximo. Hoje, vivemos um dilema nas universidades. A universidade tem uma razão social. Gostaria que explanasse sobre essas dificuldades. Em Minas Gerais, vivemos uma batalha nas duas estaduais. Hoje lutamos por recursos e contra o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que quer fechar as estaduais. Então, é um projeto do movimento estudantil frente à razão social das universidades públicas federais e estaduais de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Júlio Jader Costa - Sou pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho Humano - UNITRABALHO -, do Grupo de Socioeconomia Solidária da FAFICH. Amanhã, vamos desenvolver essa temática com o Ricardo na Escola do Legislativo. Mas quero colocar um certo paradoxo em relação à questão do fórum, lembrando a convocatória para o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, onde há o registro de políticas construídas em torno desse Fórum e de que os Governos locais deveriam estar atentos para essa política alternativa desse Fórum, a fim de evitar a repetição das políticas a que esse fórum se contrapõe.

Faço esse registro porque recentemente Belo Horizonte presenciou o evento da desocupação dos perueiros que estavam na Praça Sete organizados em torno de uma demanda social como sujeito político colocando uma demanda como movimento social para negociação. Da mesma forma para os professores e os servidores da Prefeitura de Belo Horizonte tem sido repetido pela Prefeitura o discurso da determinação do econômico sobre a política.

Registro esse paradoxo do fórum, que já encontra em sua sede, no Sindicato dos Economistas, ao ponto que vamos chegar. Quem foi discutir e propôs licitação, com critério social, foram os perueiros. E, quando um funcionário público vai discutir a sua reivindicação legítima e o seu reajuste legítimo, vem a discussão do constrangimento do econômico sobre a política. Então, no sentido da construção de outro mundo possível, isso passa pelo fórum social. Registro que temos de discutir essa autonomia da política e do social em relação ao econômico. Muito obrigado.

O Sr. Paulo Jorge dos Santos - Sou professor, militante dos Movimentos Sociais de Direitos Humanos e dos Negros. Quero, primeiramente, parabenizar pela beleza e pela organização do fórum. Estamos no Ano Internacional de Combate ao Racismo. No dia 28, na África do Sul, haverá uma conferência mundial sobre o assunto. Em Belo Horizonte, no

entanto, o "Governo Popular" acabou com a Secretaria Municipal de Ação da Comunidade Negra, que trabalhava justamente com o negro pobre e favelado.

Por todos os discursos feitos e para todas as pessoas capacitadas e que trabalham realmente por um mundo melhor, gostaria de dizer que 80%, 90% dos excluídos são negros; que, dos sem educação, sem médicos e sem dinheiro, 80% também são negros. Mesmo assim, notei que não tivemos, não por falta de competência, mas por esquecimento, representante de movimento negro na Mesa. Tenho a certeza de que, posteriormente, nas outras discussões, isso será corrigido, e haverá um representante desse movimento, porque estamos todos unidos. Além de discriminados, muitas vezes somos excluídos.

Por outro lado, quero dizer que estou lutando para que possamos fazer um bom fórum, para que possamos mostrar que um outro mundo é possível, que nós, mineiros, somos competentes e que sempre puxamos todo e qualquer movimento social pelo Brasil e também pelo mundo.

A Sra. Jesiane Aguiar Barbosa Bueno - Sou universitária, curso História na UNI-BH. Quanto ao endividamento brasileiro, já se falou que é em virtude de interesses internacionais que estamos arrojados, mas também por causa do Governo Federal, que é uma ditadura branca e que tem imposto a nós que somos os detentores dessa dívida.

Gostaria de ressaltar que a pergunta que vou fazer pode ser respondida por qualquer membro da Mesa que se sentir tocado para falar.

O endividamento também vem para garantir os privilégios da elite agrária, do empresariado, como já foi dito, e do industrial. Por isso, não tenho visto com bons olhos o PT querendo se unir ao empresariado, mais especificamente a José Alencar, que é o maior representante do empresariado no Senado. Tenho visto que isso, de repente, vai virar uma "jornada dos logrados", como já dizia Teófilo Ottoni: vai usar os trabalhadores para votar - eu, por exemplo, sou eleitora do Lula -, mas só se vai atender aos interesses do empresariado.

O Sr. Josias Aguiar Ribeiro - Sou Presidente da Câmara Municipal de Machado e, para mim, é uma honra estar aqui discutindo essa questão social. É claro que a dívida externa e a dívida pública estão nos levando para a miserabilidade. Então, como discutimos a questão social e a pobreza, que vivemos nas bases? Diria a V. Exa., Sr. Presidente, que estamos nas bases, que estamos junto com o povo que está passando fome.

Sabemos hoje o que ocorreu no Estado, uma vergonha o salário de R\$60.000,00 de um Deputado Estadual. Não podemos ficar calados diante dessa falta de respeito com o povo, sobretudo, com o povo que ganha R\$180,00 por mês, um salário de fome, um salário com o qual não se come. Os parlamentares desta Casa desacataram, desrespeitaram o povo de Minas Gerais. Vamos discutir, sim. Vamos discutir questão social com seriedade e com ética, não vamos fazer o que estavam fazendo com o nosso povo. Essa é a maior falta de respeito com o nosso povo. Agradeço a liberdade de expressão.

A maior falta de respeito também é fazer uma Carta Magna obrigando o Chefe do Executivo a investir 25% em educação. Na minha cidade, investimos 40%. Com 25% não se faz educação, não se trata de criança. Deixo o meu protesto, e muito obrigado.

A Sra. Dirlene Marques - Quanto à questão do direito constitucional, acho ótimo a pergunta ter sido dirigida a mim, porque, além de tudo, sou professora e militante dos movimentos sociais. É claro que todos nós, como professores, temos lutado intensamente para que a educação neste País possa encontrar um espaço adequado para poder criar cidadãos capazes de, efetivamente, transformar a nossa realidade. A educação é muito mais uma forma de manutenção de um certo sistema, na medida em que o como se faz isso inviabiliza que as pessoas tenham senso crítico. Falo isso muito pelas mudanças que estão ocorrendo hoje, em especial no ensino superior, que tem levado àquela visão de um pensamento único.

Então, é uma grande satisfação ver toda a universidade em greve e ver, em especial, a reação dos estudantes. Pela primeira vez, depois de ser professora na universidade há 25 anos, em uma greve de professores e de funcionários, vemos que os estudantes não se organizam em solidariedade aos professores. Acho isso absolutamente correto. Não têm que solidarizar a uma reivindicação especial, no caso a salarial, mas sim lutar pelo direito de ter aula, de ter um ensino de qualidade, o que está acabando na universidade pública. Por isso, os estudantes hoje se mobilizam e fazem a sua crítica e a sua greve. Há, portanto, uma greve dos três setores das universidades públicas buscando um ensino de qualidade.

Queria fazer um pequeno comentário sobre a questão do endividamento levantada pela Jesiane.

Enquanto estivermos pagando todo o serviço da dívida, é inviável fazer qualquer proposta de mudança social. Exatamente por isso, estamos organizando este fórum, com esse tema. Exatamente por isso, as mesas estão se concentrando nisso, temos de tomar uma posição. Se continuamos pagando a dívida, não há como reivindicar, lutar por reajustes salariais, melhores condições de trabalho, reforma agrária, etc., é inviável. Temos de optar: vamos pagar ou não. Se não pagarmos, teremos como investir no social. Essa é uma questão importante que os movimentos têm de decidir. Por isso, tínhamos chamado, na primeira mesa de discussão do endividamento, os presidenciáveis que se colocam enquanto oposição neoliberalista. Se são oposição, têm de assumir uma posição diante do endividamento, que é o que não tem acontecido com os presidenciáveis.

O Sr. Fernando Máximo - Acho muito oportuna a pergunta, pois a construção para um outro mundo passa também pela construção de uma nova educação no Brasil, em todo o mundo e aqui, em Minas Gerais, mais do que nunca.

Hoje, temos evidenciado o problema da UEMG e da UNIMONTES. Estamos travando uma luta há 12 anos, após a Constituição mineira de 1989, que construiu a UEMG e a UNIMONTES, mas de fato nunca foi consolidada uma universidade pública, que seria para interiorizar o ensino e fazer com que o Estado se desenvolvesse em todas as suas regiões. Infelizmente, até hoje não conseguimos implementar isso, por falta de iniciativa e vontade política de nossos governantes.

Estamos travando várias lutas no Estado com a Secretaria da Educação. Como se não bastasse, na última semana recebemos mais um golpe, dessa vez do Fernando Henrique Cardoso, que está entrando na justiça para acabar com a lei que criou a UEMG e UNIMONTES. Isso é um absurdo. Temos de lutar com muita mobilização estudantil, temos uma pauta clara quanto a isso. A Dirlene disse que, para as universidades federais, estamos constituindo, em conjunto com o DCE e os DAs da UEMG, uma pauta de reivindicação para a UEMG e para a UNIMONTES que passa pelo pressuposto básico que é o financiamento. Por isso, acho mais do que nunca oportuno debatermos neste fórum o porquê. Não dá para aceitar o argumento de que não há dinheiro para investir na educação. O que se investe hoje em nosso Estado e no Brasil em educação é uma vergonha, pois a questão não é tratada como prioridade. Acho que devemos colocar o bloco na rua.

Amanhã, paralelo ao fórum, os estudantes da UEMG, a partir de 8h30min, estarão na porta do Palácio da Liberdade até o final da noite, reivindicando mais verbas para educação e consolidação de fato da universidade estadual em Minas. Convido a todos a comparecerem. Obrigado.

O Sr. José Maria de Almeida - Em relação à primeira parte da pergunta da companheira - para onde vai o dinheiro que supostamente entra no País e que gera dívida externa? - temos de separar de maneira esquemática em duas fases: no período da ditadura militar e depois. No primeiro momento, esse dinheiro serviu para financiar o chamado milagre econômico, na época da ditadura. Não que isso tenha significado que o povo se beneficiou, mas, fundamentalmente, grandes empresas instaladas no País, particularmente as multinacionais do setor automotivo usaram esse dinheiro para expandir seu parque industrial no País. Foi nesse período que as empreiteiras como Camargo Correia e Andrade Gutierrez transformaram-se em grandes empresas do mundo, porque foram responsáveis pela construção das grandes obras de infra-estrutura naquele período.

Na fase posterior, nem essa utilização do dinheiro tem. Na verdade, hoje o dinheiro entra para pagar dívida. É só refinanciamento. Quem tem ganho muito dinheiro com isso são os banqueiros.

Dias atrás, vimos a publicação do lucro do Banco Itaú. Em seis meses, o Banco lucrou R\$1.400.000.000,00; o Bradesco, em seis meses, R\$1.060.000.000,00. Essa é uma lucratividade que não vem com empréstimo para a população, vem com compra de títulos da dívida pública, que pagam juros absurdos, e, por isso, a dívida cresce dessa forma.

Então, se fizermos as contas, veremos que botamos para fora, todo ano, três ou quatro vezes mais do que entra. Falam que, se pararmos de pagar a dívida, sofreremos uma retaliação e que o Brasil perderá com isso. Na verdade, o Brasil ganhará muito. A ameaça de que cortarão os financiamentos é absolutamente favorável, porque se trata de 1/3 do que mandamos para fora.

Respondendo à segunda parte da sua pergunta, com relação à questão das eleições e do posicionamento do Lula, dou-lhe uma opinião pessoal. Na CUT, há várias opiniões sobre esse tema. Tenho a mesma preocupação que você. Militamos no PSTU e lançamos uma pré-candidatura à Presidência da República, porque não estamos de acordo com o programa que o Lula tem defendido. Querem manter as metas da inflação e do equilíbrio fiscal; querem manter os contratos e continuar pagando a dívida externa. A nossa opinião não mudou. Pensamos que o programa deve partir do rompimento com o FMI, do não-pagamento da dívida e da estatização do sistema financeiro e das grandes empresas, a fim de que haja recursos para investir na área social. Não concordamos também com as alianças que envolvem a burguesia. Se governarmos com o José de Alencar, governaremos contra quem? Neste mundo, as coisas são muito concretas. A razão de ser desse sistema que gera acúmulo de miséria é a concentração de riquezas nas mãos dos proprietários dos meios de produção, ou seja, dos empresários. As mudanças que temos de promover são contra esses empresários. Não há como nos aliarmos a eles. Esse é o dilema exposto para todos nós e para a esquerda do mundo inteiro, frente ao desastre da globalização da economia. Qual será a saída? O próprio Fórum Social Mundial, que é um espaço muito importante de aglutinação dos militantes da esquerda, deve debruçar-se sobre esse tema. A nossa saída passa pela negação do capitalismo e pela construção de outra sociedade, ou seja, o socialismo. Esse é um debate muito importante. Nem todos têm essa opinião, mas esse debate é absolutamente presente. Obrigado pelo convite. Espero que a nossa conversa tenha contribuído com a luta de todos nós.

A Sra. Dirlene Marques - Essa globalização tem trazido grandes desvantagens. Como o nosso homenageado Milton Santos expôs, existem outras formas de globalização. Acreditamos que a revolta dos povos dominados contra a globalização capitalista é absolutamente necessária, mas não é suficiente. É preciso organizá-la sob a forma de uma força política capaz de derrotar, no espaço de uma geração, o dominador onipotente. A partir desse princípio, o Fórum Social Mundial pretende ir além das manifestações, para organizar uma proposta concreta, que possa efetivamente se contrapor a esse projeto que está aí. Como todos da coordenação e do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, tenho a certeza de que venceremos, porque temos ao nosso lado a justiça e a razão do povo. Obrigada. Contamos com a presença de vocês amanhã.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus agradecimentos aos ilustres expositores, às demais autoridades participantes, bem como ao público em geral, pela honrosa presença, e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 30, às 8h30min, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 143ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 30/8/2001

Presidência dos Deputados Luiz Tadeu Leite e Maria José Hauelsen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Samuel Pinheiro - Palavras do Sr. João Pedro Stédile - Palavras do Sr. João Antônio de Paula - Palavras do Sr. César Benjamim - Palavras do Sr. Cláudio Gontijo - Palavras da Sra. Dirlene Marques - Designação do coordenador - Esclarecimentos sobre os debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Olinto Godinho - Wanderley Ávila - Álvaro Antônio - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Aílton Vilela - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Anderson Aduato - Antônio Carlos Andrada - Arlen Santiago - Bené Guedes - Bilac Pinto - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Dalmo Ribeiro Silva - Djalma Diniz - Doutor Viana - Durval Ângelo - Eduardo Brandão - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Hely Tarquínio - João Batista de Oliveira - João Leite - João Paulo - Jorge Eduardo de Oliveira - José Braga - José Henrique - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Luiz Tadeu Leite - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauro Lobo - Miguel Martini - Paulo Piau - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Luiz Tadeu Leite) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Cláudio Gontijo, Assessor-Chefe da Secretaria da Fazenda, representando o Sr. Itamar Franco, Governador do Estado; Samuel Pinheiro, Embaixador; Dirlene Marques, representante da Coordenação do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial; João Pedro Stédile, Coordenador Nacional do MST; João Antônio de Paula, professor da UFMG; César Benjamim, escritor e autor do livro "Opção Brasileira"; e Carlos Calazans, Coordenador do Fórum Nacional de Lutas.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Fórum Minas por Um Outro Mundo. Nesta manhã, será debatido o tema "Globalização, Neoliberalismo e Financeirização do Capital". Vamos passar à fase dos que foram convidados para, conosco, debater esse tema. Agradecemos a presença dos que aqui vieram para participar deste debate.

Palavras do Sr. Samuel Pinheiro

O Sr. Samuel Pinheiro - Bom dia, senhoras e senhores, quero agradecer, em primeiro lugar, aos que me convidaram e me dão a honra de estar aqui com os senhores e as senhoras, o Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais e a Prefeitura Municipal. A eles devo o prazer e a honra de estar aqui, para participar desta Mesa, o que me deixa muito satisfeito pela presença de meus queridos amigos César Benjamim, João Pedro Stédile, a Coordenadora do Fórum e demais participantes, com quem tenho o prazer de compartilhar este momento.

Com o "longo" tempo de 20 minutos para falar de 3 temas que abordam praticamente todas as questões econômicas e políticas - globalização, neoliberalismo e financialização do capital -, começaria tentando dar-lhes uma idéia do que penso ser globalização. Todos falam em globalização, mas isso é entendido de forma vaga, e acho muito importante entender o que se quer dizer com esse conceito. Em minha opinião, o processo de globalização começou recentemente, há 500 anos, com a descoberta das Américas. Antes disso, não havia um mundo global, e, portanto, não poderia haver uma economia global.

A partir de então, o capitalismo mercantil e, mais tarde, o capitalismo industrial vão destruindo os remanescentes do feudalismo e incorporando territórios e populações ao sistema econômico capitalista. É isso o que significa a tentativa de incorporação dos indígenas à economia colonial brasileira; é isso o que significa a transferência de cerca de 9 milhões de africanos para as Américas - colocá-los em um processo de produção para o centro do sistema, formado pelas metrópoles coloniais. Esse sistema vai incorporando territórios e matando alguns milhões de pessoas, das raças que os habitavam. Nos Estados Unidos, com o processo de incorporação do Oeste do país, que vemos em filmes tão interessantes, estavam simplesmente incorporando as terras que pertenciam aos índios americanos; no caso do Brasil, pertenciam aos indígenas. E essas terras passam a ser organizadas para a produção voltada para o mercado europeu, pelo menos, já que não havia propriamente um mercado mundial - mas já havia todo um processo de comércio entre o Brasil, a Europa e a

África, em um sistema de triangulação. Esse é que foi o processo de globalização da economia, em que mais tarde - aliás, com uma rapidez enorme - foi incorporada, de forma direta ou indireta, a Ásia, por meio da colonização direta, do sistema de proprietariado ou dos portos livres - na China, por exemplo, onde não houve uma dominação direta, como na Índia.

Mas o capitalismo que incorpora essas áreas a seu sistema global é uma figura de ficção. Quer dizer, o que existe são empresas; o capitalismo é um modo de produção. Na verdade, o que existe são empresas organizadas, indivíduos que se organizam para a exploração econômica. E essas empresas que participavam diretamente do mercado global, do processo de globalização, não eram nem poderiam ser pequeninas, como acontece atualmente: hoje quem participa diretamente do processo da economia global são, em geral, megaempresas.

O que ocorre, todavia, é que esse processo adquire uma aceleração enorme, por meio de revoluções tecnológicas - tivemos a revolução da máquina a vapor; depois, da eletricidade; hoje, a revolução da informática e da biotecnologia -, mas começa a sofrer reveses, a partir de 1914. Esquemáticamente, temos, de um lado, dentro do sistema capitalista, uma disputa entre uma potência emergente, a Alemanha, e as potências anglo-saxônicas. Então, são duas guerras mundiais. Para dar uma idéia da gravidade desse embate, morreram, na Segunda Guerra, 50 milhões de pessoas, o que, para a população da época, era um percentual extremamente elevado. Desses 50 milhões, foram 20 milhões de russos. Quer dizer, foi uma quantidade enorme de pessoas, sem contar os aleijados, os mutilados, os deslocados e a destruição física causada. Enfim, foi um embate de enorme violência, que terminou com a derrota das potências capitalistas nazistas. Na Alemanha e no Japão, o regime não era diferente; são formas do regime capitalista.

De outro lado, houve o embate com o modelo alternativo criado com a Revolução de 1917, que começa a retirar áreas do sistema capitalista. Primeiro a União Soviética; mais tarde, os países do leste da Europa, após a Segunda Guerra Mundial; depois com a Revolução Chinesa, toda a China, aproximadamente 1/5 da humanidade. Esse processo se desenrola e, a partir de uma série de circunstâncias, também se forma na periferia do sistema, e em alguns países se desenvolve um capitalismo nacional - capitais nacionais e capitais estatais -, como é o caso do Brasil.

Tanto nas regiões de países socialistas como nas áreas periféricas, como é o caso do Brasil, do México, da Índia e da Argentina, essas áreas estavam fora da ação econômica das megaempresas multinacionais. Até hoje, com certas limitações, menos do que no passado recente, as empresas multinacionais do petróleo não podiam atuar no Brasil por causa do monopólio estatal do petróleo. Até recentemente essas megaempresas não podiam atuar no setor de telecomunicações, nem no setor de minerações. Havia uma série de restrições. Até hoje há restrições, nas áreas de comunicação e educação, para a atuação dessas empresas.

A partir de várias razões, que começam com as crises do petróleo em 1973 e 1979, em que o peso do petróleo se multiplica e passa de US\$3,00 para US\$12,00 e depois para US\$30,00, houve o fenômeno do endividamento na periferia, a reciclagem dos petrodólares. A revolução tecnológica e o sentimento soviético de perda de competitividade com os Estados Unidos levam ao surgimento de Gorbachev, à tentativa de reforma do sistema soviético, que leva, por meio de um processo político que não vale a pena detalhar, à queda do muro de Berlim, à retirada das tropas soviéticas da Europa Oriental, à dissolução da União Soviética em cerca de 15 ou 16 países, sendo o principal deles a Rússia, à adesão da União Soviética ao capitalismo e à política exterior americana e a uma espécie de apogeu da hegemonia americana. Determina o conflito bipolar, e naquele momento há, nos Estados Unidos, a enorme hegemonia do mundo unipolar.

Surge uma oportunidade para reincorporar essas áreas do sistema capitalista global. Essas áreas vão sendo reincorporadas através de políticas de abertura, desregulamentação, atração do capital estrangeiro, como é o caso da União Soviética, dos países da Europa Oriental e dos países da periferia, como o Brasil, que tinham um certo desenvolvimento capitalista próprio e que também sofrem esse processo, comandados por uma ideologia que é o neoliberalismo. Essa é uma idéia tradicional que vem do liberalismo clássico, da teoria econômica clássica, que diz que é preciso deixar livres as forças do mercado. Elas resolverão todos os problemas econômicos da produção, da distribuição de riquezas, resolverão todos os problemas sociais. Para isso é preciso regulamentar todos os mercados, inclusive o mercado do trabalho. Nesse processo de conflito entre o capital e o trabalho, tanto nos países desenvolvidos e quanto nos países da periferia, nesse processo de luta entre as organizações do capital e as do trabalho, surge uma legislação de proteção ao trabalho. A legislação trabalhista que começou a impedir que as crianças trabalhassem nas minas de carvão, que as mulheres grávidas trabalhassem nas minas de carvão da Inglaterra, que cria o descanso semanal remunerado, que cria as férias. Enfim, toda a legislação do trabalho é fruto de um embate dentro do próprio sistema capitalista. Há um embate entre aquelas metrópoles coloniais, entre os países que eram colônias. Isso tudo faz parte desse processo. O neoliberalismo diz que toda essa regulamentação social de proteção ao trabalho prejudica o trabalho, curiosamente, porque é necessário deixar livre as forças de mercado, que deverão organizar a sociedade. Segundo essa teoria, organizarão a sociedade da melhor forma possível. Para isso, é preciso reduzir a ação do Estado, como empresário, portanto, é preciso privatizar, reduzir a ação do Estado como regulador das atividades econômicas, porque isso atrapalha o capital, a atividade empresarial, reduzir a ação do Estado como protetor das classes menos favorecidas, os trabalhadores, acabar com a legislação do trabalho, não haver legislação ambiental, porque isso atrapalha. Ninguém se engane, o neoliberalismo é contra a legislação do meio ambiente. Todo movimento ambiental bate de frente com as teorias neoliberais, porque estas acham que não deve haver nenhum constrangimento na exploração da atividade econômica. Elas mesmas saberão resolver os problemas ambientais. Então, na minha opinião, é preciso acabar com a diferença de capital estrangeiro e capital nacional, porque o capital estrangeiro é tão bom quanto o nacional, segundo essa teoria. Se as megaempresas são estrangeiras, devem ter um tratamento igual ao dado às empresas nacionais, devem ser capazes de atuar em qualquer campo, obter empréstimos dos Bancos do Estado, ter acesso à poupança local. A população local poupa e esses recursos são emprestados às empresas estrangeiras. Isso é uma ideologia extremamente forte. A palavra neoliberalismo é ligada à idéia de liberdade. Todos querem ser livres. A idéia do Estado na periferia é associada ao Estado autoritário. Há uma tendência a ser contra o Estado. A idéia da intervenção é extremamente antipática. O Estado ou qualquer pessoa interferem na liberdade de ação. O que vejo nisso tudo é a desigualdade que existe entre os setores da população. A não-intervenção significa o predomínio dos mais fortes, sem entrar em maiores detalhes.

A financeirização: a globalização do capital é a reabsorção dessas áreas que, muitas vezes, são países inteiros, como os países socialistas, são os setores da periferia em que o capital internacional não podia entrar. Esse é o processo de globalização, a chamada formação dos mercados globais. Formam-se mercados globais, menos para a mão-de-obra, que fica presa aos seus mercados nacionais, ao território. Ela não pode sair das regiões mais pobres para as mais ricas, a não ser a mão-de-obra altamente qualificada, que interessa aos centros do sistema ter o seu curso. Então, os grandes cientistas são sempre bem-vindos. Há um número grande de indianos que trabalham na sociedade americana, que trabalham no Vale do Silício. Há cientistas indianos altamente qualificados que trabalham na economia americana, que contribuem para sua eficiência, para gerar conhecimento científico e tecnológico, que lhe permite ser como é até hoje, ou seja, a sociedade mais poderosa do mundo.

Quanto ao processo de financeirização do capital, o mercado global de capitais realmente se tornou muito mais global que os outros. Hoje em dia, o movimento de capitais é muito mais internacional e livre que o das outras atividades econômicas, em que o grau de globalização é menor, pela própria característica dessa atividade. E essa globalização do mercado de capital verificou-se a partir da desregulamentação dos mercados financeiros nacionais, a começar pelos mercados financeiros dos Estados Unidos e da Inglaterra, que passaram, pela desregulamentação, a permitir o movimento livre do capital dentro dos Estados Unidos - onde ele era relativamente cerceado - e entre os Estados.

A financeirização do capital também corresponde à criação de um número enorme de instrumentos financeiros de toda ordem, que leva à possibilidade de uma especulação muito grande, de tal sorte que o volume de transações cambiais, de transações financeiras que ocorrem a cada dia no mundo, é muito superior ao estoque de capital existente e aos fluxos de mercaderia, aos fluxos físicos de produção. Até porque as empresas emitem ações, os Bancos financiam sua compra, e a idéia, segundo entendo, é que há um descolamento entre o capital real - fábricas, instalações na área da agricultura, estradas, prédios, construção - e os títulos que correspondem a esse capital. Somando seu valor, veremos que ele é muito maior que o valor do estoque real de capital. Então, ocorre uma enorme especulação financeira em nível mundial que tende a levar, como ocorreu no Japão, à bolha especulativa no mercado imobiliário e, eventualmente, à crise. Aqueles valores não são reais, são fruto da especulação.

Agora, vou tentar mostrar como isso tudo nos afeta no Brasil, como país da periferia do sistema, onde, até hoje, há setores industrial e agrícola bastante desenvolvidos, assim como o de serviços, em que as grandes empresas internacionais - quando falamos em capital internacional, estamos tentando ocultar a realidade - puderam agir. As megaempresas multinacionais têm uma nacionalidade, são multinacionais apenas para efeito ideológico. Elas são dos Estados Unidos, do Japão, da França ou da Alemanha, mas são conhecidas através de seus proprietários. Esse processo ataca fundamentalmente o sentido do coletivo, o sentido da coletividade organizada e de seu instrumento, que é o Estado. Um país com as características básicas do Brasil que, de um lado, tem as extraordinárias disparidades sociais - de renda, de riqueza, de cultura e de acesso à tecnologia - e, de outro lado, extraordinárias vulnerabilidades externas, tanto em um caso como no outro, requer a atuação da comunidade, da coletividade, para resolver seus problemas.

Por um lado, esses problemas se resolvem por meio da força dos movimentos sociais, como o MST, pela atuação de outros movimentos sociais na área do meio ambiente, mas requerem também a ação do Estado, porque só ele pode disciplinar a atuação social através da legislação e das suas agências de Estado.

A redução da capacidade do Estado de ter políticas econômicas de toda ordem - de emprego, políticas industrial, comercial, tecnológica, que é um resultado do processo de globalização e da ideologia neoliberal - prejudica fundamentalmente a sociedade brasileira. É preciso que os movimentos sociais, que vão desde os partidos políticos até os organismos da sociedade civil, se organizem para preservar a capacidade de ação do Estado. E aqui não estou falando de Governo, mas de Estado. São as atribuições da sociedade organizada na forma de Estado, a sua capacidade de ter políticas para enfrentar as disparidades sociais e a vulnerabilidade externa.

Queria agradecer a atenção de todos e, se houver oportunidade, poderei responder a qualquer pergunta. Muito obrigado.

Bom-dia, companheiros e companheiras! Agradeço enormemente o convite para o fórum mineiro e cumprimento a Assembléia, na pessoa do Deputado Luiz Tadeu Leite, por este debate. Queria cumprimentar os companheiros da iniciativa mineira de realizar este debate nos marcos da preparação do Fórum Social Mundial. Mais do que um evento, o Fórum Social Mundial quer ser um processo de debate na sociedade, para que as pessoas tenham oportunidade de entender o grave momento por que a humanidade está passando na atual conjuntura internacional.

Lamentavelmente, a Dirlene fez essa deferência em me convidar e me fez apelar para os manuais, porque a minha especialidade não é capital internacional. A minha especialidade é falar mal do Fernando Henrique e, obviamente, falar bem da reforma agrária. Vou correr o risco de ser "manualesco" e pedi licença ao Antônio de Paula, grande professor de economia política, para ser um dos primeiros, para que a minha fala servisse como uma espécie de introdução, e depois o César e o professor atenderiam às expectativas de vocês. E espero que vocês tenham tempo suficiente para provocar o Embaixador Samuel Pinheiro a falar mal da ALCA.

A título de introdução, gostaria de comentar com os companheiros que vivemos uma nova fase na humanidade, pela qual nunca havíamos passado antes, embora o processo de globalização de mercadorias e de intercâmbios comercial e cultural exista há centenas de anos. Mas a novidade da conjuntura atual é que o capital passou a dominar as nações do mundo na sua forma mais perversa, que é a da especulação financeira. Queria que fizessem comigo uma viagem histórica, para entender porque chegamos aqui. À medida que o capitalismo se foi implantando na humanidade, tivemos um primeiro período, que, grosso modo, foi de 1500 a 1900. Durante esses 400 anos, a forma principal de o capitalismo acumular riquezas e explorar os trabalhadores e os pobres foi através da apropriação das matérias-primas existentes no Terceiro Mundo e da produção agrícola. Como a base da riqueza era apropriar-se da matéria-prima existente na natureza e da produção agrícola, evidentemente tiveram de controlar os territórios, o que era fundamental. Para isso, usaram, como regime político de dominação, o colonialismo, mantendo os povos do Sul sob o seu domínio político e militar. Essa forma de dominação entrou em crise, os povos rebelaram-se, e vivemos, no final do século XIX, a luta pela libertação nacional, sobretudo na América Latina e na Ásia, surgindo as nações independentes. Nesse processo de surgimento das nações independentes, o capital muda de forma de espoliação e passa a acumular riqueza, oferecendo recursos para a implantação da infra-estrutura básica das nações independentes. Foi assim que, no Primeiro Mundo, sobrava capital industrial e vieram ao Terceiro Mundo implantar estradas, portos, energia elétrica, enfim, a estrutura básica. Isso ocorreu entre o final do século XIX até 1930. A crise do capitalismo, na década de 30, redimensionou a forma de espoliação e, sobretudo, houve uma mudança drástica no Primeiro Mundo, com a ascensão da ideologia socialista e da capacidade de seus operários proporem um novo modo de produção, que representou o surgimento de muitas rebeliões populares e, inclusive, a primeira revolução operária e camponesa, a Revolução Russa. Isso alterou os mecanismos de espoliação, forçando o capital a, de novo, mudar sua forma de dominação porque, no Primeiro Mundo, esse movimento vigoroso e socialista dos operários conquistou enormes direitos sociais e elevou o nível de salários no Primeiro Mundo de forma a diminuir a taxa de lucro, o que é a contraposição lógica. A partir da década de 30, os capitalistas do Primeiro Mundo vieram para o Terceiro Mundo, agora em busca de mão-de-obra barata para contraporem-se ao pungente movimento operário que, no Primeiro Mundo, havia elevado os salários. De 1930 para cá, os capitalistas vieram nos explorar, em busca de mão-de-obra barata, e produziram, em nossos países, a chamada industrialização dependente de seu capital. Evidentemente, não tinham nenhum interesse idealista em nos ajudar a nos desenvolvermos. Seu único objetivo era manter as taxas de lucro em nível internacional sobre a base da exploração da nossa mão-de-obra, com salários miseráveis, como o é até hoje. O salário da Volkswagen, de São Bernardo, é dez vezes menor que o salário médio pago em Hamburgo.

Bem, esse modo de exploração começou entrar em crise na Segunda Guerra Mundial, com muitas revoltas no Terceiro Mundo. E com o aceno dos Estados Unidos - como centro hegemônico desse capital industrial -, esse país se aproveitou da vitória militar na Segunda Guerra Mundial e, prevendo que não manteria esse processo da exploração da mão-de-obra por muito tempo, impôs às nações derrotadas o dólar como base de transação comercial, ao contrário da proposta de Keynes, que era Ministro das Finanças na Inglaterra, que propunha uma moeda internacional. Os Estados Unidos se anteciparam e, percebendo que a moeda poderia ser uma forma de explorar os países, chamaram para uma conferência em Bretton Woods e, antes de terminar a guerra, já impuseram as condições de que depois da guerra o dólar seria a moeda predominante nos intercâmbios comerciais. Com isso, já se antecipavam para criar formas de espoliação de nossos países.

Esse processo foi se avançando, e, na década de 80, tivemos uma grande crise do capitalismo e da industrialização. A crise veio casada, como disse o Prof. Samuel, com uma revolução tecnológica, que seria a terceira na era moderna, que foram as descobertas feitas na área da biotecnologia, de química fina, da microeletrônica, que resultaram na informática.

Esses conhecimentos científicos, essas descobertas que se transformaram numa verdadeira revolução tecnológica, aceleraram de maneira estupenda a produtividade do trabalho e a possibilidade de produzir mercadorias com maior rapidez e menor número de trabalhadores.

Vou dar um exemplo que está afeto a nós na agricultura. Até à década de 80, todos os pneus eram feitos com o látex das seringueiras naturais. Imaginem o tempo que leva uma seringueira para começar a produzir: 15 anos! E depois cada árvore produz uma latinha por dia. Ou seja, leva três anos para fornecer matéria-prima para um pneu. Esse era o processo natural na indústria automobilística. Agora, com a química fina, fazem pneus com materiais químicos e na Pirelli, em São Paulo, 2.500 pneus por dia, sem nenhuma gota de látex natural. Isso é uma revolução na forma de produzir pneus e mercadoria em geral. Isso afetou novamente as relações com o Terceiro Mundo.

Então, os grandes capitalistas e as multinacionais já não precisaram das fábricas do Terceiro Mundo para manterem suas taxas de lucro e passaram a ter uma elevada taxa de lucro nos seus países de origem, sobre a base da revolução tecnológica e do aumento da produtividade no trabalho. Isso aconteceu a ponto de lá mesmo despedirem milhares de operários sem diminuir a produção. Ao contrário, a produção aumenta.

No ano passado, sobraram, no mercado internacional, 3 milhões de veículos, por falta de compradores. E a mão-de-obra dos operários na indústria automobilística vem diminuindo 30% ao ano.

Com isso, da década 80 para cá, não interessa sequer aos capitalistas do Primeiro Mundo a nossa mão-de-obra. E o processo de espoliação de nosso país passou a se dar pelo capital financeiro, porque essa revolução tecnológica e as altas taxas de lucro que eles começaram a obter, não puderam ser aplicadas em novas fábricas como o eram no período anterior. Agora, há limites de demanda no mercado. Só porque sobra dinheiro na Volkswagen, eles não podem fazer fábrica de veículos uma atrás da outra. É limitado o poder aquisitivo da população. Mas sobra o dinheiro do lucro. Então o que as grandes empresas fizeram com seus lucros? Começaram a aplicar no mercado financeiro. E há hoje no mundo, segundo dizem, US\$30.000.000.000.000,00 de capital circulante em forma monetária, que anda igual andorinha procurando lavouras, para se locupletarem.

Então, da década de 90 para cá, mais do que políticas neoliberais, o que está em curso no Terceiro Mundo é um novo modelo de acumulação do capital, que subordinou todas as economias do Terceiro Mundo - as que aceitaram, evidentemente, com raras exceções, como o Irã, a Índia, a China - ao capital financeiro.

A forma principal desse capital financeiro se realiza já não é na produção. Realiza-se basicamente de três formas. Primeiro, emprestando dinheiro aos Governos, às empresas e aos Bancos, sem se interessar se é para investimento produtivo ou não. O que mais interessa no empréstimo é a taxa de juros. Por isso nos impuseram taxas de juros aviltantes, para poder remunerar rapidamente esse capital. Enquanto o Primeiro Mundo segue a lei de Marx e de Keynes; que a taxa de juros tem de ser sempre abaixo da taxa de lucro, senão quem que toma empréstimo no Banco não consegue pagar, aqui, no Terceiro Mundo, impuseram-nos taxas de juros que não têm nada que ver com nossa taxa média de lucro. Enquanto hoje, no mercado internacional, se praticam taxas de juros que variam de 0,2%, em Tóquio, a 5%, nos Estados Unidos, impõem-nos 19% ao ano no Brasil. Embora o número 19 pareça pequeno, em nível internacional representa um lucro quatro vezes maior do que o mesmo capitalista pode obter aplicando num banco norte-americano. Os países do Terceiro Mundo viraram um negócio da china. Nunca ganharam tanto dinheiro com as taxas de juros como agora. O resultado é que a dívida externa passou a ter um processo de crescimento estrondoso.

Vivemos falando mal dos militares, que endividaram o País na década de 70, que construíram a Transamazônica. Quando o Gen. Geisel passou o Governo para Figueiredo, época em que o modelo da industrialização já estava em crise, a dívida externa era de US\$5.000.000.000,00. E estávamos apavorados. Fernando Henrique, sozinho, pulou de uma dívida externa de US\$120.000.000.000,00 para US\$280.000.000.000,00. Em cinco anos, Fernando Henrique endividou-se mais do que em 450 anos de Brasil, tal o processo de especulação.

O segundo mecanismo de especulação foi a dívida interna. Como a taxa de juros aqui é muito alta, o capital internacional dá-se ao luxo de emprestar para um Banco brasileiro, que empresta para o Governo brasileiro, para a dívida interna. O Governo brasileiro paga em real, mas, depois, o Banco credor transfere para seu parceiro no exterior. A ponto de hoje o Governo brasileiro devolver para os Bancos - essa agiotagem internacional que se revelou - R\$74.000.000.000,00, 67% de toda a receita tributária deste País, de todo o dinheiro que recolhem em Imposto de Renda, em IPI, etc.

O terceiro mecanismo de espoliação é a desnacionalização de nossas empresas. O dono da Vale do Rio Doce não é este testa-de-ferro do Benjamin Steinbrück. Esse é um burguês lúmpen brasileiro. O verdadeiro dono da Vale do Rio Doce é o National Bank de Nova Iorque. Duvido que seu Presidente saiba em que parte do planeta fica a mina de Paraopeba, o que, nem Fernando Henrique, metido a sabido, sabe. Dou esse exemplo porque os Bancos operam por computador; compram as ações das empresas mais lucrativas sem ter noção do processo produtivo, porque querem apenas o lucro.

Escolhem no mercado as empresas mais lucrativas, vão à bolsa de valores e compram as ações. Ações nada mais são que um papelzinho que não vale nada - tipo um diploma do Cruzeiro. Se rasgarmos, não perdemos nada. Mas ação é um documento jurídico que diz que ao portador se lhe dá o direito de repartir o lucro. E o que querem da Vale do Rio Doce nem é o minério. É o lucro.

Nesse processo, foram desnacionalizadas no Brasil não só estatais, mas 650 grandes empresas brasileiras foram compradas na bolsa de valores por esse capital "golondrina", que anda à procura de formas de exploração.

Vou dar um exemplo de quanto isso representa para os estrangeiros. O grupo espanhol que comprou a TELES P opera em 40 países do mundo. Seu lucro no ano passado foi de US\$700.000.000,00. Disso, US\$500.000.000,00 foram remetidos pela ex-TELES P de São Paulo, ou seja, o povo paulista transferiu para o bem-estar dos espanhóis US\$500.000.000,00 em um ano, por meio de tarifas de telefone e de todo um mecanismo de que ninguém se dá conta. Esses são os novos mecanismos de espoliação do capital financeiro. Essas são as verdadeiras formas de o imperialismo se manifestar na sociedade.

Há pouco tempo, em nome do Movimento, fui visitar o Prof. Celso Furtado, que é um dos grandes pensadores do Brasil e que, infelizmente, está esquecido. A televisão brasileira fala de tudo: Sasha, Xuxa, seqüestro de Fulano, afogamento de Beltrano, menos dos nossos pensadores, que são os que refletem sobre a estrutura da sociedade. Por isso, algum dia, teremos de fazer um servicinho na televisão brasileira, tal o mal que está causando ao nosso povo. (- Palmas.) A Globo - vou olhar para a câmera, para ficar bem enquadrado - é o cabaré da burguesia. (- Palmas.)

Referi-me ao Prof. Celso Furtado, para usar um exemplo emblemático que ele nos deu na manhã do domingo ensolarado de nossa visita. Por cálculos que fez, consultando livros de história econômica e analisando quantidades de ouro e prata registradas nas aduanas e enviadas para o exterior no auge da exploração colonial, que durou 250 anos, concluiu que Portugal e Inglaterra levaram, principalmente das Minas Gerais, US\$1.400.000.000,00 no valor atual. Todo mundo fica enfurecido com os portugueses, mas não sabem que hoje o Brasil, por esse novo mecanismo de espoliação financeira, transfere ao Primeiro Mundo US\$50.000.000.000,00 ao ano, na forma de juros da dívida externa, de "royalties", de transferência de lucro e de outras tantas taxas de serviço. Isso equivale a US\$1.000.000.000,00 por semana. Ou seja, a burguesia brasileira, pelo Governo de Fernando Henrique, está entregando hoje, numa semana, o que os portugueses não conseguiram em 250 anos. Isso é o que a espoliação atual do capital financeiro produz sobre a nossa sociedade.

Palavras do Sr. João Antônio de Paula

Agradeço o convite para participar deste evento da maior importância e significado. Estou honrado, sobretudo por compor esta Mesa. Também quero agradecer à Assembléia Legislativa por ter acolhido o evento, demonstrando preocupação social relevante.

Não vou falar de economia, até porque tanto o Embaixador quanto o João Pedro já o fizeram e muito bem. Quero mudar nossa discussão para um outro campo. A globalização, processo econômico e político de dominação, poderia ser traduzida como o imperialismo realmente existente. Esse processo também tem dimensão cultural e simbólica. Diariamente, todos estamos expostos a certas ideologias que reforçam esse quadro de dominação: Hollywood, Mc Donald's, etc., a cada minuto nos impõem uma certa imagem de mundo, uma certa percepção da realidade, que é tão importante para a manutenção desse estado de coisas quanto as armas e o poder político desse enorme império.

Vou tentar pensar o que nós, que nos opomos a esse modelo, podemos fazer para nos contrapor, para nos diferenciar e para organizar um contradiscurso hegemônico. Minha proposta é tentar pensar o que nós, que estamos participando deste evento, preparando-nos para um Fórum Social Mundial, devemos considerar como fazendo parte de um projeto de construção de uma nova hegemonia, que tem como grande bandeira a idéia da igualdade e da liberdade.

Queria começar lembrando uma frase dos zapatistas do México: "A luta contra o neoliberalismo é da civilização e da humanidade contra a barbárie". Acho que essa é uma grande frase, lúcida e extremamente preciente a respeito do que estamos vivendo. É uma frase que lembra Rosa Luxemburgo, quando disse: "Ou socialismo, ou barbárie". Mas lembra também os comunardos da Comuna de Paris, de 1871, que tinham como lema: "Estamos aqui pela humanidade". Isso há 130 anos. Este é um momento importante para registrar a coragem e a importância desses antigos combatentes, que ainda estão vivos em nossa memória e na nossa esperança, que diziam que estamos aqui pela humanidade.

Acho que esse é o sentido que devemos imprimir a tudo que se faz hoje contra o neoliberalismo. Existe um império de dimensões totalitárias. Não é exagero falar que o que estamos fazendo é lutar pela humanidade.

Quero lembrar a frase de um ex-Secretário do Trabalho do primeiro Governo Clinton, Robert Reich, que, quando perguntado sobre como ele via o futuro do mundo do trabalho, do século XX para o século em que estamos, disse: "Neste novo mundo do trabalho que está em gestação, 20% dos trabalhadores terão boas condições de trabalho e bons salários". É o que ele chama de analistas simbólicos, pessoas que trabalharão com "marketing", informática, etc. E continua: "Trinta por cento dos trabalhadores terão empregos precários, salários menores, menores condições de estabilidade no emprego, enfim, um trabalho precarizado". E 50% não terão mais lugar neste mundo do trabalho que ele imagina que virá. Isso não sou eu que digo, não estou fazendo nenhum terrorismo, mas repetindo as palavras de um sujeito que, por alguma razão, prenuncia que 50% da humanidade é desnecessária neste mundo globalizado que está aí.

Na verdade, é contra essa perspectiva, esse futuro nefasto e deletério, que está colocado na lógica do processo de acumulação de capital contemporâneo, que estamos aqui. O que podemos fazer contra isso? A primeira coisa é reconhecer que não faremos nada sozinhos. É uma tentação muito forte que nos apresenta este mesmo mundo liberal, neoliberal e globalizado, que nos força a fazer, a buscar saídas individuais, o desespero, o niilismo da solução individual. Uma coisa clara é que, se formos capazes de fazer alguma coisa conseqüente contra isso, será por termos sabido construir, coletivamente e internacionalmente, uma internacional contra esta internacional da morte. Ou seja, um movimento de solidariedade internacional, que possa colocar freio, impedir, derrotar isso que, virtualmente, é uma internacional da barbárie. Essa é uma idéia importante. Hoje, somos confrontados com a globalização, que o Prof. Milton Santos chamava, muito apropriadamente, de globalização globalitária, que rima com totalitária e autoritária. Mas nós, os trabalhadores e seus aliados, temos, na verdade, por mil razões, a necessidade de levantar a bandeira de um determinado projeto internacional. Nosso projeto é, necessariamente, internacional.

Essa é uma velha aspiração da humanidade. Por exemplo, no século XVIII, o pensador Kant dizia que o futuro da humanidade seria a busca da paz perpétua. No século XIX, Marx, outro pensador importante, vai construir uma associação internacional dos trabalhadores. Essa idéia, de que é preciso construir internacionalmente e coletivamente algo que se contraponha às forças da barbárie, está colocada com muita força.

Eu me pergunto, do ponto de vista da América Latina, quais poderiam ser os elementos, os símbolos, as imagens e as propostas que, historicamente, vêm sendo construídas e devem ser objeto do nosso resgate, para nos contrapormos a esse modelo que está aí.

O primeiro nome que me ocorre é o de um líder político de origem indígena, peruano, chamado José Gabriel Túpac Amaru, que, em 1780, liderou uma rebelião que tinha o propósito tanto de libertar os escravos africanos quanto de acabar com a servidão indígena, em um processo que é a primeira clara manifestação, na América Latina, de repúdio seja à escravidão seja ao sistema colonial. Túpac Amaru foi um nome reivindicado por grupos político uruguaios - que criaram os Tupamaros, famoso grupo dos anos 60 e 70 -, que expressa essa idéia da necessidade de uma libertação que inclua não só os índios, mas, também, os escravos africanos, etc.

O segundo nome que me parece importante que resgatemos, neste momento em que muito se fala em ALCA, é o de Bolívar, um venezuelano, que propôs um pan-americanismo, que, em nosso tempo, deveria ser traduzido da seguinte maneira: contrapormos à política da ALCA, que é a versão moderna do Doutrina Monroe, da América para os americanos, um pan-americanismo baseado na idéia de solidariedade, de igualdade, de liberdade e de fim da opressão colonial. Quer dizer, é um Bolívar recuperado à luz do contemporâneo, à luz dessas novas questões.

Um terceiro nome nessa lista, que não pretende ser um catálogo, é o do cubano José Martí, e a idéia de antiimperialismo. Martí é um inspiração fundamental na luta antiimperialista. Durante anos combateu o imperialismo americano, e é um símbolo dessa luta, a cada dia mais atual.

Queria lembrar de Zapata e Pancho Villa, dois combatentes da Revolução Mexicana, e o sentido de uma luta que poderia ser traduzida como uma luta pela reforma agrária e pela distribuição da terra.

Poderia lembrar de José Carlos Mariátegui, de novo um peruano, que é uma grande inspiração da luta socialista na América Latina, porque é o homem que consegue traduzir o marxismo para a nossa realidade - um marxismo vivo, capaz de responder a demandas e a questões específicas da América Latina, sem nenhuma das travas positivistas e mecanicistas que predominavam à época em que Mariátegui era vivo.

Finalmente, queria lembrar Che Guevara e sua fundamental inspiração e exemplo na revolução socialista.

Cada um desses nomes que citei simbolizam e representam alguma coisa que deveria ser reivindicado por nós neste momento em que nos propomos combater um adversário tão poderoso como a globalização globalitária. É preciso que tenhamos nossas referências, nossas propostas, e elas nascem dessa luta secular da emancipação de nosso continente.

Mas também tivemos no Brasil figuras importantes que compõem esse painel. Queria começar lembrando de Zumbi dos Palmares, no final do século XVII, e a luta antiescravagista - um grande herói da luta do povo negro ao final daquele século; no final do século XVIII, de Tiradentes, também uma expressão importante da luta pela libertação do jugo português; no final do século XIX, de Antônio Conselheiro, expressão da luta do povo camponês, da luta pela terra, do sertanejo, do homem do Brasil real, do Brasil profundo; e, finalmente, no final do século XX, de Chico Mendes, que morreu em 1988, que é uma extraordinária figura que combinou a luta ambiental com a questão do trabalho, com o sindicalismo combativo, com as idéias do socialismo, etc.

Penso que, se queremos nos contrapor a essa ordem globalitária, é preciso que saibamos resgatar essas propostas, esses exemplos, essas referências.

Só assim seremos capazes de construir um movimento sólido e referenciado que tenha do que se orgulhar, que tenha os seus heróis e as suas bandeiras.

O Fórum Social Mundial, que acontecerá em Porto Alegre - para o qual este é uma preparação - deverá ser um momento de cerrar fileira e construir um conjunto de referências que iluminem a nossa caminhada. Essa é a contribuição de alguém que como eu vem de uma universidade. Essa luta está apenas começando. Se formos capazes de entender o significado dos exemplos desses que nos antecederam, ela poderá ser bem sucedida.

Palavras do Sr. César Benjamin

Bom dia. Gostaria de agradecer o convite para participar deste debate. No Brasil, há uma situação nova em gestação; ainda não é muito visível, mas já se expressa na multiplicação de debates como este em todos os Estados. Como são iniciativas normalmente não captadas pelos meios de comunicação de massa, por motivos que todos podem imaginar, cria-se a aparência de um certo imobilismo.

No entanto, meu testemunho e o de vários companheiros que compõem a Mesa é de que há uma efervescência muito grande de idéias, de retomada de mobilização e de militância de forma disseminada. Dentro disso o Fórum Global desempenha papel catalisador importante. Nos debates, destaca-se a idéia de que o modelo predominante nos últimos 15 anos ou 20 anos, no Brasil e no mundo, vive-se um processo de esgotamento.

Esse esgotamento é interpretado no contexto de uma crise do sistema capitalista. Neste debate, quero trocar idéias sobre a crise do sistema. Não se trata de falar sobre a crise social ou de fenômenos como a concentração de riquezas, concentração de poder, porque nenhum desses fenômenos indicam necessariamente uma crise no sistema. O capitalismo pode prosperar e desenvolver-se, produzindo como subprodutos a crise social e a concentração de renda, riqueza e poder, de tal forma que esses indicadores não são suficientes para falarmos de uma crise do sistema capitalista.

O capitalismo entra em crise, quando o processo de acumulação de capital se interrompe. Essa é a crise do capitalismo. Sob esse ponto de vista é curioso constatar duas coisas relativamente contraditórias entre si.

De um lado, existem de fato, na atual configuração do sistema capitalista mundial, elementos estruturais que apontam na direção de uma crise sistêmica, elementos que já foram previstos e descritos em obras clássicas. Poderia citar a sobreacumulação desse capital financeiro a que o João Pedro se referiu. A sobreacumulação desse capital fictício é um elemento que prenuncia uma crise. A diminuição da capacidade do capital incorporar trabalho vivo, nos centros mais desenvolvidos do sistema, é prenúncio de uma crise. As tendências à superprodução sinalizam nessa direção. Por isso, muitos companheiros anunciam uma crise iminente do sistema capitalista. Muitos vão mais longe, dizem que ela já se instalou. Queria olhar com um pouco mais de cuidado essa questão, porque, a bem da verdade, todos os elementos estruturais a que me referi estão presentes na configuração do sistema capitalista mundial contemporâneo há muitos anos. Esse sistema vem demonstrando uma grande capacidade para manter em curso uma fuga para a frente, ou seja, vem demonstrando uma grande flexibilidade, de tal maneira que a crise iminente não se transforme em crise real, a crise potencial não se desencadeie do ponto de vista do processo de acumulação de capital. Ela vai deixando, no seu rastro, os excluídos, a pobreza, os desertados, mas repito: estou tratando da lógica interna do sistema, do seu próprio processo de acumulação. Proponho que enfoquemos essa questão de outro ponto de vista. Em vez de discutir se existe uma crise iminente ou se a crise já se instalou, que discutamos que elementos têm feito com que o sistema capitalista mundial tenha conseguido adiá-la. Como tem conseguido se reciclar? Para isso, temos de abaixar o grau de abstração. Não basta retomar questões dos clássicos, a descrição estrutural do modo de produção. É preciso compreender a forma como o sistema se articula hoje, sua dinâmica, tal como está colocada hoje, que é diferente da dinâmica de outros momentos históricos. Quando olhamos a crise sob esse ponto de vista, podemos detectar três grandes anomalias no sistema mundial contemporâneo, que nos ajudam a compreender essa tensão entre uma crise iminente que não se transforma em crise real. A primeira grande anomalia, que normalmente as pessoas não percebem, é que a maior economia do mundo, aquela economia que é o centro do sistema mundial, funciona de forma extraordinariamente deficitária. O déficit comercial anual norte-americano é da ordem de US\$400.000.000.000,00. Para que tenhamos uma idéia do que isso significa, basta lembrar que a economia brasileira entrou em colapso, de 1998 para 1999, quando seu próprio déficit comercial se situou entre US\$6.000.000.000,00 e US\$8.000.000.000,00 anuais. Não somos uma pequena economia, um pequeno país. Somos talvez a oitava ou a nona economia do mundo, somos um país de 170 milhões de habitantes, uma das grandes economias do mundo, mas não sustentamos um déficit comercial de US\$8.000.000.000,00. Há muito tempo, a economia americana funciona com um déficit da ordem de US\$300.000.000.000,00, atingindo agora US\$400.000.000.000,00. Não poderia ser assim. Teoricamente, não poderia ser assim. Isso deveria ter um limite. Aliás, era assim que pensavam os arquitetos da ordem capitalista, no segundo após guerra, quando criaram o Fundo Monetário Internacional para intervir em situações de desequilíbrio de balança de pagamento.

Se o Fundo Monetário Internacional fosse fiel à sua carta de origem, suas equipes, com aquelas pastinhas pretas, deveriam desembarcar todas as semanas em Washington, e não aqui. Quem tem uma economia extremamente deficitária, onde caberia ao FMI operar para corrigir, são os Estados Unidos, e não os países do Terceiro Mundo. Isso é um enigma. Como é possível uma economia funcional que acumula ano a ano déficits da ordem de US\$400.000.000.000,00 na área comercial? Essa é a primeira anomalia do sistema internacional. Para compreendê-la, somos levados a compreender uma segunda anomalia, que é o fato de que essa economia emite, sem lastro, a moeda do mundo. É por isso que ela tem uma capacidade de endividamento que excede tudo o que foi imaginado até aqui.

Por que é uma anomalia? Porque em um sistema internacional formado por Estados soberanos, um Estado deter aquilo que em economia se chama "direito de senhoreagem", que é o direito de emissão da moeda, evidentemente é uma anomalia. Se os Estados são soberanos, em princípio, eles são iguais. Mas esse direito de emitir a moeda do mundo introduz uma simetria estrutural nas relações internacionais. Vamos imaginar que nós, neste auditório, formamos um sistema econômico onde cada um, para se integrar nesse sistema, tenha que produzir - camisa, bolsa, microfone, gravador, papel -, gastar seu esforço, procurar compradores, estabelecer relações de troca e, nesse sistema, eu detenha a prerrogativa de produzir dinheiro, ou seja, pintar um papel que tem poder liberatório sobre tudo o que vocês fazem. Evidentemente, minha posição em nosso sisteminha econômico é completamente assimétrica em relação à de qualquer um.

Pois bem, essa é a situação do Estado americano em relação à economia mundial. E essa situação tem ligação com um processo histórico ao qual o João Pedro se referiu. Em 1944, no final da Segunda Guerra Mundial, ocorre a Conferência de Bretton Woods, que vai reorganizar o sistema capitalista, já com a vitória garantida. Essa conferência ocorre em um contexto histórico muito específico. A Europa estava destruída pela guerra. A União Soviética, embora se alinhasse com o campo vencedor, estava igualmente destruída pela guerra.

O Japão, potência asiática que tradicionalmente disputava a hegemonia no Pacífico e na Ásia, também estava destruído e derrotado pela guerra. Enquanto isso, os Estados Unidos não somente não estavam destruídos, mas, ao contrário, sua economia tinha saído da grande depressão dos anos 30 e vivido um processo de grande expansão e modernização exatamente por causa da guerra. Estava com seu território intacto, sofrera perdas humanas bastante pequenas em relação ao conjunto dos países beligerantes e tinha mais da metade das reservas de ouro do mundo, mais da metade da capacidade produtiva instalada do mundo; além disso, naquele momento, era o único país detentor de armas nucleares e controlava os dois grandes oceanos: o Atlântico e o Pacífico.

Então, a Conferência de Bretton Woods foi realizada em um momento de enorme assimetria em termos de poder. Nessa conferência, os Estados Unidos exigem para si o direito de senhoriação sobre a economia internacional. Ou seja, exigem o direito de que a moeda emitida pelo seu Estado nacional seja a moeda do mundo. Quem não estava em Bretton Woods, como o João Pedro lembrou, botou as mãos na cabeça e disse: "Isso é uma anomalia". Mas os Estados Unidos obtiveram isso às custas de duas concessões. A primeira, a emissão de dólares - aceitos como moeda internacional - ficava vinculada à reserva de ouro do tesouro americano. Ou seja, cada Banco Central, cada país que aceitasse operar com dólares poderia sacar o ouro americano com os dólares emitidos pelo Tesouro americano. Segunda, o Estado americano garantia, por tratado internacional, além da conversibilidade, a paridade fixa do dólar com o ouro. Ele não poderia desvalorizar o dólar.

Então, criou-se um sistema internacional no qual a reserva de ouro americana lastreava o dólar e o dólar era referência para todas as demais moedas. Pois bem, em 1972, o Governo Nixon rompeu unilateralmente o Tratado de Bretton Woods. Declara que aquela montanha de papel pintado de verde que os demais países haviam aceitado e que estava depositada nos Bancos Centrais de todo o mundo não representava mais a reserva de ouro americana. E, no momento seguinte, desvaloriza o dólar para recuperar a competitividade da economia americana. Naquele momento, todas as mercadorias do mundo já eram cotadas em dólar, todas as reservas dos Bancos Centrais do mundo eram feitas em dólar, de tal maneira que o sistema mundial não podia repudiar o dólar, sob pena de entrar em colapso.

A partir de 1972, os Estados Unidos mantêm o direito de senhoriação de fato, preservam o direito de emitir a moeda do mundo, mas repudiam as regras de emissão dessa moeda e, portanto, passam a deter um direito absoluto de emissão da moeda do mundo. Isso introduz uma assimetria estrutural nas relações internacionais e está ligado ao projeto de retomada da hegemonia americana, que sofria várias ameaças. Em 1972, os Estados Unidos estavam perdendo a Guerra do Vietnã, o Terceiro Mundo era um espaço crescentemente contestador, as economias alemã e japonesa disputavam novamente a hegemonia tecnológica com os Estados Unidos, e a União Soviética havia atingido a paridade estratégica militar com os Estados Unidos. Há um projeto de retomada da hegemonia americana, que passa pela quebra do tratado internacional e que confere ao Estado americano o direito absoluto de senhoriação sobre a economia do mundo. E ninguém pode enfrentar o Estado que emite a moeda do mundo, ele ganha um sobrepoder.

Essa anomalia não é aceitável. Não seria aceitável por vocês que eu detivesse sozinho o direito de emitir o dinheiro que todos têm de usar. No entanto, ela se prolonga até hoje. E prolonga-se, em primeiro lugar, porque é muito difícil transitar de um padrão monetário para outro. Em segundo lugar - e é o que nos importa aqui -, esse prolongamento está ligado a uma terceira anomalia. Eu disse que o sistema internacional, hoje, da forma como está organizado, tem uma primeira anomalia no fato de que a principal economia do mundo é enormemente deficitária e funciona. Há uma segunda anomalia, que explica a primeira, que é o fato de que essa economia deficitária funciona porque tem uma capacidade de endividamento incrivelmente elástica, pois ela se endivida na sua própria moeda.

E por que isso permanece? Chegamos à terceira anomalia. Isso acontece porque o pólo ascendente da economia mundial, o asiático, é estruturalmente superavitário. Essa também é uma anomalia. E esse pólo superavitário não poderia funcionar e crescer se não encontrasse a demanda americana para o escoamento do seu excesso de capital, de produtos, etc.

Forma-se, no sistema mundial, uma articulação que contém dentro de si um claro elemento de conflito no núcleo de poder. Esse elemento de conflito é a senhoriação da economia americana sobre a economia internacional, que não é aceitável e que terá de terminar algum dia. Existe um conflito, e há também cooperação, porque, se o dólar desabar, todos desabam, a começar pelos credores do dólar, e o principal deles é o Japão. O sistema mundial se desenvolve hoje em relações de conflito e de cooperação que impedem um desenlace rápido na forma de uma crise súbita.

No entanto, a situação que se criou no imediato pós-guerra fria, de unipolaridade, não poderá se sustentar indefinidamente. No mundo globalizado, a situação normal é a de multipolaridade. E caminhamos de alguma maneira para isso. Se tentarmos compreender a situação do mundo hoje, teremos de verificar como se dá esse trânsito da unipolaridade para uma nova multipolaridade, cujos contornos ainda estão começando a ser definidos.

Para isso, vamos olhar panoramicamente como o mundo está caminhando. Os Estados Unidos ocupam um duplo centro. Ocupam o centro de uma área regional já constituída em torno do NAFTA, ocupam também o centro da economia do mundo e tentam preservar essa situação de economia central.

No entanto, os Estados Unidos sabem que os demais países do mundo capitalista tendem a disputar esse centro. E, nesse contexto, torna-se estrategicamente importante garantir que, num futuro mundo multipolar, o hemisfério americano consolide-se como área de controle direto dos Estados Unidos. Neste momento, os Estados Unidos não abrem mão do controle direto de duas áreas do mundo: a América Latina e o Oriente Médio. A América Latina, pela sua posição geográfica e geopolítica, e o Oriente Médio, pela sua posição específica como detentor das grandes reservas energéticas do planeta. Nesse contexto, a América Latina está imobilizada, em trânsito para integrar formalmente a área americana. Pelo menos quatro movimentos estruturais do nosso continente mostram claramente esse processo. Os processos de dolarização das economias do continente, os processos de desnacionalização da base produtiva dessas economias, a criação da ALCA e, pela primeira vez na história, o início da intervenção militar direta dos Estados Unidos na região amazônica, área estratégica do novo ciclo que predominará no séc. XXI. O que caracteriza a América Latina, hoje, é uma ausência de projeto e seu trânsito na consolidação de uma área subordinada ao poder americano. A África está fora do jogo, é um problema da Cruz Vermelha, não mais sendo um problema do sistema mundial. A Rússia foi derrotada recentemente. Mantém seu arsenal nuclear, mas levará muitos anos para retomar a possibilidade de um projeto. A Europa é formada por pequenos e médios países, que, isoladamente, não poderiam romper o jogo ou entrar no grande jogo. Por isso, o movimento europeu é na formação de um megaestado continental. A Europa criou uma área econômica e monetária integrada, cujo Produto Interno Bruto rivaliza com o produto americano, criou uma moeda alternativa ao dólar para escapar da senhoriação americana, concedeu cidadania continental às suas populações, está integrando sua legislação, integrando suas forças armadas, dotando-as de alta capacidade de intervenção. No mesmo momento em que as nossas elites colonizadas anunciam o fim do Estado, no centro do sistema, cria-se um megaestado continental que recolocará a Europa no grande jogo de poder do séc. XXI. E a Ásia é a grande incógnita desse sistema. Tem a 2ª maior economia do mundo, que é o Japão; tem a potência emergente, que é a China; tem poder nuclear, economias com alto dinamismo tecnológico, grandes empresas, grandes Bancos, grandes populações; no entanto, não conseguiu criar uma área comum e muito menos uma área monetária integrada. É permeada por grandes rivalidades internas, tendo grandes populações em estado de pobreza, de tal maneira que não está clara a posição que a Ásia ocupará nessa reordenação do sistema mundial. Ela não é suficientemente frágil, como a América Latina, para ser deglutida. Não é frágil como a antiga União Soviética para ser derrotada. Mas não constituiu uma personalidade própria, como a Europa, para se colocar autonomamente no grande jogo. Há, portanto, um desenvolvimento do sistema global na direção de uma nova multipolaridade. E, nesse desenvolvimento, o destino do Brasil está fortemente atrelado ao destino do seu continente. A tendência predominante, neste momento, é a nossa integração subordinada na área americana. Mas é preciso lembrar que o Brasil não é um país qualquer. O Brasil é o grande país periférico da América Latina e um dos cinco ou seis grandes países periféricos do mundo, juntamente com a Indonésia, a Índia, a China, a Rússia e a África do Sul. O Brasil tem uma massa demográfica suficientemente grande, uma capacidade técnica e cultural suficientemente desenvolvida, uma base física suficientemente importante para que possa constituir, junto com outros países intermediários, um elo fraco desse projeto, podendo, a partir dele, redefinir a movimentação de todo o continente sul-americano. Obrigado.

Palavras do Sr. Cláudio Gontijo

Em nome do Governador Itamar Franco, agradecemos a presença de todos. Com muita alegria vemos um movimento popular que vem ao encontro de um novo projeto para o País, o qual na verdade está sendo gerado e teve seu ponto de partida em Minas Gerais.

Saúdo, na pessoa do Deputado Luiz Tadeu Leite, os participantes da Mesa e, mais que em nome do Governador, gostaria de trazer o meu depoimento pessoal. Vemos com muita alegria a realização de um sonho antigo, que em primeiro aspecto é a retomada dos movimentos populares e da consciência política do povo brasileiro.

Quando era estudante na Faculdade de Ciências Econômicas, tínhamos uma preocupação com a contestação à ditadura militar. Vivíamos durante o regime militar e, àquela época, a sociedade brasileira caminhou para rebelar-se contra esse regime. Nós inclusive corremos da polícia, fizemos movimentos contestatórios, etc. E até recentemente víamos que a juventude brasileira, em particular, havia perdido esse conteúdo contestador. Isso ocorreu porque vivemos durante algum tempo embalados por uma falsa promessa - a promessa do neoliberalismo -, de que, se abraçássemos o mercado, privatizássemos as estatais, tudo estaria bem. Hoje há uma consciência crescente da população de que isso é um erro.

Gostáramos de fazer aqui um retrospecto do que houve nos dois últimos anos, lembrando que, quando o Dr. Itamar Franco era apenas candidato ao Governo de Minas, seu "slogan" era "Minas levanta a sua voz!". Minas levantou sua voz quando ele assumiu o Governo. A voz do Governador era uma voz isolada, criticada, o Governador foi apresentado como um

louco, como um novo Dom Quixote comandando um exército de Brancaleone. Hoje a voz isolada do Governador se transformou na voz de Minas Gerais e já é a voz dos oprimidos e do movimento dos sem-terras, a voz dos trabalhadores e de todos nós. Amanhã será a voz da Nação.

Usando essa cacofonia, será também a danação da hegemonia do capital financeiro neste País, porque é a luta do Governador, é a luta de todos nós para romper com a ditadura branca do capital financeiro internacional sobre nós. Fazendo uma analogia, o professor falou sobre Che Guevara, sobre Tupac Amaru, sobre o Comandante Marcos, sobre Zumbi, sobre Antônio Conselheiro, figuras importantes que lutaram contra as forças dominantes. Hoje, no Palácio da Liberdade, alguém luta por isso também.

É com satisfação que testemunhamos a harmonia entre o Palácio da Liberdade e a Assembléia Legislativa, onde ocorre este encontro, que traduz muitos interesses. Este fato, extremamente significativo, demonstra harmonia entre um Governador de Estado e um movimento popular em prol da mudança do País. Lembro que esta luta que se inicia certamente será vitoriosa, porque, quando o povo se conscientiza de seus interesses, não há nada que o detenha.

O Sr. Fernando Henrique Cardoso tem um deus que se chama economia de mercado, diante do qual se ajoelha. Agora, para o Governador de Minas e para todos nós, abaixo de Deus, o homem não pode se ajoelhar diante de nada. É filho de Deus e haverá de vencer todos os desafios colocados em sua trajetória. Nossa força vem de nossa origem divina, do fato de sermos homens. Venceremos todas as forças que se opuserem a nós. Como já dizia Friedrich Hegel, a trajetória da história humana é um caminho para a liberdade. Essa é a luta em que estamos todos envolvidos e que, mais dia menos dia, será vitoriosa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Esta Presidência, embora honrada sobremaneira, deseja prestar uma homenagem à mulher mineira, passando a Presidência para a Deputada Maria José Hauelsen.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Hauelsen) - Honrada com a deferência do Presidente que estava dirigindo os trabalhos, agradecemos em nome da mulher mineira. Cumprimos o Dr. Gontijo por sua exposição.

Palavras da Sra. Dirlene Marques

Bom dia a todos. Não vou fazer nenhuma manifestação maior da alegria que temos por estarem todos aqui presentes; só passarei alguns rápidos recados. Dentro da pasta, há uma série de materiais importantes para a continuação de nossos trabalhos. Há um caderno com todas as atividades deste evento, inclusive as oficinas, que são diversificadas, trazendo desde pessoas que fazem trabalho coletivo na cidade até pessoas de fora, de alguma expressão, que vieram para engrandecer nosso evento - posso citar o Paulo Nogueira, o Luís Mário -, ao lado de pessoas daqui como o Deputado Sérgio Miranda e o Dada, nosso monge proutista. Enfim, temos várias oficinas. É importante que vocês observem e escolham pelo tema.

Além disso, temos outro informe dentro da pasta, e, para nós, que estamos dentro da Campanha Jubileu Sul, é fundamental que todos prestem atenção. É este abaixo-assinado que encaminharemos para o Legislativo. É um pouco diferente, porque é individual. Há toneladas de papéis para serem entregues no Congresso, então, todos que concordem com os dizeres assinem este abaixo-assinado e o coloquem numa uma que está ao lado da secretaria. Algumas pastas podem não ter esse papel, porque acabou e não conseguimos encartar todos. Mas, a partir do horário do almoço, já teremos à disposição na secretaria. Todos podem encaminhar, porque é de extrema importância para nós.

O último recado é que todos os palestrantes que convidamos têm livros escritos, além de pessoas que participam das oficinas, e esses livros estão à venda lá fora, na banca do grande companheiro Cebola, e quem quiser os livros e a assinatura dos palestrantes pode adquiri-los.

Nós, do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, dividimos nossas funções, e a coordenação dos debates de hoje à tarde não seria feita por mim, mas pelo Carlos Calazans. Volto a palavra para a Presidência da Mesa, para a continuação dos trabalhos. Obrigada.

Designação do Coordenador

A Sra. Presidente - A Presidência passa a coordenação dos trabalhos ao Sr. Carlos Calazans, representante do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial.

Esclarecimentos sobre os Debates

O Sr. Coordenador (Carlos Calazans) - Muito obrigado à nossa Presidente, Deputada Maria José Hauelsen. Daremos prosseguimento ao nosso debate. Algumas perguntas elaboradas para os expositores já estão em poder da Mesa. No Plenário, estão sendo passadas fichas para que as pessoas possam se inscrever para fazer perguntas orais ou para escrever, dirigindo as perguntas aos debatedores. Pedimos às pessoas que farão perguntas pelo microfone que sejam rápidas e objetivas. Será concedido o prazo de 2 a 3 minutos para a formulação das perguntas, de forma objetiva, e, depois, voltaremos a palavra para os debatedores, pedindo que sejam sucintos, para que mais pessoas possam fazer perguntas. As pessoas podem preencher as fichas e entregá-las às pessoas que estão coordenando o Plenário. Já temos uma pergunta escrita, dirigida ao companheiro César Benjamim, e vou passá-la a ele. As perguntas escritas podem ser passadas diretamente aos debatedores. Chamarei quem se inscreveu para fazer perguntas orais e, a cada cinco inscritos, voltamos à Mesa, pedindo um prazo de 5 a 7 minutos para comentários ou respostas às perguntas feitas oralmente ou por escrito. Vamos iniciar as perguntas orais, pedindo que a pessoa se identifique e diga que entidade representa.

Debates

O Sr. Coordenador - Considerando a necessidade de o Sr. Embaixador Samuel Pinheiro retirar-se da reunião, por ter horário marcado de voo, devendo sair daqui a pouco, passo-lhe a palavra para responder a primeira pergunta.

O Embaixador Samuel Pinheiro - Igara Tameron, da Consulta Popular, pede-me para fazer uma relação entre o plano econômico e a ALCA. Para apresentar minha opinião sobre a ALCA nesse processo, aproveito também a provocação que me fez o Stédile.

Há, no centro do sistema capitalista, naquilo que eram as antigas metrópoles, uma extraordinária concentração de poder econômico, militar, tecnológico e científico. Essa concentração no centro do sistema corresponde a uma redução demográfica, enquanto a maior escassez de poder da periferia corresponde a enorme desenvolvimento demográfico.

A população atual do mundo é de 6 bilhões de habitantes. Como se estima que passará a 10 bilhões, a maior parte dos 4 bilhões de habitantes novos estará na periferia do sistema econômico e político mundial. Esta é a primeira questão.

Outra questão refere-se à extraordinária revolução tecnológica em curso, que modifica os métodos de produção e libera a mão-de-obra, e à revolução biotecnológica, de consequências extraordinárias, como é o caso da engenharia genética e outras coisas mais. Estamos no início de um processo que afetará profundamente a agricultura e a vida humana.

Essa divisão do mundo, por assim dizer, assiste a uma multipolaridade no centro tradicional do sistema. Assiste à criação de um megaestado, os Estados Unidos, que vão registrar sua moeda própria, que será de reserva certamente também internacional. Enquanto isso, o mesmo sistema sabe que só pode manter os privilégios de duas formas. Primeiro, consagrando sua dominação econômica sobre a periferia, pelas políticas de desarticulação dos sistemas econômicos periféricos - privatizações e desnacionalizações - e por sua dominação militar. É preciso desarmar a periferia. E fazem isso proibindo armas de destruição em massa. Todas as pessoas de bem na periferia são contra as armas nucleares, bacteriológicas e químicas, e, no entanto, o centro do sistema desenvolve armas cada vez mais poderosas e sofisticadas. Segundo, controlando a difusão de tecnologia pelas leis de propriedade intelectual, de modo que se torna cada vez mais difícil modernizar a economia das áreas periféricas.

Há o surgimento da China e da Índia, também na periferia do sistema, na tentativa de acomodar a situação.

Nesse sistema os Estados Unidos entram com um processo até mesmo de recolonização do mundo. As características das antigas colônias são três: não ter forças armadas, moeda nem política econômica. Há um grande número de Estados, hoje, no mundo, administrados indiretamente pelas agências internacionais. Na Argentina, por exemplo, quem comandou as negociações com o FMI foi o Departamento do Tesouro. Hoje em dia essas coisas vêm mais à tona, porque estão-se perdendo os constrangimentos com relação a essa questão, de tal forma que já se fala normalmente sobre isso.

O Plano Colômbia é parte do plano de recolonização e ordenamento da região geográfica mais próxima de um dos pólos de poder do centro do sistema - União Européia e Estados Unidos -, para alinhar essa região econômica, política e, se necessário, militarmente. Talvez, a América do Sul fosse a única região do mundo onde não havia bases militares permanentes dos Estados Unidos. As outras regiões as têm. Na Europa, no Japão e em vários outros países do mundo há bases militares americanas. Aqui não havia. O Plano Colômbia torna isso possível, e já há uma base militar no Equador, a Base de Manca, que foi alugada aos americanos para operações aéreas.

Como foi dito, acho que há uma correlação muito estreita entre essa incorporação da economia latino-americana e brasileira a esse processo. Isso é o mais grave. Queria insistir, apesar de já ter esgotado meu tempo, em que todas as outras questões não têm prazo. As questões da miséria, da discriminação racial e outras não têm prazo, mas o plano de incorporação do território econômico brasileiro ao território americano tem prazo, é o ano de 2005.

Se nada for feito, isso ocorrerá, será negociado, consagrado em tratado, aprovado no Congresso pelo rol compressor que vai se montar nessa ocasião. Essa questão tem prazo, daí sua urgência. As outras questões são gravíssimas, mas não têm prazo. Depois que isso for definido, ficará difícil resolver pendências como a questão agrária. Peço desculpas pelo fato de me retirar agora por ter outro compromisso. Muito obrigado a todos pela atenção e pelo carinho.

A Sra. Presidente - Esta Presidência agradece ao Embaixador Samuel Pinheiro por sua valiosa participação e lhe deseja bons trabalhos. Em outras oportunidades, com certeza, o senhor falará mais dos problemas graves do nosso País, que têm de ser resolvidos pela sociedade brasileira, com a cooperação dos povos que entendem a necessidade de libertação do mundo. Muito obrigada, boa viagem e bom regresso.

O Sr. Evaristo Garcia Mattos - Minha primeira pergunta é para o João Stédile, com muita honra: a luta ainda é pela soberania, é nacional, é pela terra, não é luta só de esquerda, de socialista nem de heróis, é de todo o povo. Não é de exclusão - excluir não é bom, principalmente quando se trata de alguém que nos possa apoiar nessa luta.

Fazendo um pequeno parêntese, algo está me ocorrendo neste momento: no dia em que estávamos discutindo violência nesta Casa, um General pediu uma audiência ao Governador, que lhe respondeu que não era possível, pois estava recebendo o João Stédile, do Movimento dos Sem-Terra, e não sabia a que horas terminaria - quer dizer, estava à sua disposição, não é, João? Isso foi até muito criticado aqui, até por Deputado desta Casa, que disse que o Governador havia desrespeitado um General e outras boboseiras.

Mas, voltando, é por uma nação soberana e liberta, para que, no futuro, os jovens e as moças trabalhem menos e produzam mais. Para isso, temos de romper com os grilhões que nos prendem ao Consenso de Washington. E ali que se determinam as políticas compensatórias, de que o Prof. Benjamim falou muito bem. E temos de obedecer, já que a produção e as grandes empresas foram privatizadas. Todo o trabalho de Celso Furtado foi para o ralo com o programa de metas.

Prof. Gontijo, estão claras as fórmulas a que somos submetidos. A primeira fórmula do Consenso de Washington é "gastar menos com despesas não financeiras - saúde, educação, aposentadoria, salário, moradia, etc. -, para que sobre recursos para os Bancos". A outra fórmula é a forma assimétrica e hierarquizada dos gastos públicos, pela qual, de um lado, limitam-se, restringem-se e condicionam-se as despesas não-financeiras, especialmente as sociais, e, de outro, mantém-se a mão aberta e dá-se garantia absoluta às despesas financeiras. Quer dizer, para políticas sociais, não há recursos; mas, para Bancos e para o FMI, sim. Isso está claro no Consenso de Washington. Como disse Célio Miranda, a determinação do FMI, agora, é que se congelem os recursos para as obras sociais. Muito obrigado.

O Sr. Marco Antônio da Silva - Bom dia, companheiros e companheiras presentes a este grande evento, por cuja realização gostaria de parabenizar a companheira Dirlene e todos os componentes do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial.

Minha pergunta talvez deva ser dirigida ao Dr. Cláudio Gontijo e é relacionada ao Governador Itamar Franco. O Dr. Cláudio colocou aqui algumas questões, pelas quais o Governador seria, hoje, a voz da Nação. Mas como poderá ser a voz da Nação se os processos de privatização começaram praticamente em seu mandato como Presidente da República e se até hoje, após dois anos no Governo, a saúde continua um caos, sem nenhum projeto concreto para o serviço de saúde do Estado, setor em que trabalho? Hoje, nós, servidores públicos, estamos reivindicando da parte do Governador do Estado de Minas Gerais uma política clara para a saúde da população do Estado, mas ainda não obtivemos nenhuma resposta concreta.

A outra questão é a seguinte: como pode um Governador, ou seja, um representante público, se não tem uma política clara, se não há transparência no serviço público, fazer com que a população tenha mais acesso ao serviço público do Estado? Lamentavelmente, não há transparência em Minas Gerais.

Hoje o Governo Federal lança um projeto sem nenhuma discussão. Hoje o PSF atua na contramão da política do SUS. Um médico do Programa da Saúde da Família ganha R\$6.000,00 para determinar um número de pacientes e manda esses pacientes para um posto de saúde, onde um médico ganha R\$900,00. O PSF pode ser muito bom, mas não da forma como tem sido implantado pelo Governo Federal.

O Governo de Minas usa a Lei de Responsabilidade Fiscal para dizer que não pode dar reajustes aos servidores públicos há sete anos sem reajuste salarial. Não adianta tapar o sol com a peneira. Foram divulgados os altos salários da Assembléia Legislativa, e sabemos que o Vice-Governador é dono de uma grande empresa que mama nas tetas do Estado, através da MGS, comendo recursos públicos. E dizem que não podem dar aumento aos servidores públicos.

O Sr. Marcelino Gonçalves - Bom dia. Represento as Federações das Associações Comunitárias. O Governo do nosso País tem sido muito criticado. Em 11/11/98, no México, participei do Congresso da Confederação Latino-Americana de Trabalhadores, representando Minas Gerais. A violência e a marginalidade são crescentes, no entanto, não há nenhum plano diretor para evitar essa situação. No México, participei desse Congresso, no qual foram ouvidas as associações comunitárias. Ontem, fiquei decepcionado, porque os gabinetes são fechados à participação do povo, as associações comunitárias não são ouvidas. Lá, as pessoas abrem seus gabinetes, enquanto, no Brasil, eles são fechados. Isso é grave. Poderiam ser abertos para ouvir os líderes comunitários, as representações das favelas, os sem-terras. Era importante abrir esse espaço. Na época da eleição, "tapinha não dói". Depois da eleição, ganhamos um murro no nariz. Levei ao México um projeto chamado Colonização do Menor. Esse projeto foi implantado, mas em Minas Gerais não deveria haver cópias. O nosso Estado deveria fornecê-las. É preciso um plano diretor mais sério, uma representação parlamentar mais séria. A população colocou Fernando Henrique no poder; não votei nele, mas, para tirá-lo, é preciso passar por muitos processos, é preciso conversar com os parlamentares. É preciso deixar que a população derrube os corruptos. O Brasil tem cores, verde, amarelo, azul, anil e branco. Gosto do meu Brasil. Vamos chegar a um ponto em que todos vão correr para um Estado organizado, como Miami. México, que era uma cidade pobre, hoje está organizada. O nosso real caiu. O peso do México está acima do valor da nossa moeda. Vamos derrubar esse Governo. Há sete anos, estamos sem reajuste na universidade, enquanto a dívida externa está sendo paga pelos pobres. Era panela no fogo e barriga vazia. Agora estamos com a barriga no fogo e a panela vazia.

O Sr. Edinaldimar Barbosa - Quero dirigir minha pergunta ao João Pedro. Já que está batendo na Globo, gostaria que dissesse quais são os mecanismos que o Governo brasileiro e a grande mídia têm utilizado para bater nos movimentos sociais, para desmobilizá-los, para desestruturar a nossa luta pela democracia, pela construção de uma nação soberana. Quais são as razões que apresentam para fazer essa defesa desse Estado democrático, que não tem nada de Estado nem de democrático?

Gostaria de aproveitar a oportunidade e fazer uma denúncia nesta Casa em relação à repressão da Polícia Militar sobre a manifestação dos estudantes da UFMG, que estão fazendo greve junto com os professores. Seis pessoas, entre estudantes e funcionários, foram presas. Uma das meninas teve o braço fraturado, torcido pela Polícia Militar. Outro rapaz teve a cabeça cortada, o ombro deslocado e levou cinco pontos. Dois dos estudantes ficaram rodando pela cidade dentro de um camburão que estava em alta velocidade. Tudo isso para fazer pressão psicológica sobre eles. Acredito que isso é de uma gravidade enorme e é dever do Poder Legislativo, do Poder Executivo e da sociedade fazer uma pressão e punir os responsáveis. Muito obrigado.

O Sr. Willian Rosa Alves - Sou Professor da UFMG, em greve, assim como a Dirlene, Coordenadora do Fórum, o João Antônio de Paula, Professor da Faculdade de Ciências Econômicas, e, creio, também o César Benjamim, que é professor da UFRJ. Quero também lembrar que o Cláudio Gontijo também é Professor da UFMG, e, neste momento, está no Governo do Estado. Não podemos deixar de nos manifestar em relação a isso, porque, de um lado, existe um discurso, como se um Estado estivesse contra o outro, e o Estado de Minas Gerais, representado por seu Governo Estadual, estivesse contra as políticas do Governo Federal. No entanto, na prática, vemos que, além do discurso, existem várias formas de violência para com os servidores estaduais e qualquer cidadão que tiver um mínimo de indignação e que expresse publicamente as necessidades e anseios por que passamos. É por isso que nos organizamos no Fórum Social Mundial.

Então, fica aqui o nosso protesto. Não fazemos apenas uma denúncia. Como membros do comando de greve, exigimos esclarecimentos por parte do Governador em relação aos fatos ocorridos no "campus" da UFMG na tarde do dia 28 de maio. Estamos vendo aqui o Comitê Mineiro, o representante do Governo Estadual, e a mineiridade aparece. É como se pudéssemos construir uma escala perfeita contra o Governo Federal. Temos de fazer essa reflexão no Fórum como um todo e nas diversas oficinas. Há pouco, falou-se que Minas precisa ser o exemplo, o modelo, mas acho que temos de pensar mais a esse respeito, até porque acho que, nesta Mesa com três nomes, o que menos foi discutido, por enquanto, foi o neoliberalismo. Ouvimos falar sobre a globalização, sobre como ela penetra em nossa vida, mas gostaria de ouvir sobretudo o César Benjamim falar sobre o neoliberalismo. Quando você analisa o capitalismo como sistema, é como se ele fosse composto de unidades. E você teve dificuldades para analisar a Ásia em bloco, por exemplo, porque o desenvolvimento capitalista não se põe em bloco. Existem blocos não somente dentro da Ásia, mas também na América Latina, por exemplo; são situações bastante diferentes.

Então, uma coisa é repensar essa idéia de sistema, porque a própria esquerda continua utilizando essa palavra que, na verdade, foi construída em um determinado momento da história. Temos de pensar se ela vale para hoje e se as posições à esquerda precisam usá-la. Creio que o pensamento dialético tem essas condições. Foram colocados exemplos dessas contradições aqui, que se expressam, por exemplo, no BANESPA, que o João Pedro Stédile citou. Essas unidades não têm essa coerência, e acho que não podem ser avaliadas como sistema. O melhor exemplo colocado foi o do José Maria de Almeida. Como é que, internamente, existem essas contradições? Parece que somos uma unidade - Brasil -, e parar de pagar a dívida, por exemplo, significaria prejuízo. Mesmo segundo parâmetros do próprio desenvolvimento capitalista, vimos que isso significaria mais investimentos. Gostaria que desenvolvesse um pouco esse tema. Acho que o João Antônio, mesmo sendo apresentado como economista, levantou a questão política, que foi a construção de pensamento que os precedentes históricos colocaram. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, Willian. Vamos trabalhar até 12h10min, mais ou menos, e concluir o debate. O César Benjamim tem um compromisso, precisa voltar e ainda não retirou passagem. Por isso, vamos trabalhar, no máximo, até 12h10min. De certa forma, vamos limitar as perguntas e voltar à Mesa. Começamos com o César Benjamim e vamos dar uma certa flexibilidade à Mesa, pedindo compreensão aos debatedores. Como chegaram várias perguntas por escrito e de forma desigual - uns receberam mais perguntas que outros -, vou pedir que elas sejam respondidas de forma objetiva e deixar um tempo livre. César Benjamim, por favor.

O Sr. César Benjamim - Queria pedir desculpas a vocês e pedir que tenham pena de nós, porque não é muito simples ter 20 minutos para falar do mundo. É claro que há simplificações, é óbvio que há a escolha de uma abordagem entre muitas possíveis. Então, nenhuma das intervenções é capaz de tratar adequadamente essa complexidade.

Chegaram a mim quatro perguntas por escrito, que de certa maneira se relacionam com a fala do último companheiro. A primeira diz respeito à possibilidade de ação militar norte-americana na Amazônia. Se olharmos a situação da economia mundial, de maneira simplificada, evidentemente, podemos ver a superposição de diversas famílias de técnicas.

Temos na economia mundial, por exemplo, a família metalmeccânica, a indústria do automóvel, etc. Há a família da química, da petroquímica. São tecnologias que já foram de ponta há décadas, privativas dos países do centro, e que hoje são tecnologias difundidas. Países como o Brasil, por exemplo, dominam essas tecnologias. Outra família é a da informática, da telemática e da microeletrônica, tecnologias que neste momento vivem o seu processo de maturidade. Hoje têm importância muito grande na produtividade do trabalho, na configuração das economias mundiais.

E há algumas famílias que estão se iniciando e que estão sinalizando uma importância crescente no futuro, como, por exemplo, a das biotecnologias, que ainda está engatinhando. O potencial na área de farmacologia, saúde, agricultura, etc., ainda é mal conhecido. A estrutura genética começa agora a ser conhecida e manipulada, abrindo-se um novo ciclo, que será crescentemente importante no século XXI.

Isso altera a posição da Amazônia no mundo, porque os cientistas que trabalham com biotecnologia não criam genes, apenas manipulam os que existem na natureza. Portanto, o estoque de genes se torna o estoque de matéria-prima fundamental para essas novas tecnologias que vão predominar no século XXI. E esse estoque está concentrado em larga medida na região amazônica. Entre 65% e 70% do estoque mundial de material genético está nessa região. Isso a coloca numa situação nova no século XXI, como aquela que é detentora do principal estoque de matérias-primas do novo ciclo que está se iniciando.

Como se isso não fosse suficiente, existe um recurso natural não renovável, escasso e que será o recurso fundamental do futuro: a água doce. Não por coincidência, esse recurso também está concentrado na Amazônia. A América do Sul detém 45% das reservas mundiais de água doce utilizável, e elas estão concentradas na bacia do rio Amazonas. Isso altera a posição geopolítica da Amazônia.

Temos ali sociedades fracas. Basta lembrar a vocês que a Amazônia brasileira se torna nacional no século XX. Os acordos de definição de fronteiras datam de poucas décadas atrás. Reparem que está se criando uma região de importância estratégica e frágil. Isso faz com que a Amazônia no século XXI possa repetir uma trajetória mais ou menos semelhante à do Oriente Médio. O que era o Oriente Médio há 100 anos? Era uma região com sociedades fracas, detentora do estoque de matéria-prima fundamental do ciclo que se iniciava, o ciclo do petróleo. O que determina onde estará o estoque estratégico é a natureza, e isso cria uma simetria em relação ao local onde se encontra o poder. O poder é construído pela história humana, e os estoques de matéria-prima estão distribuídos assimetricamente pela natureza.

Ao longo da história humana, a situação mais comum é os grandes centros de poder não estarem sobre os grandes estoques estratégicos. Isso cria situações de extremo conflito. Qual é a história do Oriente Médio nos séculos XIX e XX, que coincide com a ascensão do ciclo do petróleo? É a história de criação e fim de países, de conflitos permanentes, de ocupação militar estrangeira. É a história de uma enorme instabilidade que decorre do fato de que ali se combina sociedade fraca com recursos estratégicos. Esse novo cenário começa a acontecer na Amazônia, que pode vir a ser o Oriente Médio do século XXI, sob certo sentido. Isso explica vários movimentos da grande potência contemporânea, incluindo um movimento de presença militar direta na região amazônica. Os Estados Unidos constituíram uma grande base militar no Equador, constituíram uma segunda grande base militar na Guiana, iniciaram o Plano Colômbia, e não me venham convencer de que o Plano Colômbia foi elaborado para erradicar a folha de coca. Esse é o elo mais fraco do circuito do narcotráfico. Se querem controlar o narcotráfico, primeiro devem ser controlados os paraísos fiscais, o sistema financeiro, a produção do éter e da acetona, que a Colômbia não produz. Não é o camponês, que planta a coca há dois mil anos, para fazer o chá de coca, o culpado. Trata-se de uma explicação evidentemente rota. Tem-se o Plano Colômbia, a presença no Equador, a presença na Guiana e em Alcântara, cercando a região. Há um movimento estratégico em curso que não conseguimos visualizar, porque nós, brasileiros, perdemos a capacidade de pensar em longo prazo. Estamos sempre no curto prazo: qual é a cotação do dólar, como a bolsa oscilou ontem, como será o acordo com o FMI? Não conseguimos nos posicionar estrategicamente. O Estado americano, assim como os grandes Estados, posicionam-se estrategicamente. Existe um novo contexto geopolítico a se formar, e isso se liga à segunda indagação que me trazem, que é a questão sobre qual é a possibilidade de o Brasil aliar-se à União Européia, e não aos Estados Unidos. As negociações sobre a ALCA e os aspectos que as envolvem, no fundo, são negociações sobre a posição estratégica do Brasil e da América Latina no mundo, no século XXI. É isso que está sendo discutido. Se não formos capazes de deter os quatro movimentos a que me referi - a dolarização das economias latino-americanas, a desnacionalização da base produtiva, a formação da ALCA e a presença militar na Amazônia - ainda nesta década, a posição geopolítica da América Latina estará redefinida como uma região subordinada à área americana. Estará redefinida desta forma por longo tempo, porque são quatro processos muito profundos, que não nos deixam alternativas, a não ser a de ruptura. Uma economia dolarizada, desnacionalizada, com presença de força militar estrangeira e sem espaço nacional definido revela uma sociedade que perdeu seus instrumentos para fazer história, tornou-se um subsistema cujo centro não está nela mesma. É isso que está em curso. E o Brasil está aceitando essa negociação num momento de unipolaridade, que é o momento seguinte à guerra fria, quando os Estados Unidos emergem como única potência mundial. A análise que faço é a de que a tendência é a de uma nova multipolaridade, e que precisamos ganhar tempo, resistir ao movimento de absorção, para reconstruir condições de atuar na multipolaridade e, em vez de nos integrar na área regional americana, nós, brasileiros e latino-americanos, constituirmos nossa própria área regional, com presença mundial.

Não devemos ser subordinados nem aos Estados Unidos, nem à União Européia ou a quem quer que seja. Devemos constituir uma área de integração sul-americana que constitua uma personalidade própria e até futuro - por que não? - megaestado latino-americano que tenha presença mundial e não seja absorvido por esse movimento que se está dando ao longo desta década.

Nesse ponto quero chamar a atenção de vocês para a última colocação do Embaixador Samuel Pinheiro, e ele tem razão - essas questões têm prazo. O prazo é esta década. Se esses processos se fecharem nos próximos anos, será muito difícil sairmos deles, e, então, teremos um longo horizonte pela frente na situação colonial.

Quanto à questão do enfraquecimento do dólar, de uma perda da hegemonia dos Estados Unidos com a entrada do euro, tentei mostrar que é difícil vislumbrar o movimento do núcleo do sistema hoje, porque ele é um movimento tenso. E qual é essa tensão? O que garante que o sistema capitalista do mundo não mergulhe na sua crise estrutural latente é a demanda efetiva americana. A economia americana que compra e consome no mundo inteiro impede a entrada em depressão. É importante que isso seja mantido do ponto de vista do mundo capitalista. Como isso é mantido? Porque o dólar é uma moeda mundial; porque os Estados Unidos endividam-se emitindo a moeda do mundo. Está certo? Ora, enquanto eles emitirem a moeda do mundo, o sistema mundial tem uma simetria estrutural, que os outros centros de poder mundial não querem perpetuar. Eles querem romper com essa simetria mundial. Mas eles não podem romper rapidamente, porque, se o fizerem e o dólar desabar, se a economia americana mergulhar em depressão a economia mundial também entrará em depressão. Os Estados Unidos são o grande devedor mundial, e, se isso acontece os credores desabam junto, a começar com o Japão, que é o grande credor mundial.

Então há um movimento contraditório de construção de alternativas e de negociação. O que vai predominar em médio prazo terá de ser a multipolaridade. Mas o caminho para ela é muito comum. A Europa definiu o seu próprio caminho, com a criação da área econômica integrada e do euro, o que tende a ser um movimento de escape à senhoria americana. Mas isso vai levar algum tempo, e é muito difícil visualizar como isso vai acabar. De qualquer maneira isso explica o fato de que hoje o sistema vive uma crise estrutural latente e adia essa crise sucessivamente. A esse paradoxo é que me referi na minha primeira intervenção.

A última pergunta diz respeito à posição da Ásia. A Ásia tem uma posição específica, porque é sobre muitos pontos de vista a área econômica para onde tende o centro da economia mundial. É a área de maior dinamismo tecnológico, de maior massa demográfica, de maior desenvolvimento recente e tem uma economia que, se mantiver as suas taxas de crescimento dos últimos anos, será a primeira economia do mundo nos próximos dez anos. Hoje tem a segunda economia. Mas a Ásia é um enigma, inclusive do ponto de vista da sua capacidade hegemônica. Há aí a própria barreira cultural e linguística. Hoje o mundo fala inglês, mas é difícil imaginar um mundo que fale o japonês e o chinês.

Há um ano estive em Cuba e ouvi o Fidel Castro dizendo que é evidente que o povo mais inteligente do mundo é o chinês, e a prova disso é que eles falam o chinês, porque, para o resto do mundo, é impossível falar o chinês. E imaginar que essa sociedade terá a hegemonia mundial é muito difícil. Existe no sistema mundo uma área que não está em vias de ser derrotada, como a Rússia foi; não está em vias de ser deglutida como a América Latina está sendo; não está em vias de ser marginalizada como a África foi, e não tem uma estratégia clara como a Europa. O destino do sistema depende muito do movimento dessa área.

A América Latina é heterogênea, mas há outros recortes possíveis. Fiz um recorte regional, mas indiquei um segundo. Costumamos raciocinar em termos de centro e periferia, mas o século XX criou sociedades intermediárias, grandes países que não são centro, mas também não são mais periferia no sentido extremo; países como o Brasil, como a Índia, como a China, como a Indonésia, como a Rússia, que, ao meu ver, constituem, na atual configuração, o elo fraco do sistema.

Para concluir, isso só aumenta nossa responsabilidade. Não vamos ficar nos lamentando que, com a globalização, não se pode lutar mais, que não há perspectiva, que não há alternativa. Se há alguém que não tem direito de dizer isso somos nós, brasileiros, que estamos em um grande país periférico, que, juntamente com outros, pode constituir-se num elo fraco de ruptura do sistema, com o novo ciclo que se está iniciando. Mãos à obra, nenhum pessimismo, nenhum derrotismo, porque aqui pode ser um dos pontos de gestação de um projeto alternativo.

O Sr. João Pedro Stédile - Agradeço aos companheiros Cláudio Vilaça, Diogo Prosdociimi, do Colégio Santo Antônio; Antonieta de Cássia, David Rodrigues, Paulo Lacerda, Artur Grossi Pedro, Fabrício Aires, Carolina Rocha, José Gomes dos Santos e Adriano Lima Corrêa. Foram muitas as perguntas. E há um bloquinho só sobre a reforma agrária, que deixarei para a segunda rodada.

Resumirei algumas idéias provocadas pelas perguntas. O Brasil vive uma crise em nossa sociedade, que não consegue resolver seus problemas econômicos e sociais fundamentais. E essa crise é muito maior do que simplesmente reduzirmos a políticas econômicas do tipo neoliberal, é muito maior do que dizer que agora o Estado é um Estado mínimo e que o mercado vai controlar tudo. O que ficou claro é que se trata de um novo modelo econômico de acumulação do capital, que subordina nossa economia a uma nova lógica do capital internacional no seu estágio financeiro. O capital bancário financeiro internacional é o poder econômico que controla nossa economia hoje. São os Bancos internacionais as grandes corporações multinacionais, algumas delas maiores do que os Estados. São eles que dirigem nossa economia. Fernando Henrique é apenas um porta-voz desse modelo. Quem manda no Brasil mesmo são Pedro Malan, Arminio Fraga e Francisco Grossi. Iremos a Brasília semana que vem e pediremos audiência com o Malan. Se não aceitar nos receber, vamos a Washington, falar com o FMI. Temos de nos acostumar a ir a quem manda mesmo, porque Fernando Henrique é aquele boneco de programa de televisão que só fica papagaiando. A essência do modelo é essa.

O que nos cabe nessa história? Temos de pensar um projeto para o País, que, sobrepondo-se a rótulos, manuais e doutrinas, perceba que nossa sociedade tem condições de resolver os problemas fundamentais do povo, ou seja, pode garantir trabalho, educação, terra, casa digna, comida todos os dias e o direito de praticar sua cultura - isso para todos e não apenas para alguns.

Estão em discussão alguns programas econômicos que acenam com a possibilidade de incluir "mais alguns", por meio de distribuição de bolsa-escola e tickets- restaurante. Ora, tudo isso é grande ilusão. Ou fazemos um projeto econômico que inclui a todos, ou a crise continuará. Os problemas sociais serão apenas adiados.

Refiro-me a um programa de caráter nacional, porque temos de resolver o problema da sociedade brasileira no nosso território. Não adianta irmos para aqui ou ali, fazer uma revolução internacional. É aqui que temos de travar a batalha contra nosso inimigo.

O programa tem de ter também um componente popular - porque pretende, acima de tudo, resolver os problemas básicos da população - e democrático, no sentido pleno da palavra. Todos devem ter os mesmos direitos e oportunidades, diferentemente do que acontece nessa democracia de mentirinha da burguesia, que é meramente representativa e em que o povo é convocado apenas para votar.

Obviamente, não se implementa um projeto alternativo dessa natureza nas lógicas do capitalismo. Assim sendo, um programa nacional e popular adquire os componentes anticapitalistas. Por quê? Porque é impossível garantir trabalho para todo mundo, se não pararmos de pagar a dívida externa; porque é impossível reinvestir os recursos da sociedade em produção das mercadorias necessárias, sem estatizar o capital financeiro. Por quê? Porque o mecanismo atual é de especulação. Temos de ter um Estado que, em nome da sociedade, diga: "Epa lá! Dinheiro de Banco é para produção, e não para especulação". (- Palmas.) E, para isso, companheiros, sem milongas, é necessário estatizar o sistema financeiro, assim como, para resolver a democracia dos meios de comunicação e da garantia da cultura brasileira, é preciso democratizar a Globo, já que é o instrumento de maior perversidade de colonização cultural no País.

Essas são as saídas que precisamos discutir para nosso povo, mas não se sabe quantos estão dispostos a isso.

Tenho andado pelo Brasil inteiro e estou convencido de que a sociedade brasileira está grávida do novo projeto popular e de que, em qualquer momento, vamos pari-lo, queiram os outros ou não. (- Palmas.) Há um desejo de mudança no meio do povo e das forças organizadas, e há outra política dos jornais, dos Palácios, da Globo, que nada tem a ver com o povo brasileiro.

Por sorte, nosso povo não está nem aí para as instituições. Temos coragem de ir até a Seleção Brasileira, que é a única unanimidade nacional. Se o Felipão faz uma bobagem, o povo, em meia hora, vai.

Essa é a natureza de nosso povo, que só tem compromisso com mudanças reais. Ai daqueles que se iludem com falsas saídas, porque o povo vai cobrar caro. No fundo, só o povo tem força suficiente para fazer as mudanças e não os salvadores da pátria, que acham que podem solucionar alguma coisa para o povo.

Nesse marco e apesar do tempo, evidentemente, a dívida externa é impagável. Mas só por isso seremos contra o movimento da ATTAC que prega a aplicação da taxa Tobin? Não, porque a campanha para aplicação dessa taxa, como eles mesmos dizem, não é uma proposta de saída para os problemas do povo, mas uma forma de conscientizarmos a população, em nível internacional, de que hoje quem domina o mundo é o capital financeiro. Temos de dar força para a ATTAC, debatendo os problemas.

Outra companheira perguntava: "Se pararmos de pagar a dívida externa, isso não afetará os investimentos e o desenvolvimento do Brasil?". Ao contrário. Justamente o que

procuramos explicar é que no atual modelo econômico, o Brasil é exportador de capital. Já viram uma nova fábrica investir aqui? Ao contrário, quando instalam fábricas é com nosso dinheiro, como a Mercedes, em Juiz de Fora, e como, recentemente - estou denunciando isso porque é uma vergonha, temos de mostrar isso para nosso povo, para não deixar acontecer -, a Monsanto, maior corporação multinacional na área de agricultura, remédios e sementes, que está instalando a maior fábrica de veneno do mundo em Camaçari, no pólo petroquímico da Bahia. Por que em Camaçari e não nos pólos petroquímicos de Canoas ou no Rio de Janeiro, onde ficaria que estariam mais próxima ao mercado de herbicidas para a soja? Porque em Camaçari a burguesia brasileira encontrou mecanismos legais de repassar para a Monsanto US\$300.000.000,00 de recursos da seca da SUDENE. O BNDES encontrou motivos para completar e transferir outros US\$300.000.000,00, que deveriam ser utilizados em programas sociais para a Monsanto implantar uma fábrica de herbicidas. Não podemos deixar essa fábrica funcionar, porque o dinheiro é nosso. É esse o mecanismo que eles usam.

Mas o mecanismo principal é de exploração da nossa poupança. Somos exportadores de capital. Expliquei que enviamos para o exterior US\$50.000.000.000,00 por ano. Temos de ter uma unidade nacional e popular que consiga um Governo popular, com força, que diga que daqui não sai mais nenhum tostão. E os únicos que têm a perder são eles. Por isso falam tão mal da suspensão do pagamento da dívida externa. Se suspendermos o pagamento da dívida externa, os únicos que perdem são eles, e nós retemos esse dinheiro para ser aplicado em produção, agricultura, saúde, educação e assim por diante.

A poupança interna brasileira é suficiente para investir em trabalho, casa, comida e terra para todo mundo. Não há necessidade de capital estrangeiro para resolvermos os problemas fundamentais de nossa sociedade.

A ALCA é mais do que um acordo, é a recolonização do Brasil. Já estão circulando na Internet os acordos secretos que nosso Governo vem fazendo com os outros. Não é apenas liberdade total do comércio de mercadorias, há acordos no campo científico e até no judicial. Vamos perder autonomia do Poder Judiciário, qualquer problema com multinacional irá para o Tribunal de Haia. Se ocuparmos a Monsanto para destruir lavoura transgênica, em vez de sermos presos aqui, seremos presos lá; haverá tribunais internacionais superiores aos nossos. Há acordos culturais: para cada filme na televisão brasileira em português, tem de haver um em inglês, mas o mesmo não será aplicado nos Estados Unidos. A ALCA é a submissão de nosso povo e nosso retorno à condição de colônia.

O Samuel não teve coragem de dizer aqui, mas já disse em outros fóruns, portanto, para não me chamarem de radical, vou citá-lo. Se aplicarmos a ALCA no Brasil, não há outro caminho, teremos de fazer a guerra popular contra os Estados Unidos.

Quem tiver foice, afie a foice; quem tiver caneta, afie a caneta, e vamos fazer uma guerra contra esses norte-americanos. Agradeço a generosidade da Mesa, no entanto, esperamos que a força do nosso povo consiga evitar esse sacrifício maior. Há em curso uma articulação continental, em que o Fórum Social Mundial vai se envolver. Já convoquei o Comitê Mineiro para se envolver nessa iniciativa, que envolve, também, aquela articulação a respeito do plebiscito da dívida externa, que consegui motivar 6 milhões de brasileiros, no ano passado, a votar contra a dívida. Então, esse conjunto de forças populares e sociais do nosso povo, juntamente com outras forças dos outros países da América Latina, estão se articulando para, durante o ano que vem, organizar, em todos os países da América Latina, um plebiscito continental contra a ALCA. E essa será nossa principal tarefa do ano que vem. Temos força acumulada para mobilizar milhões, essa é a tarefa de todos os que estão organizados, mais do que se preocupar em eleger Deputados. É salvar o Brasil, como bem advertiu nosso companheiro César. Para isso, há outras forças continentais que se somarão.

Vocês sabem, está na imprensa, que o Governo de Hugo Chávez já se comprometeu: na semana em que se declarar plebiscito popular, o Presidente Hugo Chávez baixará um decreto na Venezuela, e o plebiscito será oficial. Fidel Castro já declarou a mesma coisa: na semana em que decidirmos, em Cuba haverá um plebiscito formal. Quero aproveitar, já que o companheiro Garotinho se comprometeu com o César em fazer isso no Rio de Janeiro, pedindo ao nosso companheiro porta-voz do Itamar Franco que leve essa demanda como sendo do Fórum Social Mineiro. Que Itamar Franco se comprometa a estabelecer em Minas Gerais também um plebiscito legal contra a implantação da ALCA. Muito obrigado. (- Palmas.)

O Sr. Coordenador - Obrigado, companheiro João Pedro. Nosso companheiro César Benjamim pede desculpas por ter que se retirar, devido a compromissos agendados anteriormente. Passamos a palavra a ele, para fazer suas considerações.

O Sr. César Benjamim - Não quero atrapalhar ainda mais os trabalhos, mas tenho que me retirar, pois meu voo é às 13h15min. Tenho um debate no Rio de Janeiro, à tarde. Peço desculpas. Foi um prazer enorme estar com vocês. Todos nós estamos sempre disponíveis, vamos nos encontrar muito nessa batalha, da qual sairemos vitoriosos. Muito obrigado.

O Sr. Coordenador - César Benjamim, em nome do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial, agradecemos por ter vindo a Belo Horizonte e debatido conosco. Muito obrigado. Estaremos juntos em outras ocasiões, com certeza. Passo a palavra ao companheiro Cláudio, para continuar o debate, pedindo que seja breve, para que possamos continuar.

O Sr. Cláudio Gontijo - Vou responder às questões, começando pelas mais simples. Em relação à repressão do movimento dos estudantes no "campus" da Federal, em primeiro lugar, quero dizer que não estou inteirado dos detalhes. Ouvi, informalmente, dizer que foi um pedido da Reitoria da UFMG. Em segundo lugar, quero dizer que levo isso para o Secretário da Casa Civil, e os estudantes podem me procurar, pois terão as explicações necessárias.

Em terceiro lugar, dirigindo-me à pessoa que falou da experiência do México e de seu projeto sobre menores, digo que temos no Estado uma Comissão de Cidadania do Menor e do Adolescente, cujo coordenador é o Secretário Murílio Hingel e que tem como um de seus Secretários Executivos a Dra. Lúcia Sicarini, que é funcionária da Secretaria e que trabalha comigo. Então, esse também é um assunto que pode ser facilmente encaminhado ao Secretário Murílio Hingel. Basta que procurem a Comissão para que, sendo boa a idéia, possamos encaminhá-la - evidentemente, quem vai julgar se a idéia é boa não sou eu, mas as pessoas da Comissão, com as quais a pessoa que deu a sugestão poderá entrar em contato.

A respeito do plebiscito, isso também será levado ao conhecimento do Governador - acho que é uma idéia excelente, que, creio eu, contará com a sua aprovação.

Quanto às colocações sobre as medidas tomadas ou não tomadas pelo Governador do Estado, gostaria de esclarecer, em primeiro lugar, que o processo de privatização iniciou-se no Governo Collor e que Itamar Franco, quando Presidente, mandou suspendê-lo. Mesmo assim, ainda foram feitas duas privatizações. Como conheço essa história, sei que o motivo foi que o então Ministro, o mineiro Paulo Hadad, em audiência com o Presidente da República, disse que os editais já estavam publicados e que não seria conveniente, até mesmo do ponto de vista legal, a suspensão dos dois processos e conseguiu convencer o Presidente. Mas também sei que, hoje, o Governador de Minas, Itamar Franco, reconhece que foi um erro ter dado continuação ao processo.

Quanto ao problema da saúde do Estado, o Secretário da Saúde sempre vai à Secretaria da Fazenda, e todo o apoio que é possível dar às políticas que estão sendo implementadas é dado. O problema da saúde em Minas Gerais decorre de três fatores. Em primeiro lugar, devido ao aumento da concentração de renda e ao corte de gastos com a saúde por parte do Governo Federal, o problema da saúde pública tem-se agravado. Uma das coisas que tem ocorrido é que programas que foram encetados pelo Ministério da Saúde estão sendo levados a cabo, hoje, pela Secretaria da Saúde. Isso significa que o Estado tem ampliado sua esfera de atuação sem ter recursos para fazê-lo.

O segundo problema, a questão do reajuste do funcionalismo público, decorre exatamente das circunstâncias financeiras do Estado, que, hoje, gasta mais de 70% de sua receita líquida com a folha do funcionalismo, o que está acima do limite previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, gasta 13% de sua receita líquida com o serviço da dívida da União, recursos que, aliás, não adianta deixar de pagar, pois, quando isso acontece, o Governo Federal retém os recursos das transferências constitucionais para o Estado de Minas Gerais e, mais do que isso, o Banco Central acessa as contas do Itaú ou de outro Banco onde o Governo do Estado tenha recursos e seqüestra o dinheiro, como já foi feito.

Aliás, não teria sido feito se não tivesse havido a privatização vergonhosa dos Bancos estaduais. Hoje o Banco Central tem acesso, e poderia ter sido negado o acesso a essas contas, através da diretoria do Banco, mas com a privatização isso ficou impossível.

Sobram em torno de 15% de recursos para o custeio da saúde, da educação e da segurança. Aí vem o grande problema: quando há reivindicação de uma ação mais ampla para a saúde, educação ou segurança, sempre se pergunta de onde o dinheiro será retirado. Se a saúde pede mais dinheiro, vamos tirar da educação ou da segurança? Se a segurança precisa de mais dinheiro, vamos tirar da saúde ou da educação? Esse é o dilema.

Em relação ao reajuste dos funcionários públicos estaduais, o Governador é sensível a essa demanda e tem feito o possível. A folha de salários - informação disponível na Internet - cresceu 40% desde o ano passado. O reajuste foi expressivo, mas não para todas as categorias. Algumas se encontram com salários defasados.

Qual era a estratégia governamental? Graças à atuação da Secretaria da Fazenda e à política administrativa do Governo Estadual, a arrecadação tributária de Minas Gerais cresceu 84%, desde a posse do Governador Itamar Franco. É um recorde de crescimento em todo o País. O segundo lugar cabe ao Paraná, em que a arrecadação cresceu 37%. À medida que a receita cresce, abre-se espaço para o reajuste dos funcionários públicos. Isso foi feito, porém não chegou a abranger todas as categorias.

Hoje há dificuldade, porque a economia brasileira entrou em recessão. Como houve estancamento da arrecadação tributária, os pedidos de reajustes podem não ser atendidos conforme o anseio das pessoas que os reivindicam.

A Lei de Responsabilidade Fiscal é um AI-5 tucano moderno; é um AI-5 do Sr. Fernando Henrique Cardoso, e a sua direção clara foi contra o Governador Itamar Franco. A proposta de se rebelar contra a responsabilidade fiscal é correta, mas o momento não é este. O momento chegará. Se o Governador Itamar Franco fizer isso hoje, sofrerá as sanções legais previstas na legislação. O que significa que um dos adversários da política neoliberal do Presidente da República estará afastado dessa luta. No momento adequado isso será decidido.

Para terminar, a transparência no serviço público é um problema reconhecido em Minas Gerais. Tivemos aqui o LiquiMinas. Hoje todos os relatórios financeiros e de ação do Governo estão disponíveis na Internet. Podem fazer a crítica que quiserem. Isso é muito bom, porque o Governo quer observações, críticas, porque da crítica nasce a mudança, e a mudança é necessária. Muito obrigado.

O Sr. João Antônio de Paula - Recebi cinco perguntas e vou tentar respondê-las. A primeira é do Geraldo Eustáquio de Carvalho, do Grupo de Fé e Política da Paróquia de São Sebastião do Barro Preto. Ele me pede que eu comente a globocolonização, como fator de exclusão social, decomposição ética e moral da sociedade contemporânea. Acho que esse fenômeno de exclusão social tem alguns números muito claros. Hoje, para uma população mundial de 6 bilhões de pessoas, há 2 bilhões que estão desempregadas, ou em subempregos, ou em empregos precários. Temos 1/3 da humanidade vivendo em condições precárias nas suas relações de trabalho. Ao lado desse número espantoso, há um segundo muito importante e dramático, que é o fato de existirem 800 milhões de pessoas com problemas de subnutrição, desnutrição, com implicações para o aprendizado, etc. Existem 900 milhões sem acesso a nenhum tipo de educação formal. Esse quadro não é só dos países pobres. Mesmo nos Estados Unidos, existem 35 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. Isso significa dizer que esse capitalismo, na sua etapa de globalização, é um capitalismo que, de fato, realiza, em escala planetária, algumas de suas tendências inerentes, como a exclusão, a concentração da renda, da riqueza, do capital. É contra isso que é preciso se mobilizar. É isso que o Fórum Social Mundial tem pretensão de fazer e está fazendo, ou seja, construir uma consciência coletiva a respeito da inviabilidade desse projeto civilizatório. Na verdade, o projeto da burguesia, do capitalismo é absolutamente anticivilizatório, de barbárie, de redução. É por isso que estamos aqui. As implicações disso sobre o mundo moral, ético e cultural são evidentes. Há um esvaziamento da perspectiva do ser humano autônomo, livre, alegre. Há toda uma espécie de máquina poderosíssima, que tenta nos convencer, a todo minuto - é só ligar a televisão -, que, se não for assim, o mundo não existirá, se o capitalismo não existir, o sol não nascerá amanhã, as plantas morrerão, a vida desaparecerá do planeta. Acho correta e oportuna a referência feita pelo João Pedro a respeito da necessidade da democratização dos meios de comunicação. Essa maquinaria econômica tem todo um conjunto de aspectos subsidiadores e reforçadores dessa ideologia. Isso passa muito pelos meios de comunicação.

A segunda pergunta é da Márcia, do CEDEFES, que me pergunta se não existiria uma relação entre o Governo Bush e o Governo Nixon, como governos que estariam fortalecendo o dólar, depois de governos democráticos. Acho que existem diferenças entre republicanos e democratas, diferenças talvez no plano interno.

Mas, do ponto de vista externo, que é o que conta, são muito parecidos. São dois partidos cujo objetivo fundamental é a garantia dos interesses do capitalismo americano. Nesse sentido, eles não se distinguem. Não acho que exista muita diferença entre a lógica dessa máquina poderosa que está aí dirigida pelo Bush e a de seu antecessor, o Clinton. Em ambas, o objetivo é o mesmo.

A Maria Renata Teixeira, do Colégio Imaculada Conceição, pergunta sobre Simon Bolívar. Ele lutou pela emancipação da América Latina, e ela quer saber o que significa sua ideia no contexto atual. Acho que o Bolívar é uma boa referência num momento em que se fala, com toda razão, sobre a necessidade de unificar o continente ou o mundo inteiro contra a globalização. Em nosso caso específico, temos a questão da ALCA. Bolívar seria o símbolo de alguém que lutou pela autonomia do continente, por sua unificação, sob uma base de igualdade, de fraternidade entre os povos, e repeliu totalmente a ideia de hegemonia, da imposição de determinado poder imperial sobre o conjunto de países da América Latina. Então, parece-me importante que Bolívar seja lembrado nessa luta que estamos travando.

A quarta pergunta é do Gustavo Saporì Avelar, sobre a China. Acho que a China precisa ser vista de forma muito criteriosa. Não dá para ser fútil e tentar criticar a experiência de um povo que tanto sofreu para conseguir sua emancipação, que foi muito difícil. Milhões e milhões de pessoas perderam a vida. Estamos falando a respeito de uma experiência que congrega um bilhão e meio de pessoas. Mas é preciso dizer que a experiência chinesa tem contradições internas importantes, como, por exemplo, o massacre da Paz Celestial. O fato da ausência de liberdades internas é algo que não condiz com a ideia da democracia, nem com o socialismo que defendemos. Mas existem outros aspectos a ser considerados no caso da experiência chinesa: o papel importante que tem hoje na geopolítica internacional. Como o César Benjamim disse, a China é um aliado importante para a construção de uma rede alternativa de países que têm força política, território, população, cultura e que devem liderar uma nova fórmula de solidariedade internacional. Tudo isso aponta para a importância que a China tem e terá, ainda mais, daqui para a frente.

Finalmente, a pergunta do Fernando Eustáquio Rocha dos Santos, sobre o que será feito de concreto a partir deste fórum. A proposta do João Pedro, de um grande movimento continental de repúdio às dívidas, parece-me extremamente interessante, capaz de mobilizar e de apontar para os desdobramentos políticos e de dar consequência a este movimento que é de todos nós. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Obrigado, João. Temos três inscritos para pergunta oral e várias perguntas dirigidas à Mesa, principalmente ao companheiro João Pedro. Então, vamos passar a palavra aos companheiros para perguntas orais e, depois, voltamos à Mesa para responder às perguntas e encerramos. Pedimos às pessoas que se mantenham no recinto, para que possamos manter nossa mobilização. Já estamos chegando ao horário de almoço e queremos terminar nossos trabalhos nesta manhã com todo o mundo atento. Companheiro Hécio Queiroz, por favor.

O Sr. Hécio Queiroz Braga - Boa tarde, sou professor do CEFET-MG, em greve. Estão presentes nesta mesa três seres arcaicos, dois professores e um agricultor. São profissões que dizem respeito à própria constituição das civilizações, que não existiriam sem elas.

Quería ouvir dos três algum comentário a respeito da educação nesse processo de financeirização do capital, referindo-se principalmente ao Brasil, a partir da promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação, que tem seu reflexo maior no sistema federal de ensino, que vem desmontando, fazendo com que o trabalho do professor deixe de ser de produção de conhecimento para ser produtor de muita quantidade. Isso se reflete até na remuneração dos próprios professores. Quería que os debatedores falassem sobre o papel que cabe à educação nesse processo de financeirização do capital. Ela ainda tem papel ou já se tornou descartável, como a África que o César Benjamim citou?

A Sra. Jesiane Aguiar Barbosa Bueno - Quería dizer que a questão do endividamento brasileiro, como o João Pedro havia dito, é muito mais complexa do que somente dizer que o neoliberalismo teria gerado essa situação. Foi a forma que Fernando Henrique e seus pilares encontraram para a manutenção de uma falsa ideia de estabilidade econômica. Outra questão é a manutenção dos privilégios da elite agrária e empresarial que apóia e sustenta a política de Fernando Henrique e passa essa ideia para a população, através da Globo e de várias outras emissoras, fazendo com que muitos fiquem alienados.

Já foi falado também do nosso Governador Itamar Franco, que tem como Vice o Newton Cardoso, pessoa que tem atitudes não coerentes com o discurso que faz. Newton Cardoso, como já foi dito aqui, obtém imensos privilégios. Mas o pior de tudo é ver que em Minas os nossos representantes, os Deputados Estaduais, usurparam no mínimo R\$60.000,00 por mês de nós, eleitores e cidadãos de Minas Gerais. Ficamos nos questionando por que o salário dos nossos Deputados, que agora foi reduzido para R\$18.800,00, tem de ser cem vezes maior que o salário mínimo. Por que não ganham o mesmo que um trabalhador que está lá fora? Os nossos representantes fazem leis para si mesmos. Temos de mudar essa característica brasileira de que o Estado, os políticos são o fim, quando na verdade têm de ser o meio, têm de garantir para nós saúde digna, educação, emprego, e não salários absurdos para si.

Quería citar o que Pascal já escreveu, que se adapta bem à situação que encontramos no Brasil, com as historinhas de CPI da corrupção, que muitas vezes servem apenas para encher

o bolso dos políticos, porque sempre, como se diz, "acabam em pizza". Pascal já dizia que o povo não deve sentir a verdade da usurpação: ela foi um dia introduzida sem razão e tornou-se razoável. É preciso fazer que ela seja vista como autêntica, eterna e esconder o seu começo, se não quisermos que logo tenha fim. É contra essa idéia que lutamos. Temos de mudar essa política, que representa a elite agrária, industrial e empresarial. Obrigada.

O cacique Uarcã - Bom-dia irmãos, meu nome é Uarcã, cacique Xucuru - Kariri, do Sul de Minas. Aqui estou para ouvir os debates e as discussões, participando do sofrimento daqueles que reivindicam seus direitos. Temos, em cada cidade e, em nosso caso, em Belo Horizonte, um grupo de estudantes cuja caneta será uma metralhadora que exterminará as sementes ruins que se encontram no Senado. Existe uma semente podre que quer apodrecer todo o Brasil. Seu nome é Fernando Henrique Cardoso. Nós, povos indígenas, também somos vítimas da violência instalada: fazendeiros invadindo terras, fazendeiros matando índios. Há anos, pedimos ao Congresso justiça e moralização para todos os setores da sociedade, entre os quais nos incluímos, mas nada conseguimos. Índios, pretos e brancos unindo-se, num bom pensamento, e todo o Brasil falando numa só voz, assim conseguiremos mudar essa realidade. Mas, se ficarmos apenas nas discussões e não houver união, não teremos como realizar nosso sonho.

O Sr. Paulo Oliveira Cruz - Farei duas perguntas a João Pedro Stédile e ao companheiro João Antônio.

A primeira é uma questão bem antiga, cujo porta-voz é o Brizola, que, desde 1964, se refere ao assunto, dizendo que a Nação brasileira não se constituiu, até hoje, Estado autônomo, soberano, com poupança interna própria e soberania sobre suas decisões. Esse pensamento fez com que Brizola tivesse boa parte da respeitabilidade que ainda tem no movimento de centro-esquerda.

Gostaria que os dois oradores comentassem isso. Nesta era de comunicação em tempo real, de informação pelo visual, quase sucateando a possibilidade do conhecimento através da reflexão, gostaria de saber que papel tem o Estado nacional, se isso tem a importância que achamos que tem.

A outra indagação é a questão da ética. O comentário mais atual da mídia é a questão da diminuição dos produtos no supermercado sem a correspondente diminuição nos preços. É papel higiênico, biscoitos, remédios a menos, o que é mais um capítulo da vergonhosa história do capitalismo brasileiro. Isso nos remete a uma inversão que é o certo pelo errado ou o errado pelo certo.

Sobre isso gostaria de saber se os dois oradores já têm um retorno do prejuízo que isso já causou por aí nos debates de que eles têm participado e em nível de futuro, se não conseguirmos força para estancar mais essa sangria na soberania do povo brasileiro. Qual é o prejuízo que teremos na reconstrução democrática do País?

O Sr. João Pedro Stédile - Serei telegráfico. Agradeço a Rosalino, Andréia, Carolina e a outros que não se identificaram, mas fizeram perguntas bonitas. Agradeço também às perguntas de Frederico Gonçalves Guimarães, Luciano, Dulce, Robson Pinto, Davi Meier, que fizeram perguntas relativas a reforma agrária.

Todas as perguntas mereceriam um aprofundamento maior, mas sabemos que este tipo de debate sempre tem suas restrições e são sempre estímulos a seguir.

Sobre a questão posta pelo professor quanto ao capital estrangeiro e financeiro na educação, o que tenho ouvido em fóruns de que tenho participado e de conversas com representantes parlamentares em Brasília é que o capital financeiro estrangeiro, em primeiro lugar, tomou conta de nosso setor básico, dos setores estratégicos, da indústria e dos Bancos e, nos últimos três anos, está indo para a agricultura, por isso é que se tornou inviável a reforma agrária, o que depois vou comentar melhor.

Mas dizem os nossos conselheiros que a próxima etapa de domínio estrangeiro do capital estrangeiro no nosso País é se voltar para a biodiversidade, como o César já adiantou, e para isso eles impuseram ao Brasil uma lei de patentes que faz com que qualquer borboletinha que eles descubram na Amazônia - que é um bem da natureza -, torne-se um bem de propriedade deles. Já há vários registros nesse sentido. E para quem não sabe, a lei de patente no Congresso Nacional aprovada neste Governo circulou na sua primeira versão em inglês. O Senador Nei Lopes, que é um colonizado não se deu ao luxo nem de traduzir para o português depois que recebeu a proposta da embaixada americana, tal a subserviência dos parlamentares brasileiros.

E é essa Lei de Patentes que dá condições às multinacionais, sobretudo na área da biotecnologia e da farmácia, de adonarem-se da nossa Amazônia pela lei brasileira.

A segunda lei em curso é a entrada do capital estrangeiro nos meios de comunicação, o que até agora é proibido. Começarão a colocar televisão americana, a usar Internet e outras formas de investimento.

O terceiro caminho, que está sendo preparado, com todo o apoio do Paulo Renato, funcionário licenciado do Banco Interamericano, é a educação. Não só está em curso um processo de privatização da educação superior, média e técnica, mas, infelizmente, se tivermos um governo a favor do modelo que aí está, assistiremos, no próximo período, a um processo de internacionalização. O capital estrangeiro começará a colocar faculdades e colégios, porque analisam que há um potencial de 20 milhões de jovens, uma vez que a rede pública está sucateada, e não há capital nacional suficiente para construir essas faculdades. O capital estrangeiro entrará com toda a força na educação, e os senhores podem imaginar todas as conseqüências que disso podem advir. Por isso faço essas denúncias que tenho escutado por minhas andanças.

Por último, está em curso um modelo que também subordina a agricultura ao capital estrangeiro das multinacionais e dos Bancos. Nesse novo modelo, não há mais espaço para a agricultura familiar, não há mais espaço para uma agricultura voltada para o mercado local, para o mercado interno, porque as multinacionais estão tomando conta do comércio agrícola, das agroindústrias, e estão colocando a agricultura sob a lógica da globalização. Por essa razão, nesses seis anos de Fernando Henrique, 920 mil propriedades com menos de 100ha foram à falência. A agricultura familiar está desaparecendo por conta dessa política maior de Governo. Não há nada mais indigno do que os agricultores familiares do Nordeste receberem 2 milhões de cestas básicas por mês. Há situação mais humilhante para um agricultor do que depender de cesta básica do Governo para comer? Ele que sempre viveu da terra? A cesta básica é resultado dessa política geral que inviabilizou a agricultura no Nordeste. Abro parêntese para referir-me ao caso típico do algodão, fonte de renda permanente da pequena agricultura, que gerava emprego e renda. O Governo, com sua política, eliminou o algodão do Nordeste e transferiu toda a produção de algodão para o Centro-Oeste brasileiro, sob o comando de grandes empresas. Um Senador da República, o Maggi, do PPS, é o maior produtor de algodão no mundo, com uma fazenda de 100.000ha de algodão, no Mato Grosso, proporcionado pelo capital do BNDES e por toda a política do Governo. Nesse cenário, não há espaço para a reforma agrária. Por isso o Movimento dos Sem-Terra virou inimigo principal, porque a agricultura familiar não cabe mais nesse modelo. O azar do Governo é que ainda existem pobres organizados. Como disse Luiz Fernando Veríssimo, seu modelo daria certo, se não houvesse povo. Acontece que há povo, que se está insurgindo. Como o Governo não quer fazer reforma agrária, tem de apelar para atacar a organização do povo. Para isso, usa a Rede Globo, os meios de comunicação, o Poder Judiciário e a criminalização, através das polícias que atacam o Movimento dos Sem-Terra em todas as partes. Até o serviço de inteligência do exército caiu nesse ridículo de ficar cuidando de telefonemas nossos e de cartas.

Imagino que devem ter ouvido muitos telefonemas de minha filha, que é namorada. Isso é ridículo, mas mostra o caráter do nosso Governo.

O fato de Jungmann ir para o Ministério da Comunicação Social é, por si só, revelador. Ele não passa de um papagaio da burguesia brasileira. Finalmente, vai para seu devido lugar, cuidar apenas da propaganda, ao velho estilo de mentir, mentir, tentando fazer o povo acreditar ser verdade. Mas as contradições reais da nossa sociedade são maiores que a mídia e a falsa propaganda. Isso faz com que o povo, por mais que ouça mentira, continue apoiando o Movimento dos Sem-Terra e a reforma agrária e, nas próximas eleições, eleja candidatos de oposição. Muito obrigado.

O Sr. Cláudio Gontijo - Para comentar a financeirização do sistema de ensino, vou lembrar um fato de nossa história. Em meados da década de 60, o Governo americano chegou à conclusão de que as lideranças da América Latina, principalmente as do Brasil, eram de esquerda, ou seja, a intelectualidade brasileira era de esquerda. A Fundação Rockefeller criou, então, um programa, que levou dez acadêmicos do Brasil, principalmente da área de economia, ciências sociais e políticas, para estudar em universidades americanas. Na UFMG, por exemplo, houve um grupo de cientistas do Departamento de Ciências Políticas que se formou nos Estados Unidos.

Quando esse pessoal voltou, alterou-se a visão sobre os problemas brasileiros e, a partir daí, o programa da Fundação Rockefeller transformou-se no programa da FINEP e do CNPq. Hoje, os jovens promissores, sobretudo na área de economia, vão para Chicago e Harvard, sofrem lavagem cerebral, voltam e reclicam na política econômica os modelos inconsistentes que aprenderam lá. Esse é um dos fatores do atraso brasileiro no trato de seus problemas.

Se tivermos uma política em que nós mesmos nos autocolonizamos, fica difícil pensar de maneira diversa. Por isso, 95% dos economistas deste País só conhecem o modelo neoliberal, nada mais. Desaprendemos economia; aprendemos ideologia.

O Sr. João Antônio de Paula - O problema da educação no Brasil não é específico, mas faz parte do contexto geral de problemas do País. A solução do problema educacional passa pela solução dos outros. A reforma educacional que nos interessa é irmã da reforma agrária e da reforma do sistema financeiro, enfim, faz parte de um projeto de nação que estamos construindo, apesar das dificuldades.

A segunda questão diz respeito ao conteúdo da educação que nos interessa, em todos os sentidos. Um filósofo alemão, durante o nazismo, disse que, em situações difíceis, é fundamental que o processo educacional apreenda e pratique duas grandes questões: resistir e contraditar. Acho que estamos vivendo um momento desse tipo no Brasil.

É preciso resistir ao modelo que está sendo imposto, contraditá-lo e construir um modelo alternativo. A adesão contra essa avassaladora onda neoliberal é crucial para que o País tenha futuro. Resistir e contraditar, diria que essas são as palavras-chaves para pensar o problema educacional brasileiro e o conjunto da nossa proposta de país e nação.

A segunda questão é do Paulo sobre o Estado nacional. Acho que a Nação ainda não se constituiu inteiramente. É ainda incompleta. Celso Furtado escreveu, há alguns anos, um livro interessante chamado "Brasil, a construção interrompida". Essa interrupção da construção da Nação se deveu à ditadura militar, a tudo aquilo que ela significa e, hoje, a esse modelo neoliberal. De fato, não construímos a Nação porque ainda vivemos sob um regime de exclusão social brutal.

O quadro social, quando andamos em uma rua de uma cidade qualquer, mostra-nos a total desconstituição do tecido social brasileiro, hoje, visivelmente ameaçado.

Acho que a idéia do Estado nacional como unidade política e administrativa capaz de construir políticas que passem pela reforma agrária, por reformas do sistema de ensino, etc. são algo crucial.

Finalmente, a pergunta sobre a economia. Acho que nosso projeto, em última instância, implica o controle social sobre a economia. A economia é muito importante para ficar entregue apenas aos empresários e aos economistas. A economia que nos interessa atende e responde às demandas da grande maioria da população. É uma economia sob controle social. Em torno disso é que acho que o projeto de construção nacional, de transformação social passa, e, em parte, é isso que estamos discutindo aqui.

O Fórum Social e tudo que ele possibilita de mobilização, de energias políticas, visa, em última instância, a construir alguma coisa nessa direção: colocar a economia sob o controle e o interesse da grande maioria da população. É isso que nos move a todos e nos permite sonhar com um país e um mundo melhor. Obrigado.

O Sr. Coordenador - Gostaria que todos os companheiros acompanhem, na parte da tarde, as oficinas que são, para nós, da maior importância. Vários temas, vários assuntos serão abordados. Pedimos que todos participem das oficinas.

Em nome do Comitê do Fórum Mundial Social e de nossos companheiros César Benjamim, João Antônio, João Pedro Stédile e o Cláudio gostaria de fazer uma rápida homenagem a um povo que está lutando do outro lado do oceano para ter o direito a um país. Esse país é a Palestina, e esse povo está lutando de pedras nas mãos, com sangue e suor, vendo seus líderes morrerem para erguer uma nação. Aachamos que ela tem de ser soberana e independente.

Em nome do povo palestino, não pedirei 1 minuto de silêncio aos mártires que morreram nessa luta, que hoje está nas páginas dos jornais do mundo inteiro. Peço uma salva de palmas à resistência, à luta pela efetivação do povo da Palestina, de pé. Obrigado a todos.

Passo a palavra, para as considerações, despedidas e agradecimentos à Presidente, Deputada Estadual pelo PT, Maria José Hauelsen.

A Sra. Presidente - Senhores componentes da Mesa, senhores que ainda resistem aqui e estão participando deste debate, sem dúvida a Assembléia Legislativa está honrada por estar sediando o encontro deste fórum social, que nos prepara para o grande Fórum Social Mundial de 2002, previsto para Porto Alegre. Sem dúvida, estamos vivendo, nos tempos atuais, momentos históricos e, se houve uma década perdida neste País, com certeza teremos agora uma década de recuperação. Se houve uma construção interrompida, como nos lembrou o Prof. João Antônio de Paula, fazendo referência ao livro de Celso Furtado, teremos, também, uma década ou um período de construção recomeçada neste País. E teremos a recuperação, sobretudo, da soberania, que nos vai garantir a recuperação da nossa economia, dos nossos direitos sociais em todos os setores, em todas as suas condições e plenitudes.

A Assembléia Legislativa parabeniza todas as pessoas que participaram deste encontro e, de maneira especial, aqueles que aqui vieram fazer suas exposições: o Embaixador Samuel Pinheiro, que, por motivos justos, já se retirou; Dr. Cláudio Gontijo, que representa aqui o Governador Itamar Franco; nosso companheiro e amigo João Pedro Stédile; Prof. João Antônio de Paula; bem como a Profa. Dirlene Marques, que participa da organização deste fórum; e nosso companheiro Carlos Calazans, coordenador dos debates. Estamos aqui, com certeza, unidos em espírito, ideais e raça, com a presença das raças negra, branca e indígena, aqui explicitamente representada pelo cacique Uarcana. Estamos irmanados, desejando um mundo melhor para todos nós. Tomamos as palavras do cacique Uarcana, que falou da necessidade de sementes, para que extirpemos da sociedade, sobretudo dos meios de representação, dos agentes políticos, daqueles que estão na direção em qualquer lugar, as sementes do mal. Que sejam extirpadas e que venham as sementes do bem! Estamos vendo aqui sementes que florescem, sobretudo no meio da juventude, que participou bravamente deste encontro, essas flores que estão aqui e que serão transformadas em frutos, que vieram de boas sementes. Com certeza, teremos um Brasil muito melhor para as crianças que estão nascendo hoje.

É nessa condição, depois de termos participado deste evento, que a Assembléia Legislativa, por intermédio desta Presidência, manifesta, mais uma vez, os agradecimentos aos ilustres expositores, autoridades e participantes, bem como ao público em geral, pela presença.

Encerramento

A Sra. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 144ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 31/8/2001

Presidência dos Deputados Anderson Adatao e Maria José Hauelsen

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Palavras do Sr. Marcos Arruda - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Sr. Reinaldo Gonçalves - Palavras da Sra. Misabel Derzi - Designação da Coordenadora - Esclarecimentos sobre os Debates - Debates - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Antônio Júlio - Alberto Pinto Coelho - Wanderley Ávila - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alencar da Silveira Júnior - Amílcar Martins - Anderson Adatao - Bilac Pinto - Cristiano Canêdo - Djalma Diniz - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Fábio Avelar - João Leite - João Paulo - José Henrique - Luiz Menezes - Márcio Kangussu - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Miguel Martini - Rogério Correia

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 8h45min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wanderley Ávila, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa as Exmas. Sras. Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, Presidente do Unafisco Sindical de Belo Horizonte e representante do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial; e Misabel Derzi, advogada e professora da UFMG; e os Exmos. Srs. Marcos Arruda, economista e Coordenador do PACS - Políticas Alternativas para o Cone Sul -; Reinaldo Gonçalves, economista e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Paulo Edgar Alves, Secretário Adjunto de Estado de Recursos Humanos e Administração, representando o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco; e Deputado Federal Nilmário Miranda.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à realização do Fórum "Minas por Um Outro Mundo".

Palavras do Sr. Marcos Arruda

Agradeço o convite e louvo, por essa iniciativa, os organizadores do Fórum de Minas. Em nossa campanha do Jubileu Sul no Brasil estamos lutando, há vários anos, por uma nova política econômica para o nosso País e para todos os países que vivem esse drama do sobreendividamento.

Gostaria também de saudar, em particular, os jovens e as jovens que aqui vieram, que são para nós sempre o elemento de esperança, a certeza de que a nossa luta tem um seguimento e que vai ser muito melhor. É com certa vergonha que estamos entregando o mundo atual a vocês, mas temos confiança de que farão melhor do que nós o mundo em que vivemos.

Gostaria de ilustrar a minha fala, mas como não há projeção, procurarei ser o mais ilustrativo possível. Vou começar com um parágrafo que poderia ser de qualquer um de nós, pelo seu conteúdo. "Os problemas que parecem ter tanta força hoje são sistêmicos, surgem do interior do próprio mecanismo de funcionamento do capitalismo financeiro global. Um ano atrás, expressar essa visão seria suficiente para questionar minha fidelidade a tudo o que é bom e sagrado, a santidade dos mercados e sua infalível capacidade de se ajustar à liberdade dos fluxos de capital e do comércio, talvez mesmo a democracia propriamente dita. A questão básica é tão antiga quanto o capitalismo financeiro em si. O sucesso cria confiança e leva a um excesso de autoconfiança. A ganância sobrepe-se à prudência. Então, algo inesperado acontece e levanta dúvidas. O medo se torna contagioso. As altas defesas individuais ajudam a espalhar o mal estar e, se os excessos se espalham demais, a crise financeira torna-se uma crise econômica na qual a maior parte dos mercados emergentes se encontra hoje". Palavras de Paul Folker, ex-Presidente do Banco Central dos Estados Unidos. Isso foi em 1998, no surgimento da grande crise russa, que já seguia a crise financeira da Ásia, que abriu as portas para o grande colapso da economia brasileira e obrigou o Brasil a pegar no FMI um empréstimo de caução e liberar o controle artificial do câmbio, que manteve o real mais ou menos estável em relação ao dólar durante todo o tempo da sua existência.

Gostaria de começar essa reflexão falando da financeirização da economia mundial como grande contexto no qual ocorre a crise do endividamento, sobretudo da América Latina e, em particular, hoje, da Argentina e do Brasil para, em seguida, trabalhar essa crise do sobreendividamento e terminar fazendo algumas reflexões sobre o estado em que estamos, que chamo de veias abertas do Brasil, da Argentina, da América Latina, usando esse maravilhoso título do livro do Eduardo Galiano "Veias Abertas da América Latina" e ver que possíveis caminhos alternativos teríamos.

Entre 1973 e 1999 o comércio internacional cresceu 13 vezes, enquanto as transações financeiras cresceram 74 vezes. Hoje representam mais US\$1.500.000.000.000, mudando de mão a cada dia ou mais de 40 vezes o que muda de mão em termos de comércio internacional. Desse dinheiro que circula pelo mundo nesse mercado financeiro, 98% circulam especulativamente, isto é, não é em função de investimento na economia real. E circulam essencialmente em oito grandes praças financeiras do mundo, com a maior parte nas mãos de apenas 200 grandes agentes especuladores do mundo. É bom lembrarmos que, no debate entre o Fórum Econômico Mundial de Davos e o Fórum Social Mundial de Porto Alegre, pelo satélite, o conhecido Jorge Soros se definiu como especulador internacional.

Essa é a profissão dele. Quem exercesse essa profissão deveria estar na prisão. Mas é a maneira como se apresenta para o mundo. Um de seus ajudantes principais hoje é o Presidente do Banco Central do Brasil, Arminio Fraga, que saiu da especulação internacional para dirigir o Banco Central. É uma aberração sem fim.

Vivemos hoje uma época de transição da fase de acumulação do capital, da acumulação fundada no espaço nacional para a fundada no espaço internacional. E da expansão material para a expansão financeira. É uma mudança de forma, de modo e de ser do próprio capitalismo. O destino final e privilegiado do capital retirado do comércio e da indústria não tem sido os países em desenvolvimento, mas sim os esconderijos da especulação financeira que conectaram entre si os países de alta renda e as elites atualmente globalizadas.

Foi essa retirada da economia real para a virtual o principal fator que, desde os anos 80, vem precipitando a crise do mundo do trabalho. Essa análise foi feita pelo brilhante economista italiano Giovanni Arighi, a qual endosso plenamente. A crise do mundo do trabalho tem raiz nessa mudança do modo de ser do capitalismo no sentido da financeirização crescente do seu modo de produção.

A estes fatores, temos que acrescentar os ganhos magníficos que os Bancos têm tido, por via de altíssimos juros, sobre as dívidas, principalmente as nossas. Se olharmos o quadro do endividamento, vamos ver que, no começo do ano 2000, a dívida global era de US\$37.000.000.000.000,00. A dívida do Terceiro Mundo, o grande endividado e que tem sido o foco das atenções e principalmente das políticas de ajuste do Banco Mundial e do FMI, é de apenas R\$2.300.000.000.000,00 comparado com os 37 do endividamento global. Principalmente dos grandes países do mundo e dos Estados Unidos, que é o maior devedor.

Além disso, acrescentamos as atividades clandestinas de lavagem de dinheiro que ainda vêm engordar mais esse setor, essa bolha especulativa das finanças globais. O cálculo é que em torno de US\$500.000.000.000,00 circulam no mercado clandestino que atravessa as vendas ilegais de drogas, o tráfico de drogas, sangue, órgãos humanos e os trabalhadores do sexo. E finalmente, a transferência ilegal da riqueza pública privatizada por ditadores, funcionários de Governo, grandes empresários, etc. O Brasil tem vários exemplos, fora os que nem conhecemos.

Isso tudo configura a realidade de uma economia cassino, onde os estoques de títulos, bônus e papéis financeiros excedem, em muito, o estoque de riquezas reais produzidas no mundo da poupança nacional, que caminhou da poupança nacional para a especulação global.

Nesse contexto, a crise do sobreendividamento está gerando enormes prejuízos. Faz parte também do deslocamento de recursos que iam para o desenvolvimento das economias nacionais e dos povos para o setor financeiro. O grande ponteiro que nos indica como isso acontece são os orçamentos, como o orçamento público federal, os orçamentos estaduais e os orçamentos municipais. Por quê? Porque em função desses orçamentos são tomadas as decisões capitais de política macroeconômica que fazem o dinheiro ir para onde se define que são as prioridades, nos últimos 20 anos, a opção dos governos brasileiros, desde a grande crise da dívida externa do começo dos anos 80. Era o Governo do General Figueiredo, ainda da ditadura, e os governos civis ditatoriais seguindo as águas do governo da ditadura e seguindo inclusive com alguns dos principais fazedores de política econômica do tempo da ditadura. Todos esses governos mantiveram uma prioridade: o pagamento das dívidas, acima de qualquer outra prioridade.

E é esse pagamento que modela as opções sobre para onde deve ir o dinheiro produzido pela população do Brasil e condensado nos orçamentos públicos desses três níveis. O que

encontramos é um quadro lamentável.

No ano 2000, por exemplo, o orçamento federal dedicou 62,2% das receitas para a amortização e juros e rolagem das dívidas interna e externa do Brasil. O que sobrou foi usado para a administração pública, investimentos em infra-estrutura e investimentos sociais. Essa é uma opção de política econômica. Se entrar um governo de oposição, tem de inverter as prioridades, sob pena de perpetuar o sofrimento desse povo e a destruição da economia brasileira.

Celso Furtado apresentou um exemplo sobre a gravidade do quadro de endividamento brasileiro. Entre 1650 e 1850, Portugal arrancou do Brasil 75.000k de ouro, equivalentes hoje a US\$1.200.000.000,00. A colonização era o modo de expressão política do capitalismo comercial que vigorava na época. Os valores transferidos pelo setor público brasileiro aos Bancos, entre 1998 e 2000, equivalem a mais ou menos US\$1.000.000.000,00 por semana. Isso quer dizer que o Brasil em uma semana perde cerca do mesmo valor perdido em 200 anos de colonialismo português.

Esse é o grau de absurdo e deformação do que acontece com a crise do sobreendividamento brasileiro. Mas agora a crise perpétua do sobreendividamento é uma via de subordinação vestida de independência ao império global, ou o modo de expressão política do capitalismo global que hoje vigora no mundo.

O quadro de endividamento da nossa irmã Argentina é muito mais agravado e uma das razões principais é que, além de terem adotado políticas neoliberais que se apoiaram mais em poupança externa do que em criação de riqueza dentro do país, durante as últimas décadas, como o Brasil, mas em particular, nos anos 90, com o Governo Menem, e agora com o do Presidente De La Rúa, chegaram a uma dívida de US\$130.000.000.000,00 e uma situação praticamente de insolvência.

Quando procuraram recursos para captar divisas e pagar, verificaram que não têm mais nada para privatizar. Já privatizaram todo o patrimônio público da Argentina. Para manter a prioridade do pagamento da dívida e um clima atraente aos investidores internacionais, estão enfiando a faca no osso da população argentina, reduzindo salários e aumentando ainda mais o gravíssimo quadro de desemprego que ali vigora há tantos anos, agravado por três anos de recessão profunda e de decréscimo do produto interno e do produto por habitante daquele país. É por isso que o povo não agüenta mais estar todos os dias nas ruas, dizendo "basta". Agora, perguntamo-nos: por que esperar chegar a essa situação extrema para dizer "basta" ao Governo Fernando Henrique Cardoso e ao FMI?

Os dados do endividamento brasileiro são lamentáveis e revelam um quadro de alta irresponsabilidade dos governantes, sobretudo nas áreas econômica, social e ambiental. Divido essa reflexão em duas partes: a vulnerabilidade interna e a vulnerabilidade externa. Todos já conhecem os dados sobre o estoque da dívida pública interna, e os companheiros do sistema de sindicalismo fiscal produziram um belíssimo caderno em que fazem uma síntese desse quadro. Em 1994, quando Fernando Henrique tomou o poder, a dívida interna era de R\$62.000.000.000,00; neste momento, pulou para R\$620.000.000.000,00, isto é, dez vezes mais em 6,5 anos de má administração Fernando Henrique Cardoso. Não tenho os dados referentes a 2000 e 2001, mas até 1999 o povo tinha pago aos detentores de títulos e bônus da dívida interna um total de R\$367.000.000.000,00, que saem do orçamento público e vão para suas mãos. Entre os maiores beneficiários - é preciso sempre nomear os agentes - estão os Bancos estrangeiros no Brasil. Na edição de ontem do jornal "O Valor", saiu a rentabilidade do patrimônio, com os lucros acumulados no primeiro semestre de 2001: 46% do total dos lucros dos Bancos estrangeiros vieram dos títulos e bônus da dívida interna brasileira. Os Bancos brasileiros conseguiram 31% do total de seus lucros saídos da dívida interna. Isso é para mostrar o quanto esses atores estão enriquecendo à custa da falta de dinheiro para investir em educação, saúde, saneamento, segurança pública, seguridade social etc. Um exemplo dessa distorção absurda, que talvez o Reinaldo explique um pouco mais em sua fala, é o fato de, no ano passado, a Previdência Social ter gerado um saldo de R\$15.500.000.000,00, que alimentou o chamado superávit fiscal em vez de pagar aposentadorias dignas para os trabalhadores que já ultrapassaram a idade de trabalhar. Quer dizer, ouvimos diariamente que a previdência social do Brasil é deficitária, mas, na verdade, ela é um dos principais fatores de geração do superávit e de viabilização do pagamento das dívidas brasileiras, à custa da saúde e da segurança de nossa população.

A dívida externa é apresentada como um não-problema, mas nossa vulnerabilidade externa é imensa. É por isso que cada vez que um país emergente espirra lá fora, ficamos, no Brasil, às portas de uma pneumonia.

Não vou dar os dados do crescimento da dívida, mas dizer apenas que, no período do real, o Brasil transferiu para o exterior, na forma de amortizações e juros da dívida, US\$254.500.000.000,00, sendo US\$84.500.000.000,00 só de juros. Isso mostra que grande parte do esforço brasileiro de ajuste foi parar nos cofres dos Bancos internacionais.

O mais grave ainda é que, para pagar tudo isso, tínhamos que ter gerado grandes superávits na balança comercial. É evidente que as divisas vêm principalmente do que logramos vender para fora a mais do que compramos. Só que há seis anos o Brasil está em déficit na balança comercial. Portanto, só temos duas possibilidades de conseguir divisas: raspando as reservas internacionais ou tomando mais empréstimos. Só que empréstimos para pagar empréstimos, o que gera um círculo vicioso infinito de endividamento. É o que está acontecendo.

Mas a sangria dos recursos para fora também se agrava com o aumento dos investimentos estrangeiros no Brasil, que, durante o período Fernando Henrique, aumentou de 0,4% do PIB para 3,5% em 1999, gerando a transferência de um total de US\$63.400.000.000,00, no período entre 1994 e 2000, pelos lucros remetidos para o exterior e dividendos pagos para os investidores no Brasil.

Todas essas perdas configuram uma situação que chamo de país falido. O Brasil é um país falido, que se sustem com os recursos vindos do exterior como um doente que tem a veia de um braço conectada a um banco de sangue dos credores. Passa-lhe seu sangue dia a dia, mês a mês, e, quando a sua capacidade de produzir mais sangue se esgota, precisa de injeções de mais sangue, vindo do exterior pelo outro braço, para que a sangria continue acontecendo naquele primeiro braço.

Só um governo disposto a romper esse círculo vicioso do sobreendividamento e da sangria da riqueza nacional em favor dos grandes ricos internos e externos poderá governar com soberania a partir de um projeto nacional de desenvolvimento.

Faço as seguintes propostas e concluo dizendo, primeiro, que devemos continuar a lutar por uma auditoria das dívidas interna e externa do Brasil e por uma renegociação soberana, enquanto o Brasil ainda tiver suficiente poder de negociação para fazer valer os interesses da sociedade e da Nação frente aos interesses dos credores internos e externos.

Vocês sabem que existe um projeto de lei encaminhado ao Congresso por uma auditoria das dívidas. E a nossa fala no ano passado, por meio do plebiscito das dívidas, enfatizou a urgência dessa auditoria. Até agora o Congresso e o Executivo taparam os seus ouvidos para não escutar a nossa voz.

Em segundo lugar, uma revisão das privatizações e dos seus processos. Em terceiro, uma política fiscal e tributária progressiva que seja base para uma política de redistribuição da renda e da riqueza e uma política de reforma agrária autêntica que reorienta o caminho dos investimentos no sentido de "reempoderar" trabalhadoras e trabalhadores rurais e recriar uma política agrícola num caminho de sustentabilidade para o Brasil e para a América Latina.

Finalmente, a criação de um imposto sobre as transferências de divisas e transações financeiras internacionais, que seja capaz de gerar no mundo, pelo menos, US\$100.000.000,00 de fundos para investir na erradicação da pobreza. O PNUD calcula que, com US\$80.000.000.000,00 dedicados, durante 10 anos, aos investimentos sociais e econômicos, o mundo seria capaz de erradicar essa pobreza brutal que assola mais de 1 bilhão de habitantes do mundo atual. Essas propostas da taxa Tobin são apoiadas pelo PNUD, pelo UCTAD, pelo CNUCED, que também é da ONU, pelo Governo da Finlândia e pelo parlamento canadense. Precisamos aumentar essa campanha para viabilizar algum tipo de controle sobre esses fluxos financeiros especulativos internacionais.

Finalmente, digo que o ano que vem é um ano-chave para o Brasil, por causa das eleições. Algum debate vocês tiveram, nesse seminário, sobre o tema das eleições. Queria dizer que dar continuidade à prioridade da estabilidade monetária e ao controle da inflação por cima dos objetivos do desenvolvimento socioeconômico e humano da Nação é afundar o Brasil ainda mais no neoliberalismo, com a já surrada roupagem social-democrata. Não seria mais do que uma traição e desmoralizaria o projeto de um Brasil genuinamente democrático, popular e soberano. É preciso que coloquemos no poder um governo popular comprometido com um projeto que dê prioridade a uma economia brasileira, voltada para o social e para o humano, e não para ela própria, não uma economia dominada pelo ego e pelo masculino, mas uma economia que quer dizer uma gestão da casa. Quem é a primeira gestora das casas? É a mulher. Precisamos de uma economia no feminino e no masculino. Uma economia que dê prioridade aos habitantes da casa, e não ao edifício da casa, que é o Brasil, e não também às riquezas acumuladas dentro dessa casa, à custa da maioria dos seus habitantes, que são o mundo do trabalho. Muito obrigado.

Esta Presidência deseja, em primeiro lugar, parabenizar também o Dr. Marcos Arruda, já que ele parabenizou esta Casa pela iniciativa. Gostaria de parabenizá-lo por todas as colocações, principalmente pelas figuras que utilizou para explicar um assunto que, efetivamente, é muito árido para a maioria das pessoas, que é a questão da economia, do endividamento, mas que tem tudo a ver com o sofrimento da população. Quero apenas dizer aos senhores, às senhoras, aos jovens presentes que, efetivamente, a Assembléia, de alguns anos para cá, resolveu investir muito na questão da formação e, principalmente, trazer os jovens para dentro da Casa, porque a consciência que temos foi muito bem explicitada pelo Dr. Marcos. Quer dizer, vivemos hoje um período em que afirmamos com todas as letras: é um processo de ditadura econômica. Alguns de nós presenciamos, na década de 70, a luta que ocorreu, todo um trabalho de formação em que os jovens foram muito importantes para que pudéssemos colocar um fim na ditadura militar. Então, achamos que o processo é muito parecido. Deve haver a união dessas pessoas que hoje têm consciência da realidade do País, da gravidade do momento que estamos vivendo, da necessidade, principalmente, de alternância de poder.

As propostas colocadas aqui pelo primeiro orador são corretas. Somente um Presidente de Oposição terá condições de alavancar essas propostas, que são corretas e honestas com o Brasil, com o povo brasileiro. Entendemos que o momento é muito delicado. A intenção da Casa é dar prosseguimento a essas discussões, apoiar todos os movimentos que venham ajudar na conscientização de todos, principalmente dos jovens.

Gostaria, em nome da Assembléia, de agradecer a presença de todos, participantes e palestrantes.

A Sra. Presidente (Deputada Maria José Hauelsen)- Cumprimento todos os presentes, antes de passar a palavra ao Sr. Reinaldo Gonçalves.

Palavras do Sr. Reinaldo Gonçalves

Bom dia. Quero defender um argumento geral. Depois, elaborarei alguns pontos importantes. A questão do endividamento externo, na ótica do Governo e do sistema financeiro, freqüentemente é minimizada. Sempre é colocado que a dívida não é um problema muito sério, porque se trata apenas de questão de prazos e taxas de juros. O Governo, os representantes do sistema financeiro e todos aqueles vinculados hoje à situação dizem: "Se os juros forem pequenos e tivermos, por exemplo, dez anos para pagar essa dívida, não é um grande problema". Imaginem alguém que ganhe um salário mínimo. Uma dívida de mil, que deverá ser paga em 15, 20 anos, com uma taxa de juros pequena, não se transformará em um grande problema. Isso se transformará em um não-problema. Essa é a visão do Governo, do sistema financeiro e de todos aqueles que apoiam essa situação do Brasil hoje. Mas o nosso ponto aqui é exatamente o contrário. A nossa dívida interna não é um problema simples. Na realidade, é extremamente difícil e se transforma numa trava fundamental para o desenvolvimento econômico, social, político e institucional do Brasil. Repetindo: a dívida interna é um desequilíbrio, é uma restrição, trava fundamental para o desenvolvimento brasileiro, em qualquer de suas dimensões, da social à institucional. Por que acontece isso? Será que o Brasil tem um problema de dívida? Tem. Só para ilustrar, quando Fernando Henrique entrou no Governo, a dívida pública mobiliária brasileira era de R\$60.000.000.000,00. Hoje, está em R\$600.000.000.000,00.

Em seis anos, a dívida do País multiplicou-se por dez. Em poucas ocasiões na nossa história foram registradas situações de endividamento dessa magnitude: o estoque da dívida multiplicou-se por dez. Poderiam dizer: "Eu me endividei, mas comprei uma casa; as crianças foram para a escola; fiz um bom passeio, fiz coisas boas". Mas a realidade é que o Brasil se endividou e andou para trás. De acordo com a história do Brasil, desde D. Pedro II até o atual Presidente, o Brasil teve uma taxa média de crescimento anual de 4,4%. Tivemos 28 chefes de Estado, entre civis e militares e, se os dividirmos em pelo menos um ano de Governo em quatro grupos, vamos ver que existe o grupo dos anos perdedores, daqueles que tiveram as piores taxas de crescimento, e o grupo dos maratonistas, aqueles que tiveram a melhor taxa de crescimento.

Entre os sete anos perdedores, sabem quantos Fernandos há? Dois. Resultado: na história do Brasil, Fernando Henrique teve, de 1995 para cá, uma taxa média de crescimento real da renda de 2,4%, o que representa um crescimento "per capita" inferior a 1%. Fernando Henrique, o outro Fernando e outros cinco chefes de Estado tiveram um desempenho medíocre. Foram os perdedores. Foram os anos. Este Governo é, do ponto de vista exclusivamente econômico - indicador simples -, primário, primitivo. Observando o indicador de crescimento concluímos que esse Governo é medíocre, é ano, é perdedor. O resultado disso é que a dívida se multiplicou por dez, e estamos patinando em mediocridade de desempenho econômico. O problema é que a dívida não é só uma trava ao crescimento econômico, conforme a experiência brasileira tem mostrado. E isso vai continuar, se não paramos esse processo. Por quê? Porque existem outras dimensões que transcendem a lógica da dívida individual, familiar.

Quais são esses problemas de enorme magnitude e quais são as soluções? O primeiro problema que tem a ver com a dívida interna e surge como restrição ao desenvolvimento tem relação, inicialmente, com a necessidade de financiamento do setor público. Na realidade, é a diferença entre receita e despesa. O grande dilema no Brasil hoje é o superávit. É necessário arrecadar mais do que o gasto. Aí, vem o arrocho fiscal: mais tributos e menos gastos. A carga tributária brasileira nos últimos seis anos saiu de 25% para, segundo cálculos do meu prezado amigo e grande economista Décio Garcia Munhoz, 33% de carga tributária bruta este ano. Resultado: houve arrocho fiscal no Brasil. Estamos mais pobres, porque nossa renda pessoal disponível está menor, porque pagamos mais impostos e os gastos estão sendo contraídos. Vamos investir, fazer coisas boas? Negativo. Esse financiamento destina-se ao pagamento de juros.

Neste ano, a despesa de juros estimada para o Brasil é alguma coisa entre R\$100.000.000.000,00 e R\$120.000.000.000,00, isto é, algo em torno de 8% do PIB brasileiro, e destina-se ao pagamento de juros.

Se imaginarmos que o investimento é em torno de 16, deixaremos de ter crescimento de 50% no investimento, na renda e no emprego. Estamos andando a uma velocidade equivalente a 2/3 daquela que poderíamos andar, por causa da dívida.

Quando olhamos no jornal que o Brasil vai aumentar o superávit em um acordo com o FMI, de 3% a 3,5%, isso é uma tragédia, é péssimo, porque vai travar o País, não haverá investimento, consumo nem gasto público, significando que a economia não terá demanda. Não havendo demanda, não haverá produção. Sem produção, não há renda. Sem renda, não há emprego, o País trava. O superávit, no caso particular do Brasil, é uma tragédia. O déficit pode ser uma coisa maravilhosa.

Por exemplo, a economia americana está estagnada. O Bush, que não fala francês como o Fernando Henrique, parece que não é tão inteligente quanto Fernando Henrique, disse que vão começar a fazer déficit, que será muito bom para os americanos, e o superávit, uma tragédia para o Brasil.

Em algum momento para a frente, temos de acabar com a idéia de superávit a qualquer preço, pois trava a economia. Não é por outra razão que os países avançados têm tradição de déficit, desde a década de 30, para puxar a economia através de gastos públicos, que é o combustível de economias capitalistas nas quais o setor privado não vê perspectiva de crescimento.

Temos de mudar essa lógica perversa do superávit primário. Se lermos no jornal que o Brasil teve superávit primário, podemos ficar tristes, porque é travamento do País, subdesenvolvimento e mediocridade.

Segunda observação importante: renda. O endividamento é um problema quando o nível de renda está estagnado, quando se tem um crescimento medíocre de 2,4% durante sete anos. Este ano, se tivermos 1,5% de crescimento, será um bom resultado. Mas 1,5% é estagnação de renda "per capita".

O problema do endividamento, no caso brasileiro, transforma-se em uma tragédia porque o País está estagnado. Só minimizaremos o problema do endividamento, se crescermos. Mesmo em um Governo democrático e popular, teremos dívida, mas, em compensação, teremos crescimento. Com taxa de crescimento da ordem de 6% a 7%, reduziríamos o impacto negativo da dívida interna.

É a mesma coisa de estarmos endividados no Banco e no cartão de crédito e nosso salário estar congelado; é um problema sério. Mas, se nossa renda cresce, esse problema se dilui ao longo do tempo. Se continuarmos crescendo a 2,4%, mesmo que as taxas de juros baixem e a dívida não cresça, continuaremos estagnados, com problemas seriíssimos. Daí a necessidade de crescer. Com este Governo, não cresceremos nem neste nem no outro ano.

O primeiro aspecto importante foi chamar a atenção de que o superávit pode ser uma tragédia e o déficit, uma coisa boa. O segundo aspecto é que precisamos crescer. Com esse

modelo e Governo não cresceremos, pelo contrário, pelo padrão histórico brasileiro este é um Governo perdedor e o Brasil continuará perdendo: o empresário e o trabalhador.

Terceiro aspecto importante: prazo. Não poderia comprar uma casa para pagar em cinco anos, mas, se me dão um financiamento de 30 anos, posso comprá-la. O mesmo acontece com a dívida brasileira.

A ação social é determinada pela interação de três variáveis: interesse, normas de valores, ideais e princípios, e algum componente aleatório, que, nas pessoas, vai do preconceito às idiosincrasias e às vaidades e, nas instituições, vai à corrupção e à degradação moral e ética.

Além da mediocridade da alma das autoridades do País, inclusive a do Presidente da República; além da corrupção e da degradação ética e moral, que se vêm acentuando ao longo do tempo; além dos valores do liberalismo tolo e burro, o Governo brasileiro é movido pelo interesse. Foi capturado pelo interesse financeiro internacional; por isso, tem sempre de fazer dívida com prazo curto. Toda semana, o Brasil tem de jogar bilhões de reais no mercado financeiro, porque os grandes Bancos dizem que não aceitam títulos. E o Brasil é capturado por esse interesse.

O Presidente do Banco Central era funcionáriozinho de um megaespeculador; o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento era funcionáriozinho de um Banco americano. O Senador Pedro Simon protocolou denúncia no Senado Federal de que, aparentemente, a festa de aniversário da mulher do Ministro da Fazenda foi financiada pelo Unibanco. Isso não pode acontecer: é feio, é errado, é ilegal.

Nosso Governo move-se pelos interesses do sistema financeiro internacional. Por isso, encurta os prazos da dívida interna. Só por causa disso. Não há determinação de mercado, porque o Governo é o grande tomador de recursos. Como não é burro - pelo contrário, esperto até demais -, faz isso por puro jogo de interesses.

Quarto aspecto importante: os juros. Os juros reais da dívida brasileira são muito altos.

Maria Lúcia, Presidente da UNAFISCO, diz, com razão, que o País segue a lei da irresponsabilidade monetária. O Brasil tem pago, nos últimos sete anos, a maior taxa real de juros do mundo. Do mundo! Isso significa que o Brasil é um paraíso: o País está estagnado, e os Bancos mostram centenas de bilhões de reais de lucro. Os Bancos estão adorando isso. Colocam um garoto de 23 anos à frente de uma tela de computador, comprando e vendendo títulos públicos. Por quê? Porque, em determinado momento, o Brasil, como grande tomador de recursos, pode ter juro real baixo. Querem um exemplo? Uma empresa está com dinheiro na tesouraria. A taxa real de juros em títulos públicos é zero e a inflação está em 10%. Há uma alternativa. Com inflação de 10%, se não colocar em um fundo de investimento com uma taxa de juros de 10%, isto é, se não tiver uma remuneração real zero, perderá 10% com a inflação. Prefiro ter uma remuneração real zero, isto é, não ter perda inflacionária de 10%, do que não aplicar em título público. Não há razão para que o País tenha as taxas de juros reais mais altas do mundo. Podem dizer que tem de ser assim porque não é só a dívida interna, é a dívida externa, portanto temos de trazer capital de fora. Posso fazer uma desconexão. Não preciso atrelar o sistema financeiro brasileiro, o Estado brasileiro, a saúde, a educação, a dignidade e a sanidade do povo ao capital financeiro internacional. A China, muito mais complicada que o Brasil, com muito menos recursos, vem crescendo a 9% ao ano nos últimos 24 anos. Se, a partir de 2003, crescermos a 7%, com juro real zero, com inflação entre 5% e 10% ao ano, poderemos, tranquilamente, ter um déficit primário entre 3% e 4% do PIB, isto é, gastar acima da receita, com investimento, gastos sociais, impulsionar a economia brasileira, e o nível de dívida com relação ao PIB não será alterado. Se o Brasil crescer em juro real zero, poderemos não ter o superávit primário de 3,5%, mas um déficit de 3,5%, que será um combustível importante para a locomotiva da economia brasileira, puxada por um setor público responsável e competente. É só não pagar os juros reais de 10%, 12%, 15% e 20%, como já foi pago, que o mundo só acredita quando aplica aqui no dia 1º, retira no dia 30 e descobre que no Brasil se ganha mais em um mês do que em Nova Iorque ou em Genebra em um ano inteiro. É necessário acabar com essa lei de irresponsabilidade monetária, trabalhar com juro real o mais baixo possível. Ai, usaremos o déficit primário, transformando-o em combustível.

A dívida é um problema por uma quinta razão, os credores. Se todo o povo brasileiro fosse credor do Estado, não haveria o menor problema. Creditariam dinheiro na conta dos grandes grupos, mas também creditariam na conta de todos os brasileiros. Só que todos sabem que o Brasil é o campeão mundial de concentração de renda; disputa com Belise, Honduras e Serra Leoa. É um campeonato da mediocridade. Mas o Brasil tem outra coisa que eles não têm: é pentacampeão mundial na concentração de riqueza. Se o "top" 1% tem entre 15% e 20% da renda, o "top" 1% tem mais de 50% da riqueza, que são fábricas, lojas, escritórios, estruturas residenciais, terras produtivas e não produtivas, jóias, carros, tapeçarias, mas também são ativos monetários reais no bolso, ativos financeiros, títulos públicos.

A dívida interna está na mão da elite brasileira. Então, quando o Governo remunera, real e regiamente, os ricos brasileiros, provoca uma brutal concentração de riqueza e de renda e trava o País. Isso ocorre porque o grande problema é que o capitalista ganha o que gasta e o trabalhador gasta o que ganha. Como ganha pouco, o trabalhador gasta toda a sua renda.

A tragédia do sistema capitalista é a poupança. O combustível do sistema econômico é o gasto, o consumo, o investimento. Só que os "gentistas" brasileiros não estão gastando, estão deixando o dinheiro no Banco, o qual cresce exponencialmente com esses juros absurdos. A consequência disso é que não só se concentra o dinheiro - e aí vem a desigualdade -, mas também existe uma irracionalidade econômica que trava a economia. Esse é um problema. A dívida trava a economia porque se coloca a renda na mão dos ricos, que não a gastam.

Em síntese, o problema da dívida tem uma enorme implicação para o processo de desenvolvimento. Não é apenas um problema de prazo ou de taxa, mas tem que ver com a necessidade de se mudar a angulação em foco, de se trabalhar com um déficit responsável, e não um superávit.

Em segundo lugar, ao resolver o problema da dívida, é preciso ter crescimento, pois, com crescimento, pode-se enfrentar a dívida com responsabilidade, com racionalidade. Além disso, esse crescimento pode vir a ser de 6,4%, de 7% - quem sabe? -, e não de 2,4% apenas.

O terceiro ponto é que não se pode ficar capturado pelos interesses dos sistemas financeiros nacional e internacional, de prazos curtos. Temos que romper com esses prazos curtos, o que é somente um problema de vontade política. Se não querem títulos de 30 anos, vão fazer o quê, com o dinheiro: gastar em sorvetes? Não, vão ter que aplicar em recursos públicos.

Quarto: custo real mais próximo de zero possível. Essa é uma determinação política, não passa pelo mercado. É tolice dizer que o mercado não aceita, quando o Governo é o grande tomador de recursos. Se ele não tomar recursos das empresas, as tesourarias delas vão ficar com sua liquidez empoeçada. É o que chamamos de ter dinheiro, mas não saber o que fazer com ele. Tem que haver o juro real zero, sim. Na história americana, por exemplo, o juro real ficou 2% negativo na década de 70. Portanto, isso é vontade política.

Para concluir, novamente citaria a questão do enfoque de classes. Essa é uma política que está atrelada a interesses de grupos e classes sociais. Não há economia sem jogo de grupos e classes sociais, o qual atende fundamentalmente aos interesses dos sistemas financeiros e privados nacional e internacional.

Finalizando, a dívida trava o processo de desenvolvimento e trava, assim, a capacidade de o Brasil crescer e fornecer serviços públicos de saúde e educação. Nesse sentido, a dívida não só afeta os desenvolvimentos econômico e social, mas também a dignidade do povo, que, de madrugada, tem de ir fazer matrícula em escolas, tem de ficar nas filas de ambulatórios, tem de tratar os médicos como se fossem semideuses, tem de se humilhar. A dívida pública é um endividamento que compromete não só o desenvolvimento, o crescimento, a acumulação de capital, mas também a felicidade do povo, a sua dignidade. E o sentido da vida é exatamente ter felicidade, dignidade e liberdade.

Se a situação continuar como está, haverá um processo de degradação moral e ética desse Governo, desse Presidente. E já está havendo.

Vamos correr o risco de perder a liberdade. Há uma vinculação forte entre o endividamento, a ausência de desenvolvimento, a degradação político-institucional e a perda de dignidade, felicidade e liberdade do povo brasileiro. Quanto a isso não há negociação. Muito obrigado.

Palavras da Sra. Misabel Derzi

Quero saudar todos os presentes, a Deputada Maria José Hauelsen, a Dra. Maria Lúcia Fattorelli, da UNAFISCO, na pessoa da qual saúdo todos os fiscais federais, estaduais e municipais, e quero louvar a iniciativa desta Assembléia, acolhendo este fórum. Saúdo também o Deputado Nilmário Miranda, o Dr. Paulo Edgar Alves, Secretário Adjunto da

Secretaria da Administração, e os ilustres conferencistas.

A minha fala tem um objetivo: após essa exposição dos professores Marcos Arrudas e Reinaldo Gonçalves, devemos estar a nos perguntar qual a versão jurídica dessas colocações.

Sabem que há várias correntes na economia, e, em certo momento, alguém, algum economista ou um sociólogo economista, pode optar por uma solução A ou B. Qual dessas críticas ou soluções estariam consentâneas com a Constituição Federal de 1988. Não sou da área econômica, sou da jurídica, especialmente a tributária, mas ouvindo longamente o que foi dito, tenho a lhes dizer que me parece que a nossa Constituição condena qualquer projeto político econômico recessivo, antidesenvolvimentista e que acentue a concentração de renda, a miséria, a pobreza e a desigualdade entre grupos e entre regiões.

Todos sabem que a Constituição da República de 1988 intitula a Federação brasileira de Estado democrático de direito e coloca como metas essenciais desse Estado a dignidade humana, o trabalho, a igualdade e o desenvolvimento. E determina a esse Estado perseguir a erradicação da miséria, da pobreza, a redução das desigualdades e a implementação dos direitos individuais e sociais. Mas a Constituição de 1988 não criou normas apenas abstratas ou retóricas. Em seu seio, criou instrumentos tributários destinados a implementar esses direitos sociais especialmente os de previdência, educação, saúde e assistência social. Tanto que a Constituição criou as chamadas contribuições sociais que são necessariamente destinadas a custear a intervenção do Estado nesse setor. Traçou as metas, os fins e deu os instrumentos tributários para que se implementasse entre nós um Estado ao mesmo tempo de direito, ou seja, assentado na segurança e na liberdade, e também social, perseguidor dessas metas mais elevadas. Portanto, reforça seu teor igualitário e democrático. A Constituição de 1988, no plano dos orçamentos, obriga ao planejamento, sem dúvida. Além da obrigação dos planos plurianuais de investimentos, as LDOs, há também o instrumento clássico dos orçamentos anuais. Essa Constituição obriga à clareza e ao planejamento das contas públicas.

Essa Constituição acentuou a liberdade. Reforçou o federalismo e reduziu as críticas que se lhe faziam, no País, ao sistema tributário do ponto de vista de sua concentração de recursos em mãos da União. Reforçou a liberdade, porque determina o aumento do poder financeiro dos Estados e dos municípios. Depois da Constituição de 1988, tivemos longo trabalho, que o atual Governo acentuou e reforçou de retorno ao período anterior à Constituição.

É disso que estamos falando agora. Estamos com recursos concentrados nas mãos da União. Regredimos, porque o poder foi concentrado através de muitas estratégias jurídicas, políticas e econômicas em mãos da União. Os nossos ilustres professores de economia nos disseram que há um desequilíbrio econômico. Parece que isso está dito em todos os jornais e manuais que tenho lido.

Esses professores nos relataram que há um crescimento sistemático da dívida pública, um crescimento vertiginoso da dívida externa, há uma desaceleração elevada do crescimento econômico. Estamos em pleno quadro recessivo. Há um crescimento do déficit no setor público, há um saldo negativo total da balança comercial e das transações comerciais. Há uma fragilização do Real em face ao Dólar e uma política de juros elevadíssimos. Tudo isso acentua o atraso no desenvolvimento, a estagnação econômica, o aumento do desemprego, o aumento da miséria e da pobreza e o aumento da injustiça social e da concentração de renda. Tudo isso que lhes disse como consequência é flagrantemente anticonstitucional.

Estamos trabalhando os paradoxos brasileiros na direção oposta sinalizada pela Constituição. Vou citar alguns sintomas jurídicos de que a posição adotada pelos professores economistas presentes é uma posição confirmada por normas, leis e reformas posteriores à Constituição de 1988. Vocês terão a sinalização jurídica de que esse fenômeno acusado pelos sociólogos e pelos economistas é real.

Os ilustres professores demonstraram preferência por uma escola econômica, mas essa preferência já está antes adotada pela Constituição Federal. Neste País, supõe-se que os economistas sejam livres, mas precisam saber que não são. Eles vivem numa ordem jurídica, e antes a nossa Constituição traçou metas a atingir. Isso não é uma escolha que algum economista e algum condutor de política monetária do Branco Central possam fazer: ou dívida, ou povo; ou dívida, ou gente; ou orçamento humano, ou não. Não há essa liberdade como supõem os economistas e aqueles que governam.

Só que se fez tudo para responsabilizar quem se desatrele da política econômica, social, monetária e financeira do Governo Federal.

É tão correta essa análise que o Governo Federal fez aprovar a Emenda à Constituição nº 27/2000, que permite reduzir e atenuar os instrumentos tributários criados pela Constituição de 1988 para custear a área social. A Emenda à Constituição nº 27 permite ao Governo Federal desviar 20% da arrecadação de impostos e contribuições que se destinam a custear o social. O desvio, na prática, já ocorria, já houve muitas denúncias, desde o Governo Fernando Collor. A Constituição não se cumpria, até que se resolveu legitimar o ilegítimo, por meio da Emenda à Constituição nº 27. Depois, fizeram-se várias outras: a de concentração de recursos; outra transferindo recursos dos Estados à União; os fundos de estabilização fiscal.

Lembro aos senhores a Lei de Responsabilidade Fiscal. Há muitos políticos, Deputados, Governadores e Prefeitos que têm medo de criticá-la. Por quê? Porque se fez uma enorme propaganda de que essa lei combate a desonestidade, de que esse é seu objetivo, o que não é verdade; uma coisa nada tem que ver com a outra. Mas, como devem lembrar, no início deste ano, quando os novos Prefeitos assumiram os cargos, os jornais trouxeram reportagens com o seguinte teor: ao sair, o Prefeito anterior levou cadeiras, computadores, mesas etc., que pertenciam à administração pública. Por isso, foi feita - disse o Governo - uma Lei de Responsabilidade Fiscal. Vejam que o Governo fez uma pesquisa, em que exatamente a lei que condena uma mudança, a Lei de Responsabilidade Fiscal, obteve 80% de aprovação popular, porque todos querem combater a corrupção. Mas há um desencontro e uma desinformação; por isso, este Fórum é essencialíssimo e deve-se tornar núcleos e molas de difusão da realidade.

A Lei de Responsabilidade Fiscal tem um lado positivo, não tenham dúvida. A Constituição de 1988 prima pelo planejamento e pela transparência, mas, na prática, sempre temos tido atuação imediatista, nunca planejadora, e muitas vezes não transparente. Assim, já que a Lei de Responsabilidade Fiscal obriga à elaboração, por cada município brasileiro, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem algo de bom. Há uma grande massa de municípios que, apesar do que determina a Constituição Federal, nunca elaborou uma Lei de Diretrizes Orçamentárias. Então, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem um lado bom, e é isso que torna ainda mais difícil criticá-la.

Mas essa lei está preocupada com uma política monetária e fiscal de controle da relação entre receita e despesa, para assegurar aos nossos credores, vou-lhes dizer, que temos condições de honrar os nossos compromissos. Chego a admitir que, até aí, tudo bem, mesmo com todos os prejuízos, mas o objetivo é endividar mais ainda. Se temos algum espaço, não é possível deixar uma reserva sequer para outro setor - tudo tem de ser canalizado exatamente para o setor financeiro. Então, nessa lei há limites para tudo - essa é a regra de ouro do equilíbrio orçamentário que nela vigora, que era a regra dos Clássicos, repelida durante décadas pelo Estado Moderno, pelas teorias de Keynes, de Hansen, nos Estados Unidos, por Beveridge, na Inglaterra - "Trabalho para Todos" é a obra de William Beveridge.

Bem, a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece limites para tudo - para as despesas com o pessoal, a seguridade social, a dívida pública externa e interna -, proíbe a renúncia de receita e determina regras para a concessão de garantia; só não traz limites para as despesas financeiras, que podem subir. Em nosso País, não temos uma lei que responsabilize alguém por erros gravíssimos, que comprometem gerações e são muito mais importantes do que esse tipo de erro. Não temos uma lei de responsabilidade pela política monetária; não temos uma lei de responsabilidade social. Temos um passivo social de miséria e de injustiça gravíssimo, mas não nos preocupamos em responsabilizar alguém. A política do Presidente do Banco Central está fora de controle - pode usar o que restar, o saldo do FMI, se decidir; pode fazer o que quiser e comprometer gerações. Mas, pensemos em um Prefeito do interior do Estado, honesto, que resolve não exonerar, porque não há emprego na cidade e o quadro é de recessão econômica, e ele, keynesiano, entende que, se segurar a demanda, mantendo as pessoas com renda para o consumo, a economia incipiente daquele município não se atracará. Aí, não exonera, e, se isso estiver fora dos limites, terá cometido ilícitos gravíssimos e é execrado, quando na verdade é um problema da política econômica que foi adotada em virtude da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A lei não responsabiliza a política de juros altos suicida, como já denunciou aqui o Prof. Reinaldo. E o mesmo Arminio Fraga disse aos credores internacionais para não investirem em Minas Gerais. O Presidente do Banco Central sequer quis se informar sobre as razões do Estado de Minas para mover ação de anulação do acordo de acionistas feito no Governo anterior com o sócio estrangeiro da CEMIG, um acordo que contraria a Constituição do Estado, a lei de regência da CEMIG e a Constituição Federal. Sem saber em que circunstâncias o acordo foi firmado, com um sócio minoritário, numa sociedade de economia mista que controla as decisões do sócio majoritário, sem saber as razões que tinha o Estado, filiou-se incondicionalmente ao sócio estrangeiro e disse no exterior: "Não invistam em Minas, o Estado não merece confiança". Ajuizamos ação no Supremo. Mas, contra esse alinhamento automático ao seu credor sem saber as razões de 17 milhões de habitantes de Minas Gerais, não há nenhum questionamento.

Enquanto o povo não conseguir entender o que se passa, o risco é de que continue tudo igual. Se um Prefeito ou um Governador - é claro que louco - mandar afixar o seguinte aviso na Prefeitura: "Senhores credores do município, prestadores de serviço e fornecedores, não honrarei os contratos deste município, a não ser que depositem a minha comissão no

Banco tal, que enviará os recursos para as Ilhas Cayman". Se ele colocar esse aviso enorme na sua Prefeitura, o que isso tem a ver com a Lei de Responsabilidade Fiscal? Nada. Não há um dispositivo nessa lei para resolver esse tipo de problema. Ele terá cometido um crime comum, será responsabilizado por improbidade administrativa, sofrerá sanções civis, de acordo com as leis já existentes em nosso País. Mas há uma confusão engendrada, de modo que não se pode conversar entre nós, porque poucos são aqueles corajosos que sabem que não serão confundidos se disserem a verdade.

Quero até honrar aqui o Prefeito Célso de Castro, que nunca teve medo dessa lei, de ser confundido com alguém corrupto, e fez as críticas que tinha de fazer na hora certa. Mas não são todos. Há uma desinformação, em geral, e um receio de se falar o que de fato tem de ser falado.

Há muitos outros sintomas e decisões jurídicas que são confirmação exata daquilo que nos foi exposto. Estive muito atenta às exposições dos Profs. Reinaldo e Arruda exatamente para dizer se havia, do ponto de vista jurídico, algum reparo a fazer. Digo-lhes com toda a sinceridade que acho que esse é um caminho obrigatório entre nós. A respeito desses sintomas e das soluções, como a reforma tributária e a inconstitucionalidade da Emenda nº 27/2000, a tendência e os projetos do Governo Federal que ainda nem foram trazidos à luz, mas que ora são difundidos, confirmam o que nos foi dito pelos professores.

Estamos prontos para aprofundarmos a nossa exposição no momento dos debates. Muito obrigada.

A Sra. Presidente - Esta Presidência lembra que este fórum está sendo realizado graças ao trabalho de uma comissão organizadora que, juntamente com outras pessoas que representam 150 entidades, 150 movimentos populares, preparou, trabalhou e discutiu para pensar e realizar esse fórum social. Aqui, estamos tendo a oportunidade de ouvir pessoas competentes para nos esclarecerem as dúvidas e até levantarem mais dúvidas, para que busquemos outras respostas. A verdade é que só começamos a duvidar quando tomamos conhecimento das coisas e dos erros que existem. Quem não sabe nada não duvida de nada. Além de este fórum nos esclarecer, levanta dúvidas para as quais, com certeza, buscaremos respostas e soluções.

Então, queremos, mais uma vez, parabenizar a comissão organizadora e as 150 entidades que se dispuseram a pensar, a discutir e a preparar este evento, que conta, com muita honra para todos nós, com o apoio da Assembléia Legislativa de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Parabéns aos organizadores, àqueles que mais trabalharam para que este evento acontecesse.

Designação da Coordenadora

A Sra. Presidente - Daremos continuidade aos trabalhos, passando a coordenação dos debates à Sra. Maria Lúcia Fattorelli Carneiro, representante do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial.

Esclarecimentos sobre os Debates

A Sra. Coordenadora - Bom dia. Saúdo os conferencistas, os presentes na Mesa. Vamos passar aos debates. Queria convidar os jovens, esperança do Brasil, para que se acomodem, a fim de participar dos debates. Saúdo os indígenas presentes e todos os participantes que, como nós, acreditam que outro mundo é possível. Vamos dar início aos debates, e gostaria de dar alguns avisos. Em todas as pastas recebidas, há uma carta dirigida ao Deputado Aécio Neves. É muito importante que assinem essa carta e a entreguem na saída ou na Secretaria, porque vamos cobrar dele que encaminhe um projeto de lei que está parado há um ano no Congresso, reivindicando a auditoria da dívida que o Prof. Marcos Arruda mencionou. Então, lembro a todos para que assinem e que entreguem essa carta, porque, no dia 13 de setembro, temos audiência com ele e entregaremos essa carta.

Quero lembrar também que, na parte da tarde, temos oficinas muito interessantes. Podem consultar o caderno de programas, que também está dentro da pasta e escolher uma oficina. Não deixem de participar. Hoje, às 17h30min, teremos uma caminhada cívica. Sairemos da Assembléia e caminharemos, em conjunto, até as escadarias da Igreja São José, na Av. Afonso Pena. É muito importante participar dessa caminhada, para dar visibilidade à sociedade dessa nossa mobilização. Em seguida, na escadaria, teremos o tribunal das dívidas. Vamos julgar essa dívidas, nas escadarias da Igreja São José. O Deputado Luiz Eduardo Greenhalgh participará e será o advogado de acusação. A defesa será feita por um ator, e o Juiz será o nosso Juiz de Direito Arutana Cobério. As testemunhas serão as vítimas desse processo, os índios, os sem-terra, os sem-casa, as mulheres, os negros, os menores de rua, enfim, faremos um julgamento dessa dívida e queremos a participação de todos, que serão os jurados desse tribunal.

É importante salientar que esse tribunal não é uma iniciativa só nossa, está inserido na Campanha Jubileu Sul, presente em todos os Estados do Brasil e em 50 países que estão massacrados por essa questão da dívida. Vamos passar ao debate. As perguntas podem ser feitas por escrito ou oralmente.

Debates

Marcos Arruda, sou de Montes Claros. Na sua fala, disse que 62% do orçamento federal foi para o pagamento da dívida e que, se tivéssemos um Governo de Oposição, este poderia fazer um trabalho de intervenção em relação a essa questão. Posteriormente, disse que deveríamos eleger um Governo popular para que este pudesse, pelo menos, tentar fazer uma política diferente frente ao endividamento financeiro que estamos vivendo hoje. Quero que minha pergunta seja uma forma de indignação contra isso que está acontecendo. Há dois dias, estamos aqui debatendo essa questão. Como podemos falar de um Governo popular, de um Governo que pode fazer essa transformação quando vemos que, num evento como este, em nível de Estado, chamado de megaevento, aqueles que acreditávamos ser Governo popular não compareceram? Os Deputados que representam esta Casa, que poderiam discutir também o assunto com as entidades, com aqueles que vieram de longe, não estão presentes. Qual é o motivo dessa transformação? A responsabilidade dessa transformação do País fica só nas mãos das entidades, dos movimentos populares, dos servidores? Que Brasil é este? Que país queremos construir?

O Sr. William Rosa Alves - Sou Professor em greve da UFMG e membro da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Marcos Arruda disse que muito do que estamos vivendo, até de sustentação na sociedade, viria pelo aporte de recursos que nos geram dívidas. Em fala anterior, José Maria de Almeida, Secretário da CUT nacional, disse: "olhe, o que entra de dinheiro hoje é menos do que o tirado da sociedade, na forma de pagamento do serviço da dívida, "royalties" e outras transferências. O João Pedro lembrou de uma questão. Em termos de base de trabalho neste País, parece que há uma confusão nisso, porque muitos que procuram identificar a esquerda dizem que já vivemos a sociedade do pós-trabalho. A ONU tem relatado que nunca houve tanto trabalho no mundo. Milhões de velhos, pelo sistema geral de aposentadoria, já poderiam ter deixado de trabalhar, mas ainda estão trabalhando. Isso acontece no mundo inteiro, inclusive em países do núcleo do sistema capitalista, Europa e Estados Unidos. Nunca os chamados velhos trabalharam tanto. Entendi que disse que vivemos do dinheiro realmente. Na verdade a sustentação disso tudo é o trabalho. Lembro que a rentabilidade, mesmo que aparentemente se componha mais por renda de outras formas e juros, na verdade, se sustenta pela mais valia, porque é o princípio do processo que pode gerar dinheiro para renda e juro.

Essa é uma questão importante e gostaria de saber o posicionamento da Mesa a esse respeito. Geralmente, temos discutido a dívida em relação a juros e renda, mas não a temos discutido em relação ao trabalho.

Portanto, faço duas perguntas. Foi comentado aqui que, mesmo que haja um Governo Federal democrático-popular, a dívida continuará ocorrendo. Acontece que existe uma racionalidade econômica na qual um Governo de frente democrática popular tem colocado a dívida acima da vida. São vários, e não somente o de Belo Horizonte. Como ficaria essa situação, mesmo se houvesse determinado crescimento econômico? Como é que vêm isso?

Em segundo lugar, no caso da suspensão do pagamento das dívidas, o que pode acontecer em termos políticos, não somente em relação à política externa, porque é considerado um descumprimento no âmbito da diplomacia internacional, mas, internamente, no que se refere aos principais agentes econômicos, o que imaginam que aconteceria no caso da suspensão do pagamento da dívida?

Por fim, com todos os problemas, temos o orçamento público, o controle social público da dívida como forma de despatrimonialização do Estado. É uma pena que não possamos discutir isso, mas duas oficinas discutirão esse assunto hoje à tarde, de forma mais detalhada.

O Sr. Marcos Arruda - Obrigado Sônia e Willian, por suas perguntas e comentários. Esqueci-me de corrigir minha apresentação, que não é de sociólogo, mas de economista. Em relação à responsabilidade com a transformação do nosso País, faço breve referência ao fato de que nós, povo brasileiro, de alguma maneira e de formas variadas temos procurado

lutar pelos nossos direitos, por melhores condições de vida e de trabalho; lutar contra a ditadura militar por 21 anos; lutar contra as corrupções que atravessam a vida das nações e a impunidade; que permite que essa corrupção se perpetue; lutar contra esses abismos de injustiças sociais, de perseguições raciais, de discriminação. Se alguém é credor do Brasil, são os povos indígenas. Todos temos grande dívida para com os povos indígenas, e tudo isso faz parte do que chamo de dimensão da denúncia, da resistência da sociedade em favor de outra ordem social, econômica, cultural, humana.

Mas existe outra dimensão que parece muito débil ainda. É a da sociedade assumindo em suas próprias mãos a sua capacidade de construir o novo dentro do velho. Sinto que temos perdido décadas preciosas. É aquela história dos quilombos, que não apenas escaparam das garras da escravidão, mas que começaram a construir nova ordem social naqueles novos espaços. E, assim, há uma grande quantidade de experiências de construção social alternativa no interior da velha ordem social. É também o que os zapatistas têm tentado fazer no México, chamando o resto da sociedade a se levantar para construir um México inteiro diferente, e não apenas uma universalidade de povos indígenas, procurando criar o seu espaço de direitos e de vida digna.

No Brasil, começamos essa construção na linha de uma nova economia comandada pelos trabalhadores e trabalhadoras, na forma de cooperativas e associações autogestionárias, da construção de redes cooperativas e solidárias que procuram criar um novo mercado, novas formas de intercâmbio, venda e compra de bens e serviços baseados não na competição, mas na complementaridade e solidariedade.

O jornalzinho que receberam, o "Girassol", é expressão de uma dessas redes: rede brasileira de socioeconomia solidária. Esse é só um exemplo de como estamos tentando, não apenas trabalhar na denúncia e resistência, mas também na construção do novo. Não haverá novo baixado do céu, nasce do interior do velho. Nem o novo nascerá de um novo governo federal, ou de novos governos estaduais. Nascerá da conjunção de novos poderes públicos a serviço da sociedade, como a própria sociedade se "imponderando" para exercer o poder democrático, de ser o principal sujeito da economia, política, da sociedade, cultura do Brasil e de suas relações com o mundo lá fora.

Temos de assumir a responsabilidade da luta pela transformação, que não é só de denúncia e resistência, mas também de construção. Em todos os espaços, temos suficientes condições, recursos e capacidade para inovar, desde uma escola, onde as crianças podem fazer alfabetização econômica, organizando-se em cooperativas, articulando-se entre as turmas para operar dentro de uma grande federação de cooperativas, que seria uma escola, por exemplo. E essa escola se articulando com outras, formando grande confederação de cooperativas escolares, em que estudantes, professores e diretores aprendem economia fazendo nova economia cooperativa e solidária, no lugar da economia de guerra, competição e inimizade, que é a capitalista.

Em relação à sociedade pós-trabalho, também tenho posição muito crítica a respeito dessa concepção, defendida na linha de que depois que os trabalhadores não são mais necessários e que as máquinas produzem bens e serviços pela sociedade, o que teremos é uma sociedade do ócio. O teórico italiano Francesco Demasi tem proposta meio reformada com o título de ócio criativo. De qualquer jeito, a idéia de ócio parece-me equivocada. Uma coisa é dar um novo espaço para o lazer, isso é muito importante na vida humana, mas estamos falando de libertação dos trabalhadores e trabalhadoras, do trabalho explorado, oprimido, escravizado, típico do capitalismo, por uma emancipação e revalorização do trabalho humano, que só acontecerá quando o trabalho se tornar emancipado, autogestionário, e o trabalhador, homem, mulher ou jovem, tem direito a ser, ao mesmo tempo, proprietário dos bens de produção e gestor junto com os outros trabalhadores daquela unidade produtiva e de todo o encadeamento dela para produção da grande riqueza social, que é o que constrói uma nação.

Nossa luta é pela libertação do trabalho humano.

O Sr. Reinaldo Gonçalves - A princípio, é preciso saber o que é a dívida pública interna. Quem deve? O Governo Federal; o Banco Central, que é a autoridade monetária; os Estados, os municípios e as empresas estatais devem. A quem devem? Ao sistema financeiro, que são os Bancos; ao sistema privado não financeiro, que são as empresas, e ao resto do mundo.

A dívida externa é parte da dívida interna. Quando a dívida externa ocorre, agrava a interna. E o Brasil ainda tem uma peculiaridade: quando erra, erra muito. Somos diferentes tanto para o que é bom quanto para o que é mau - é reconhecimento universal que nossas elites são particularmente mediocres. Assim sendo, temos um problema: 25% da dívida interna é dolarizada. Quando a taxa de câmbio aumenta 25%, a dívida interna aumenta, automaticamente, em torno de 5%.

Cerca de 1/4 da dívida mobiliária federal é cotada em dólar. Quando o dólar passar de R\$2,50 para R\$3,00 - e não vai demorar muito -, a dívida vai subir. A dívida externa causa impacto diretamente na interna. Por isso, a renegociação da dívida externa é importante; por isso, uma política cambial consequente é importante.

A dívida interna, por outro lado, causa impacto também na dívida externa. O círculo é vicioso. A elite brasileira recebe o dinheiro da dívida interna, ou seja, os juros, e gasta no exterior, fazendo um endividamento externo, que, por sua vez, provoca a dívida interna.

Temos de romper esse círculo, que assim se forma: Fernando Henrique abre o Brasil, as contas externas arrebentam-se, faz-se uma dívida externa, que, para ser mantida, precisa de juros altos. Com tudo isso e o câmbio errado, gera-se mais dívida interna, que concentra renda, provoca mais despesa no exterior e gera a dívida externa, que, por sua vez, gera juros altos, polícia cambial errada e mais dívida interna. Vinculando-se dívida interna à externa, tem-se a concentração de riqueza.

Os três itens fundamentais que marcam a história atual do Brasil é a dívida interna, a dívida externa e a concentração de riqueza.

Resolver um só não resolve nada. Tem-se de enfrentar os três problemas. São essas as três travas fundamentais ao desenvolvimento econômico brasileiro.

A Sra. Misabel Derzi - Complemento a resposta para que os senhores entendam a situação do Estado propriamente dita. A dívida dos Estados e dos municípios, apontados como os grandes vilões da história pelo Governo Federal, cresce sozinha. Minas paga mais de R\$100.000.000,00 por mês, mas sua dívida continua subindo. Os juros são altos. Sem que o Estado contraia uma dívida a mais, sem que haja investimento, estamos em um círculo vicioso. E ficou claro que não é para nos dotarmos de energia, de transporte maravilhoso, de educação brilhante. Esse círculo só premia o setor financeiro. Os senhores podem entender o que aconteceu, por que Minas chegou à moratória. Hoje, o Estado é muito bem administrado financeiramente, mas não só sua situação, como também a de todos os Estados brasileiros, é precária. A dívida foi renegociada com a União, mas continua subindo. E chegou a esse patamar alto porque a União é responsável pela política de juros altos, é responsável pelo câmbio, é ela que dita essa política. Obrigada.

O Sr. Puhui - Bom dia. É grande a satisfação de estar neste fórum, convidado pelo Conselho Indigenista Missionário. Gostaria que o Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, que conta com o apoio de várias entidades, fosse convidado a participar de qualquer evento.

O índio também faz parte de uma entidade e gostaria de participar de todos os eventos para saber o que possa vir a acontecer e o que está acontecendo. Muitas coisas que são faladas, discutidas e elaboradas não têm a participação do índio, e gostaríamos de participar das coisas que estão acontecendo, já que são coisas boas e ruins.

Gostaria de dizer também que nunca houve um índio candidato a Deputado no Estado de Minas Gerais. Estamos lutando para que, nas próximas eleições, tenhamos um candidato índio. Vamos escolhê-lo, para que possa ter um assento nesta Casa.

Hoje, estamos trabalhando para defender os nossos direitos, juntamente com todos vocês. Certamente, vocês trabalham para apoiar os nossos direitos e nossos conhecimentos, mas um índio aqui dentro seria muito melhor, tendo ele o apoio de todos vocês, seja ele de que partido for. Mas é necessário ter um índio aqui dentro para defender os nossos direitos e os seus também, que são os direitos do Brasil, porque todos precisamos de apoio. É preciso ter um índio aqui para que lutemos unidos, defendendo o direito do índio, do negro, do trabalhador, do aposentado, de todos. Isso é o essencial. Não adianta ficarmos somente esperando dos outros. Temos de correr atrás dos nossos objetivos. O importante é sabermos nos defender também das espadas ruins que estão por trás de nós. Sabemos que muitos estão do nosso lado, mas a maioria é contra.

A Sra. Coordenadora - Quero convidar você para a plenária que faremos logo após o debate, justamente para agregar mais entidades ao comitê mineiro. Queremos dar informações sobre o que fizemos, para agregar esse comitê às pessoas de outros Estados que estão aqui, para passarmos as nossas experiências. Convidamos todos os presentes para a plenária que realizaremos logo após os debates, para colocarmos em prática esse pedido.

O Sr. Puhui - Quero dizer que faço parte do Conselho de Minas e de uma organização do Leste-Nordeste, COIN, que fica situada em Palmeira dos Índios, em Alagoas. Sou também representante da minha aldeia, tribo pataxó. Temos uma associação na aldeia.

Gostaria de ler a poesia que fiz:

"Que Brasil é este?

Que Brasil é este, onde nós, índios, não temos direito de viver em paz com as nossas terras em mãos? Por isso que nós, índios, queremos nossas terras para criar nossos filhos em paz e ter todos os direitos com dignidade, neste nosso legítimo país que é o Brasil.

Que Brasil é este, onde nós, índios, não temos todos ao nosso lado, onde nós só temos as minorias destes que são os Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais, Governadores e Senadores, Ministros e até o Presidente que não nos dá valor, mas só dá valor ao exterior?

Que Brasil é este, que nós, índios, temos a comemorar, sem as nossas matas, sem caças e sem pássaros e sem rios com peixes e sem raiz medicinal? Por isso que nós não temos nada a comemorar, mas nós temos a protestar. Nós só podemos comemorar quando as nossas terras estiverem todas demarcadas.

Que Brasil é este, que nós, índios, temos a comemorar? Porque, quando os europeus chegaram aqui, no Brasil, encontraram mais de 7 milhões de índios, enquanto hoje só tem 360 mil índios no Brasil, porque antes nós, índios, éramos a maioria deste nosso legítimo país, hoje somos a minoria, mas somos fortes, fortes, fortes...

Que Brasil é este, que tinha mais de sete milhões e hoje só tem 360 mil índios? Nós sabemos que muitos parentes foram exterminados pelos não-índios. Será que nós, índios, temos que comemorar as violências que aconteceram e sempre acontecem conosco, índios do Brasil? É assim que muitos pensam. Que Brasil é este?"

O Sr. Adriano Lima Correia - Sou membro do Sindicato dos Auditores da Receita Federal. A minha pergunta é dirigida ao Dr. Reinaldo ou ao Dr. Marcos. Com relação à questão da taxa de juros na proposta do Dr. Reinaldo Gonçalves, sabemos que o caráter do capital especulativo, chamado de (...), é modificado da noite para o dia. Então, qual seria o risco, fixando-se a taxa de juros em 0%, da fuga de capitais no País? Qual o efeito colateral disso?

A segunda pergunta é com relação ao prazo da dívida. Temos os credores internacionais, mas esquecemos que a União é credora. Hoje existe, de estoque, na dívida ativa da união, R\$150.000.000.000,00, equivalentes a US\$60.000.000.000,00. E o Governo trata seus devedores com muita benevolência, tanto que propôs os refis. Algumas empresas podem pagar em um século, em um milênio, porque o percentual é ínfimo. Por que o Governo não impõe aos credores internacionais os refis?

A última pergunta é com relação à recente frase do Presidente Fernando Henrique, que disse que a nossa única alternativa é exportar ou morrer. Pergunto: ele está querendo matar os brasileiros? Se está, matemos, politicamente, o Presidente.

O Sr. Paulo Cruz - Quero aproveitar a oportunidade de ter o Marcos Arruda na Mesa e ouvi-lo discorrer sobre um tema que tem me apaixonado ultimamente, a respeito do qual não tenho visto conferencista do gabarito do Marcos Arruda falar: a questão do voluntariado.

Como as dívidas da União, dos Estados e dos municípios têm falido literalmente a Nação, o capital neoliberal tem deixado desassistidos seus trabalhadores em nome até de fazer uma poupança para compra, a preço de casca de banana, das empresas que o Governo neoliberal está vendendo. Então, os trabalhadores das empresas neoliberais estão à míngua, sem carteira assinada, sem férias, sem 13º salário, sem assistência médica, sem nada que lhes diga respeito. O Estado, em nome da política neoliberal do Estado mínimo acaba se retirando também das áreas essenciais. Quer dizer, em nome de não atuar nas áreas não essenciais, acaba não atuando nem nas áreas essenciais, ficando o transporte, a saúde, a educação e outros direitos de cidadania do povo brasileiro sem atendimento. A consequência disso todos já conhecem: a fome, a pobreza crescendo a cada dia. Queria saber se o voluntariado é uma nova reação popular solidária, não só do povo brasileiro, mas de tantos outros povos para amparar seus irmãos desamparados ou é mais uma armadilha neoliberal para conseguir força e fôlego para reativar o capitalismo no mundo?

O Sr. Laudelino Augusto dos Santos - Boa dia a todos. Infelizmente, pudemos, mais uma vez, comprovar que continua a dinâmica perversa que concentra a riqueza e aprofunda a miséria. O poder econômico dá as cartas, o poder político faz o jogo, o poder dos meios de comunicação justifica o jogo feito, o poder repressivo fica defendendo a jogada e até o poder religioso fica abençoando todo esse jogo que está sendo feito.

Tanto o Marcos Arruda quanto o Deputado Anderson Aduato, quando presidía a reunião, falaram que só um governo popular e de esquerda poderia encaminhar no campo político. Neste momento, quero fazer eco ao lamento e à indignação da companheira Sônia, de Montes Claros, para também manifestar o nosso protesto quanto à situação. Vocês vieram do Norte de Minas e nós viemos do Sul, de Itajubá, de Cruzília, de Machado, etc. Notamos e comentamos a ausência dos políticos chamados de esquerda. No primeiro dia, foi uma decepção, embora não tenhamos vindo aqui só por aquilo. Viemos pelo fórum como um todo. Estamos aprendendo muito e partilhando experiências.

Foi uma decepção que aqueles que estão se propondo a ser dirigentes da Nação a partir de 2003 não estejam aqui. Por este Fórum, com esta representatividade autêntica de movimentos populares, de sindicatos combativos e de entidades comprometidas com a população, com certeza, passa a mudança, a Minas nova, o Brasil novo e o outro mundo. Junto com a companheira Sônia, manifesto esta indignação.

A pergunta que vou fazer talvez devesse ser feita a um político, mas vou fazê-la à Misabel, que falou que, se a Constituição fosse cumprida, já seria bom em termos. A pergunta é a seguinte: "O que fazer para que o poder político, que no momento faz o jogo, pare de fazer o jogo da dominação, cumpra a Constituição, inverta prioridades e construa junto com a sociedade organizada o mundo justo e feliz que todos queremos?". Muito obrigado.

A Sra. Coordenadora - Quero fazer-lhe um esclarecimento, Laudelino, e também a todos os presentes nesta plenária. Logo em seguida ao debate, vamos apresentar a todos um documento que nós da coordenação batizamos de Carta de Belo Horizonte, na qual expressamos a nossa indignação pelo fato de os candidatos à Presidência da República não terem vindo participar do debate com as entidades sociais e com as pessoas que estão preocupadas com o futuro do País. Convido a que todos permaneçam aqui, porque, se todos estiverem de acordo com o documento, será considerado a Carta de Belo Horizonte e o documento deste Fórum.

A Sra. Misabel Derzi - O Sr. Laudelino nos questionou com relação a que instrumentos previstos na Constituição poderiam inverter esse quadro.

A nossa Constituição é pluralista, republicana; nossos agentes políticos são eleitos, têm um mandato, cumprem determinado programa, mas há sempre, nos sistemas desse gênero, necessidade de prestação de contas - por isso falamos em responsabilidade social, com a qual não estamos acostumados -, que é fundamental na Constituição da República.

O poder é sempre do povo, por isso seus representantes têm mandato por prazo certo, têm o dever de prestar contas, e, portanto, a oposição é garantida a oportunidade de virar o jogo. Somos pluralistas, e o programa do partido que está no poder está ali transitoriamente.

O sistema é democrático e republicano quando se garante que a oposição, chamada de minoria política - pode ser até que a maioria do povo esteja com a oposição, mas a minoria em termos de poder é chamada oposição -, tenha oportunidade de virar a mesa. É fundamental que os eleitores tenham consciência disso.

A regra de virar o jogo político é sempre a regra eleitoral. A chance de que a oposição venha um dia a virar a mesa. Por isso, mais uma vez é preciso louvar esse tipo de iniciativa. Se fizerem disso algo obsessivo, de esclarecimento do povo, de todas as bases, talvez essa fosse a transformação nacional. Sabem que há o quinto poder: a mídia.

A mídia deve ser esclarecida, pluralista, deve desfazer os equívocos que se instalam e essa neblina que não permite ver. A liberdade depende da informação profunda. Se privarmos o povo da informação, não poderemos virar a mesa nunca.

A Sra. Maria da Conceição Veloso - Também sou professora da rede municipal e estou substituindo a Maria da Conceição. Estamos em greve há mais de 30 dias, e o Governo Célio de Castro, antes da greve, apresentou-nos a seguinte proposta: 2% em setembro e 2% em outubro. A nossa proposta é um aumento de 12% até o final do Governo.

Além de ser um índice pequeno, que não cobre a inflação, engessa o nosso movimento. A alegação é de que a Lei de Responsabilidade Fiscal impede a concessão do reajuste. Desde 1995, tivemos perda de mais de 19%.

A Profª. Misabel fez uma saudação ao Célio de Castro, que teve a coragem de se manifestar contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, o que também vemos com bons olhos. Mas percebemos que há contradição quando se trata da valorização do funcionalismo municipal. Tivemos conhecimento, por intermédio da Vereadora Jô Moraes, de um documento que chegou à Câmara, em que se vê que a folha de pagamento do funcionalismo municipal está em torno de 39%, quando sabemos que o limite colocado é de 54%. É essa contradição que está levando o movimento a uma radicalização cada vez maior, a ponto de provocar que um Juiz determinasse que os professores paguem uma multa de R\$1,00 se não voltarem até segunda-feira - o que, como foi resolvido em uma assembléia muito representativa, não vai acontecer - e que a Prefeitura pague multa de R\$200.000,00 por dia. Não precisaríamos estar vivendo tal situação se houvesse mais disponibilidade da Prefeitura para construir uma proposta negociada por ambas as partes, o que não está acontecendo, como podemos ver até por sua ausência hoje. Quer dizer, em nenhum momento sentaram-se conosco. Mandam um representante que não tem poder; ele vem aqui, mas as coisas continuam no mesmo patamar. Obrigada.

O Sr. Roosevelt Natividade Brasil do Carmo - Sou da Comissão do Conselho da Cidade. Tentando ser breve, iniciarei com uma ilação: todos nós, que temos compromissos sociais e pensamos no bem-estar social de todos no planeta, temos de pensar que os que já são ricos em dimensão moral e humana são um problema a menos para quem tem esse tipo de preocupação. Esse é um lembrete para alguns segmentos que às vezes se opõem aos movimentos - temos de agregar aqueles que têm esse receio. Fiquei inspirado para falar porque estava ao lado de uma jovem que, por todo o tempo, discordava das falas que estavam ocorrendo, em um exemplo até raro neste Plenário, e corajoso, de pessoas com pensamento totalmente contrário ao que está sendo posto, o que é muito democrático. Então, quis fazer essa ilação, antes de passar à segunda parte.

Estou querendo causar impacto. As discussões, aqui, estão ocorrendo pontualmente. Estamos nos preparando para o Fórum Social de Porto Alegre e caminhamos inexoravelmente para mudança em que está envolvido todo o planeta. Em Porto Alegre, estavam presentes representantes de todo o mundo - cada um de nós feito embaixador. Dito isso, minha pergunta fica dirigida principalmente ao Marcos: gostaria que comentasse o fenômeno de tão poucos deterem a riqueza do mundo - algumas dezenas de pessoas e corporações detêm quase 100% da riqueza do mundo -, em detrimento da maioria, dos outros 6 bilhões. Aliás, isso vale o slogan "Algumas Dezenas contra 6 Bilhões". Que fenômeno justifica isso?

E nós, os 6 bilhões, devemos desautorizar essa posse, que é indevida. Nós, membros do Fórum, temos que falar das mudanças radicais que teremos de fazer. Estão nas nossas mãos. Temos que desautorizar essas riquezas, que existem por um consentimento muito bem montado numa rede. Possivelmente, estruturam-se em dois patamares, que são a força militar e, hoje, o conhecimento de ponta. Nesses dois segmentos é que nós, do Fórum, temos que atuar. É cooptar as forças armadas que sustentam essas riquezas e os cientistas que detêm os conhecimentos, que também são sustentáculos dos donos dessas riquezas.

O Sr. Evaristo Garcia de Mattos - Dra. Misabel, fizemos um levantamento das fontes de onde são tirados os recursos para atender aos compromissos com a dívida. Da seguridade social, é de 88% a 90%. Do REFIS, como foi falado, é 109.800.000.000. E há também o BPC -, Benefício de Prestação Continuada. A Constituição garantia aos pés-na-cova, como eu, aos leprosos e deficientes físicos um salário mínimo, para não dependerem dos filhos e netos. O Sr. FHC acha que é uma farra recebermos um salário mínimo. Infelizmente, com a Medida nº 1.729, isso passou para um salário mínimo para quatro pessoas que vivam sob o mesmo teto.

Examinando os acordos da dívida brasileira, em 1989, o Senador Severo Gomes constatou a existência de cláusulas abusivas, como a de renúncia antecipada a qualquer alegação de soberania. Antes de fazer a dívida, o Consenso de Washington exigiu que renunciássemos à nossa soberania. Não somos mais brasileiros, mas colonos. Como disse o Senador, isso retrata um Brasil de joelhos, sem bríos, inerte e imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidiz de seus credores.

Na evolução da dívida, como mostra este documento, constatamos que está comprometida a nossa soberania. Quem determina as políticas sociais no Brasil é George Soros, conforme o senhor disse. Congelou os nossos gastos com políticas sociais em 1,9%. Se a Nação investe 500.000.000.000,00 em pagamento de dívida, vamos receber 18.000.000.000,00 para política social. Isso é um crime.

Sugiro que, no dia 21/4/2002, seja comemorado o grito nacional em defesa da nossa soberania, respeitando a Constituição de 1988, para não perdermos a liberdade. Vamos em frente.

O Sr. Hélcio Queiroz - Bom dia. Sou professor em greve do CEFET. Tenho duas perguntas. Para o Reinaldo: ouvimos falar em moratória, em suspensão, em não-pagamento da dívida. Gostaria que sintetizasse e tentasse justificar a sua posição - moratória? suspensão? não-pagamento? -, tentando descrever as conseqüências para a população de cada uma ou da opção que defende. Marcos: você disse que o futuro está com a juventude. Em 1979, eu tinha 18 anos - hoje tenho 40 -, era estudante, nesta cidade, do 3º ano do 2º grau, hoje ensino médio. Fizemos passeata em Belo Horizonte e acabamos levando a maior surra da polícia. Ouvimos dizer que éramos o futuro. Hoje tenho 40 anos, sou professor, estou ensinando a juventude dizendo isso; você e o Reinaldo vêm aqui, falam todas essas coisas, e fico pensando: o que a juventude vai pensar, depois, quando tiverem 40 anos? Será que continuarão acreditando que o futuro é deles? Quer dizer, como conseguimos ser otimistas em um país que tem esse tipo de tratamento para a educação, o município em greve, os professores federais em greve? Quer dizer, com a educação em greve, que futuro tem este País?

O Sr. Reinaldo Gonçalves - Na verdade, boa parte das perguntas têm a ver com a questão do déficit público. É impressionante a influência dos meios de comunicação e do Governo no pensamento da sociedade, quanto a essa idéia de que devemos ter sempre superávit. Na realidade, essa é uma política do Governo para defender os interesses do sistema financeiro, da elite brasileira. O Governo segue a linha da menor resistência e se beneficia desse tipo de atitude. Imaginemos que alguém aqui tenha um filho na escola e, no mês de março, precise comprar muitos livros. Descobre, então, que no mês de março ganhou R\$1.000,00 e gastou R\$1.000,00, não dando para comprar o livro. O que faz? Pega dinheiro emprestado e vai comprar o livro para o filho estudar, o material escolar. É provável que os pais de boa parte de vocês, no mês de março, tenham se endividado. Valeu a pena? Claro que sim. Vai demorar um ano, seis meses, três meses para pagar isso. Não importa, é um sacrifício, mas é um investimento em educação, assim como alguém que ficou doente tem que comprar medicamento, etc. Então, endividar-se e ter déficit em determinado momento não é um problema. O ideal é que se tenha uma poupança que cubra isso, mas, se não se tiver, que se endivida. O que não se deve fazer é pegar dinheiro com agiota, porque, daqui a 30 dias, tem-se que pagar 25% de juros, além do constrangimento moral que se corre o risco de ter. A situação brasileira é exatamente essa. O Fernando Henrique colocou o Brasil na mão de um agiota, o sistema financeiro internacional e o sistema financeiro privado.

Então, o endividamento em si não é o problema, se for racional, se for conseqüente. Quantos de nós compramos imóveis, casas, etc., endividamo-nos, mas não de forma irresponsável e inconseqüente?

É preciso acabar com este mito criado pelo Governo de que, todo mês, tem que haver superávit, sacrificando a saúde e a educação do povo brasileiro para poupar dinheiro e pagar agiota. Isso é estupidez completa. É por isso que o Brasil está andando para trás.

Com relação à pergunta, dívida externa é tema importante, mas mais complicado de se solucionar que dívida interna, pois os adversários são mais poderosos. No entanto, isso não significa que não vá haver enfrentamento. Tem que haver. A regra número um da economia é: não há benefício sem custo, ainda que haja custo sem benefício. Então, tem que haver enfrentamento, litígio.

Da mesma forma como há "menu" de opções para se enfrentar a dívida interna, para a dívida externa também há, e vai da moratória parcial à auditoria da dívida, à ilegitimidade do endividamento externo com custo duas vezes maior que o internacional. Por que pagamos 11, e o mundo paga 5? Fazer esse tipo de questionamento é importante e pode significar grande abatimento da dívida externa brasileira.

Existe, portanto, conjunto de estratégias, "menu" de opções que pode ser usado no enfrentamento. É claro que vai haver problemas. Se a sociedade acha que, para enfrentar dívida interna, dívida externa e concentração de riqueza, não vai ter problema, pode desistir, porque todo benefício tem um custo e, nesse caso, significa enfrentar o sistema financeiro

privado internacional, o nacional e a elite brasileira.

O pior adversário é a elite econômica: está dentro de casa. O pior adversário é a turma que financiou a campanha de Fernando Henrique e vai financiar a campanha de candidatos que vão manter os seus interesses. Não tenho a menor sombra de dúvida quanto a isso.

Sobre o juro real zero, é possível técnica e politicamente. É óbvio que vai haver implicações, como, provavelmente, impacto inflacionário, quando a classe média, que tem dinheiro aplicado, tiver que tirá-lo e comprar bens, carros, casas, terrenos, etc., apesar de os grandes detentores continuarem sendo as grandes empresas e os Bancos. Como consequência, o preço dos ativos reais vai subir, como o da terra, o das ações, o dos imóveis de luxo. Mesmo assim, isso não tem grandes influências no País. Por exemplo, pode até ser que um imóvel de quatro quartos numa área nobre de Belo Horizonte, que custa, hoje, R\$200.000,00, passe para R\$400.000,00. Mas o que temos a ver com isso?

Além disso, se acompanharmos uma política de juro real zero com imposto sobre riqueza e taxarmos em 20% o patrimônio dos ricos, dos que têm acima de US\$1.000.000,00, quando os ativos reais subirem, a arrecadação, o imposto sobre riqueza aumentará. Portanto, a sociedade ganha. Então, vai haver benefícios, custos, alguma inflação, mas também haverá arrecadação de imposto sobre riqueza muito maior e, assim, benefícios sob a forma de ganhos sociais.

Que vai haver problema, vai. Perderemos em alguns, mas ganharemos em outros. O fato é que, para acabar com o problema da falta de dignidade, felicidade e liberdade do povo brasileiro, temos que quebrar esse círculo vicioso que a dívida interna, a dívida externa e a concentração de riqueza criaram. E não tenham dúvida de que - repito - o grande adversário é a elite brasileira. Os nossos inimigos têm nome, endereço, carteira de identidade, CPF e certidão de nascimento com naturalidade brasileira. Não se esqueçam disso. Muito obrigado.

O Sr. Marcos Arruda - Primeiro, quero dizer uma palavra de agradecimento ao companheiro pataxó pelo poema, que é de uma força enorme, mobiliza-nos a estar solidários, especialmente neste momento em que vai haver uma grande conferência contra o racismo na África do Sul, onde essa temática é muito controversa. A maneira de se interpretar racismo está em debate. Temos que lutar por uma melhor, mais justa e correta interpretação. É uma luta política que está em jogo, muito mais que uma luta de conceitos. Então, nossa solidariedade para com eles, para com os negros, para com todos aqueles e aquelas que hoje estão no foco dessa conferência.

Um toque rápido no tema da suspensão e de seus riscos. Esse tema é muito importante. Todo o tempo, os meios de informação colocam como única alternativa ao pagamento das dívidas interna e externa o calote. Usam o termo "calote" com má intenção. Na verdade, não é de calote que trata a proposta de moratória e renegociação soberana das dívidas. Calote seria dizer: "Devo e não vou pagar". Em uma moratória, poderia ser dito: "Devo, mas não posso pagar agora". Vamos renegociar para pagar amanhã ou depois. Poderia também querer dizer: "Devo, mas não tudo o que vocês dizem que eu devo". É por isso que a auditoria é tão fundamental. Ela já tem um precedente na história brasileira. Em 1931, o Governo Getúlio Vargas, com Oswaldo Aranha, fez uma auditoria e descobriu que grande parte da dívida que o Brasil pagava à Inglaterra não tinha correspondência em nenhum contrato escrito. Eles pararam de pagar aquela parcela da dívida, mas nem chegaram a pedir indenização pelo que já tinha sido pago indevidamente. O que queremos é auditoria para identificar: que dívida a gente tem que pagar, como povo brasileiro? Que dívida já foi quitada e não deve continuar a ser paga? E, quanto à dívida que deve ser paga, em que condições isso deveria ser feito? Alguns pontos abordados pelo Reinaldo já servem de pistas para a gente renegociar.

E há outras propostas mais, como, por exemplo, limitar os pagamentos a uma certa parcela das exportações, como fizeram com a Alemanha depois da guerra, ou a uma certa parcela do balanço comercial, o que ainda é mais inteligente, porque estimula o exterior a comprar mais do Brasil, caso queira receber pagamentos da dívida. Mas, se vender mais que comprar, não receberá nada. E por aí vai. Há uma série de propostas. Não temos tempo para elaborá-las. O importante é a gente não ir na onda dos meios de informação. A proposta de renegociação soberana não tem nada de calote. Portanto, tem toda a legitimidade.

O terceiro aspecto: temos um outro projeto de lei em discussão no Congresso e que não tem progredido. Ele foi apresentado pela Campanha do Jubileu 2000, no ano passado. Seria o Brasil fazer o gesto de cancelar a dívida dos países devedores do Brasil que tenham um Produto Interno Bruto menor que o nosso. É um gesto para dizer aos demais países que os mais ricos do mundo deveriam tomar a mesma iniciativa conosco, os outros países endividados. E isso até hoje não andou no Congresso. Precisamos fazer pressão para que ande.

Há, ainda, uma série de perguntas de pessoas que, de alguma maneira, tocaram na mesma problemática, que talvez se resuma nesta questão: Afinal, por que o sistema está criando crescentes desigualdades? O que podemos fazer para visualizar uma outra caminhada? Essa identificação de que a força militar e o conhecimento são temas-chave e mais o tema da crescente desigualdade e dos mecanismos que a geram, assim como dos atores que alimentam isso, como o Grupo dos Oito, o FMI, o Banco Mundial, o BID, a OMC, etc., parece-me que têm que ser complementados com uma outra dimensão do problema. É a dimensão de quais são os valores, como disse o Reinaldo, que estão por trás da lógica dominante.

Parece-me que há um valor central que chamo de "eu sem nós", é a ideologia do individualismo totalizante, colocando o indivíduo no centro de tudo. Já se tentou uma alternativa equivocada, que foi substituir a lógica do "eu sem nós" pela do "nós sem eu", desprezando a pessoa humana, a diversidade, tentando criar uma falsa unidade do coletivo como única saída. Para mim, a única saída é complexa, é o "eu e o nós", ao mesmo tempo valorizando a diversidade e a construção de unanimidades a partir da diversidade, e não, à custa da diversidade.

Isso vale para a pergunta da Lena a respeito de se é possível conceber um Estado soberano no mundo da globalização. Para mim, é fundamental lutar pela soberania nacional, dos Estados e dos povos em cada nação. Por isso, é tão importante a soberania dos povos indígenas na Nação brasileira. O Brasil deve ter sua soberania respeitada como fundamento para qualquer articulação internacional, em que a soberania e a diversidade são respeitadas, e, ao mesmo tempo, cooperativamente, construímos uma globalização diferente dessa, cooperativa e solidária, que só pode acontecer na base do respeito e acolhimento das diferenças nacionais e populares de cada país e nação.

A pergunta do Dada foi sobre descentralização. Parece-me que ela é fundamental, mas caminha no mesmo sentido. É preciso que seja afirmativa da soberania de cada comunidade, de cada pessoa, construindo do local até o global, do pessoal até o nacional e o global, uma ordem em que as hierarquias de articulação e coordenação se façam de baixo para cima, em que a fiscalização tenha por objetivo fortalecer a riqueza da diversidade. É fundamental ganhar o Estado, colocar um governo popular, mas ele não poderá transformar nada se não estiver cercado de pressão da sociedade civil, que se organiza cada vez melhor para exigir que seus interesses, e não os das elites, prevaleçam. Obrigado.

A Sra. Misabel Derzi - Quero lembrar que a Constituição Federal, em lugar do individualismo, que tem sido apontado como a característica da sociedade pós-moderna, aqui repelida pelo Prof. Arruda, fala em solidariedade. Coloca como núcleo central o nosso Estado. Portanto, a Constituição aponta na direção da defesa da liberdade, da descentralização, da democracia e da solidariedade, em busca de uma sociedade melhor. Isso nos coloca no centro da resposta, do diálogo.

O Sr. Evaristo levantou uma questão interessante sobre assistência social em nosso País. Mergulhamos em uma globalização, na abertura de mercados, na tendência a formarmos mercados regionalizados e nos preparamos para isso.

Realmente, há desemprego até na Europa; o fenômeno moderno gera isso, mas os europeus se prepararam.

Os salários dos desempregados em alguns países desenvolvidos são de US\$600,00, sem prazo, ou de US\$800,00. O fenômeno foi tão importante na Alemanha, por exemplo, que a faixa de isenção do Imposto de Renda, pessoa física, teve de ser elevada, porque alguns, abusivamente, entendiam que era melhor deixar de trabalhar e viver às expensas do Estado do que ganhar um pouco mais se esforçando e cair nas malhas do imposto.

O que quero dizer é que, na Europa, a globalização e suas consequências se fazem de forma menos cruel que no Brasil. Estamos suportando um grau intolerável de crueldade social.

Vou me concentrar em duas perguntas, que se referem à Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal é um modelo que não é só do Brasil. Foi importada da Nova Zelândia, e a Argentina, provavelmente, vai implementar algo similar. Foi ditada pelo FMI, o que está dito e confessado em seu "site", à disposição de todos. O Congresso Nacional melhorou bastante a lei da Nova Zelândia. Ainda há de se dizer isso.

Quando se fala em Lei de Responsabilidade Fiscal, não se está falando de algo pequeno, mas de um instrumento jurídico importante no modelo atual. É fundamental que entendam isso.

O Sr. Cláudio Vilaça, representante da Associação dos Jornalistas do Serviço Público, fez a seguinte indagação: "Existe algum aspecto positivo na Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente quando a administração dos municípios aplica os recursos públicos indevidamente em saúde, educação, saneamento e pagamento de funcionalismo?".

A Lei de Responsabilidade Fiscal não trata de aplicação indevida da forma como está sendo colocada aqui. Se há desvio, corrupção, favorecimento, nepotismo no serviço público, a Lei de Responsabilidade Fiscal não trata disso. Concursos públicos farsados dizem respeito à Lei de Improbidade Administrativa; corrupção diz respeito ao Código Penal e à improbidade, também com consequências políticas, civis e administrativas. A Lei de Responsabilidade Fiscal não trata disso. Não vamos confundir a questão ideológica. Se não desfizermos esses equívocos, não compreenderemos o que está acontecendo. Como foi pergunta de um jornalista, é importante que isso fique bem claro.

Há três perguntas feitas em consequência de eu ter me referido ao Prefeito Célio de Castro. Respondo à primeira: não tenho condições de lhes dizer, caso haja o aumento pretendido pelos servidores municipais, se haveria comprometimento à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal. Se houver, as consequências serão graves: pessoais para o Prefeito e institucionais para o município, porque a lei chega ao requinte de punir o povo. O povo de Belo Horizonte será punido.

Proibir que transferências voluntárias da União ou do Estado sejam endereçadas ao Município de Belo Horizonte, porque diz respeito à Lei de Responsabilidade Fiscal, é uma sanção institucional e política. Está punido o eleitor. Quem mandou votar errado? Votou no administrador que se desalinhou da política federal? Está punido. É absolutamente inconstitucional esse tipo de sanção, mas não sei dizer se isso está acontecendo na realidade.

Teria de examinar as contas do município. Não sei se há margem de negociação. Se o Prefeito estiver certo, o ato é nulo. Se a Prefeitura atingir a margem de risco, é anulável. Se o Município de Belo Horizonte já estiver fora dos parâmetros, é absolutamente nulo o aumento concedido. As sanções são tantas que nem adianta querer. Pode-se até conceder, mas o Prefeito que assumir, ou alguém com uma ação diz que o ato é nulo, porque contraria a lei. Comecem a pensar de forma mais geral, não estritamente corporativa, e estudem esse problema mais a fundo. Temos de ter limites. Não podemos ser absolutamente corporativos. A Constituição fala em solidariedade, mas as sanções que essa lei traz não são apenas de ordem pessoal, para punir o agente administrativo, nem de ordem objetiva; são institucionais, de cunho eleitoral, políticas. Punem o povo de Belo Horizonte ou de Minas Gerais. A concentração política, em decorrência, é fortíssima. Recentemente, viram um projeto de segurança pública em que os Governos Estaduais não queriam fundir a Polícia Civil com a Militar. O que o Governo Federal fez? Se não fusionarem, não haverá transferência de recursos voluntários. O jornal "Estado de Minas" acertou quando disse: "Estados chantageados". É isso mesmo. Com isso, a concentração é inadmissível, em um País que se diz federativo. Obrigada.

O Sr. Paulo Edgar Alves - Antes de responder à pergunta formulada pelo Sr. Henrique Teixeira, do SEBRAE, cumprimento a Deputada Maria José Hauelsen, pela condução dos trabalhos, e, na pessoa da Dra. Maria Lúcia, estendo meus cumprimentos aos demais integrantes da Mesa. Cumprimento também a todos os presentes, cuja manifestação é muito importante, principalmente por se tratar de um auditório em que a maioria é de jovens, demonstrando preocupação com a dívida externa, assunto de extrema relevância. A dívida externa acaba impactando de forma negativa Minas Gerais, cujo Governo é obrigado a repassar para a União, anualmente, uma cifra em torno de R\$1.600.000.000,00, para amortizar uma dívida que nunca é amortizada, porque cresce mês a mês, em função das taxas de juros praticadas pelo Banco Central. Como todos sabemos, esses recursos são essenciais ao Governo, para aplicação na área de saúde, educação, segurança, construção de estradas, etc. Esse debate é muito importante para que no futuro possamos mudar um pouco o rumo dessa situação financeira.

Henrique pergunta: "As políticas econômicas no Brasil estão sempre de acordo com o interesse dos poderes da Nação. Qual é o posicionamento de nossas Forças Armadas em relação a essa situação?". Não é só das Forças Armadas. Esse perfil tem de ser moldado em função de toda a sociedade, que tem dado demonstração disso. Em passado recente, por meio de movimentos populares, deu-se fim a um Governo ditatorial que perdurou por quase 20 anos. Mais recentemente, a própria população, buscando nova forma de governar, provocou o "impeachment" de um Presidente. Não vejo como a sociedade, independente de qualquer segmento, consiga barrar essa mudança de perfil. A população está cada vez mais participante, mais ativa, e essas necessidades sociais com certeza se sobreporão a qualquer medida isolada que venha dificultar esse desenvolvimento. Obrigado.

A Sra. Coordenadora - Obrigada. Antes de passar a palavra à Deputada Maria José Hauelsen, gostaria de dar um recado do Comitê. Acreditamos, realmente, que o outro mundo é possível, como é o lema desse fórum. Mas esse mundo está por ser construído. E está em nossas mãos. Não podemos ficar à espera de um salvador da pátria que venha do céu, como o Prof. Márcio disse, porque não virá. E nem daqui da Terra virá algum, como não veio a esse fórum conversar conosco. Esse salvador da pátria não existe. É responsabilidade da sociedade tomar essa discussão nas mãos, encaminhar propostas, exigir e mobilizar, porque somente a força da sociedade mobilizada e consciente provoca mudanças.

Por isso, convoco todos a permanecerem aqui para a plenária, para fortalecermos essas questões. O Brasil já não agüenta mais ser espoliado. A nossa história mostra isso em 500 anos: levaram o nosso ouro, a nossa prata, as montanhas, as florestas, dizimaram nossos índios. Agora, a espoliação se relaciona com o endividamento estrangeiro. Temos de estancar enquanto é tempo esse problema, senão ficaremos como a nossa querida vizinha Argentina. A nossa proposta é a auditoria cidadã, como o Prof. Marcos disse.

Quero finalizar repetindo as palavras do colega João Pedro Stédile, que disse que a Nação está grávida de um projeto que está para nascer a qualquer momento. Quero convocar a todos para ajudar nesse parto, para que esse projeto nasça e ainda o vejamos concretamente.

Agradeço, em nome do Comitê Mineiro, ao Presidente desta Casa, Deputado Antônio Júlio, que abriu esse espaço para discussão, a todos os Deputados que nos prestigiaram e, principalmente, aos funcionários, porque foi com a competência e dedicação deles que esse evento se tornou realidade.

Agradeço aos palestrantes por suas brilhantes colocações e incentivos. Que essa indignação que fizeram brotar dentro de nós consiga ser transformada em atitudes concretas. Agradeço ao Prof. Marcos Arruda, ao Prof. Reinaldo Gonçalves e à Profª. Misabel.

A Sra. Presidente - Muito obrigada, Maria Lúcia, pela condução dos trabalhos e dos debates. Quero começar a minha fala, que será breve, lembrando uma colocação do Prof. Hélio Braga, do CEFET. Falou a respeito de sua dívida, sobre se vale a pena continuar trabalhando neste País, fazendo referência aos jovens que são lembrados como aqueles que construirão um futuro melhor. Tenho certeza de que disse isso num momento de indignação e que tem consciência de que vale a pena.

Vivemos numa democracia, que é um processo que não cai pronto e acabado do céu. A democracia é um valor absoluto como a verdade, a liberdade, a justiça, o bem, a beleza. Como todos esses valores, é permanentemente construída. Nesse momento, cada um de nós está pondo um tijolinho na construção dessa democracia e desse mundo melhor que queremos.

Os pressupostos para um país e uma sociedade democráticos são melhor distribuição de riqueza, uma menor desigualdade social, leis justas, entre outros. Mas a lei, por si só, não sai do papel. É preciso que os agentes políticos comprometidos trabalhem para a aplicação dessas leis.

Ouvimos muito bem o Prof. Marcos Arruda falando sobre a necessidade da participação popular para que os agentes públicos, pressionados por uma sociedade organizada, cumpram as leis justas. E a nossa Constituição cidadã teve e tem muitas leis boas, algumas delas podadas pelas medidas provisórias de Fernando Henrique Cardoso. A Maria Lúcia também falou sobre a importância da participação popular e estamos vendo que, todas as vezes em que o povo se organizou, fez barulho, o nosso País deu um passo à frente. Foi assim na história da ditadura militar. Enquanto a luta ficou só para aqueles que eram considerados subversivos, traidores da pátria, mas que por amor a essa pátria estavam sofrendo penalidades, morrendo nas prisões, a ditadura comandava o País. Quando o povo acordou e foi para as ruas, sentiram a necessidade de parar e fazer a mudança. Foi assim na época em que estava se fazendo a Constituição cidadã; foi assim na época do Movimento das Diretas Já e todas as vezes em que há movimento contra corrupção, contra a malversação do dinheiro público. Quando a sociedade se posiciona as coisas começam a tomar um rumo certo.

Quero também fazer referência ao índio Pataxó, que está disposto a trabalhar para que os índios tenham o seu representante aqui. Parabéns por essa lembrança e por esse esforço. É bom que nos lembremos que não se faz história sem o povo nem para o povo. A história é feita pelo próprio povo. E nós, com certeza, estaremos contribuindo para transformar a nossa história.

Quero, mais uma vez, cumprimentar essas 150 organizações populares que pensaram e realizaram esse Fórum Social para um Mundo Melhor, preparando para o Fórum Social do ano 2002, em Porto Alegre. A Assembléia Legislativa se sente honrada em ter apoiado esse fórum social, em ter participado, oferecendo o espaço físico e a cooperação dos funcionários. Antes de encerrar a reunião vamos desfazer a Mesa e reforçar o convite de Maria Lúcia para permanecermos aqui para a nova plenária.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos aos expositores e à demais autoridades participantes, bem como ao público em geral, e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião extraordinária de terça-feira, dia 4, às 9 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária, na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada na edição do dia 4/9/2001.). Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia DA 283ª reunião ordinária, EM 19/9/2001

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.818, que dispõe sobre a notificação ao órgão executivo de trânsito do conteúdo das decisões proferidas pelas instâncias administrativas ou judiciais sobre os feitos relativos a infrações às leis de trânsito e dá outras providências. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado novo relator em Plenário, o Deputado Agostinho Patrús opinou pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.835, que acrescenta os §§ 18 e 19 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.819, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.989, de 30/7/98, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 67, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao art. 127 e pela rejeição do veto ao inciso XIV do art. 67, ao inciso II do art. 119 e ao art. 147.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.827, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura no Estado. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.840, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento a eles de parcelas indenizatórias. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.392/2001, do Deputado Wanderley Ávila, que declara o trecho mineiro do rio São Francisco, de sua nascente até a divisa com o Estado da Bahia, patrimônio paisagístico e turístico do Estado e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Turismo.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 76ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.621/2001, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 22/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.433/2001, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.526/2001, do Deputado Agostinho Silveira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 2.529/2001, do Deputado Djalma Diniz; 2.545/2001, da Comissão Especial do Ensino Superior; 2.548/2001, do Deputado Ailton Vilela.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 60ª reunião ordinária da comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, a realizar-se às 10h30min do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.123/2000, do Deputado João Paulo; 1.327/2000, do Deputado Dimas Rodrigues.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.258/2000, do Deputado João Pinto Ribeiro; 1.422/2001, do Governador do Estado; 1.478/2001, do Deputado Ambrósio Pinto; 1.482/2001, do Deputado Marco Régis; 1.491/2001, do Deputado Rogério Correia; 1.566/2001, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 1.618/2001, da Bancada do PT; 1.683/2001, do Tribunal de Justiça.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 79ª reunião ordinária da comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, a realizar-se às 14h30min do dia 19/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.650/2001, do Deputado Miguel Martini.

Requerimentos nºs 2.517/2001, do Deputado João Batista de Oliveira, e 2.558/2001, do Deputado Geraldo Rezende.

Finalidade: obter esclarecimentos sobre o Plano de Ação do INCRA para o Estado nos últimos anos.

Convidados: Srs. Eloy Alves Filho, Superintendente Regional do INCRA EM Minas Gerais; Marcelo Resende de Souza, Superintendente do ITER; Fernando Henrique Schuffner Neto, Superintendente de Coordenação, Planejamento e Expansão da CEMIG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 3ª reunião ordinária da Comissão Especial do Ensino Superior, a realizar-se às 9h30min do dia 20/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir convidados e discutir assuntos de interesse da Comissão.

Convidados: Prof. Dirceu do Nascimento, Reitor da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP-; Prof. Fabiano Ribeiro do Vale, Reitor da Universidade Federal de Lavras - UFLA-; e Prof. Mário Neto Borges, Diretor Executivo da Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei - FUNREI.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 68ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 20/9/2001

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 1.575/2001, do Deputado João Batista; 1.573/2001, da Deputada Elaine Matozinhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, inciso XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 9 horas do dia 19 de setembro de 2001, destinada à apreciação dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.818, que dispõe sobre a notificação ao órgão de executivo de trânsito do conteúdo das decisões proferidas pelas instâncias administrativas ou judiciais sobre os efeitos relativos a infrações às leis de trânsito e dá outras providências; 14.835, que acrescenta os §§ 18 e 19 ao art. 12 da Lei nº 6.763, de 26/12/75, que consolida a legislação tributária do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; 14.819, que dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 12.989, de 30/7/98, que altera dispositivos da Lei nº 6.763, de 26/12/75; 14.827, que dispõe sobre os custos de análise de pedidos de licenciamento ambiental da atividade de suinocultura do Estado; 14.840, que dispõe sobre a reorganização da Secretaria de Estado da Educação e dá outras providências, e à Proposição de Lei Complementar nº 67, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 34, de 12/9/94, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; do Projeto de Resolução nº 1.739/2001, da Mesa da Assembléia, que consolida as normas que disciplinam a remuneração dos membros da Assembléia Legislativa e dispõe sobre o pagamento ao eles de parcelas indenizatórias, e do Projeto de Lei nº 1.392/2001, do Deputado Wanderley Ávila, que declara o trecho mineiro do rio São Francisco, de sua nascente até a divisa com o Estado da Bahia, patrimônio paisagístico e turístico do Estado e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de setembro de 2001.

Antônio Júlio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Agostinho Silveira, Dilzon Melo, Eduardo Hermeto, Ermano Batista, Márcio Kangussu e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 19/9/2001, às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de, na 1ª Fase da Ordem do Dia, discutir e votar os pareceres sobre as seguintes proposições, sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia: Projetos de Lei nºs 642/99, do Deputado Antônio Andrade; 1.183/2000, do Governador do Estado, e 1.696/2001, do Deputado Geraldo Rezende, todos em 1º turno, e, na 3ª Fase da Ordem do Dia, discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 63/2001

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Márcio Kangussu, Sebastião Navarro Vieira, Cabo Morais e Elbe Brandão, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 20/9/2001, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de apreciar, em 1º turno, o parecer do relator.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2001.

Geraldo Rezende, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Fábio Avelar, Antônio Andrade, Maria José Hauelsen e Miguel Martini, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/9/2001, às 14 horas, na Câmara Municipal de Vazante, com a finalidade de se discutir, em audiência pública, os impactos ambientais e os efeitos sociais provocados pela extração de minério de zinco na região de Vazante.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2001.

José Milton, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Durval Ângelo, Elbe Brandão, Luiz Tadeu Leite e Marcelo Gonçalves, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 25/9/2001, às 16 horas, no auditório, com a finalidade de obter esclarecimentos sobre denúncia de alunos da UFMG a respeito de agressões praticadas por policiais militares. Convidados: Cel. Álvaro Antônio Nicolau, Comandante-Geral da PMMG; Srs. Francisco César de Sá Barreto, Reitor da UFMG; Cristiano CarPELLi Aguiar Pacheco, Presidente do Diretório Central dos Estudantes; José Carlos Oliveira Marques, Coordenador-Geral do Sind-IFEF de Belo Horizonte; Jorge Augusto Roque Souza, representante dos estudantes agredidos.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 2001.

Edson Rezende, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

280ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 12/9/2001

O Deputado João Paulo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, venho a esta tribuna para refletir com os colegas a respeito do atentado terrorista sem precedentes na história da humanidade ocorrido ontem, nos Estados Unidos.

Trata-se de um crime contra a humanidade, e as populações do mundo inteiro, seguramente, devem e têm de se considerar atingidas também, tanto no aspecto humanitário quanto no aspecto econômico. O dia 11 de setembro constituiu um grande divisor de águas, e a partir dele o mundo jamais voltará a ser o mesmo. Poderíamos até plagiar um grande filósofo popular brasileiro, que gravou uma música que dizia: "Daqui para a frente, tudo vai ser diferente". Quer queiram, quer não, evidentemente será.

Como Presidente da Comissão de Relações Internacionais desta Casa, com algum trânsito internacional, e como Vice-Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, entendi que seria oportuno vir a esta tribuna, nesta tarde, refletir, como já disse, com nossos pares sobre questões relativas a esse evento hediondo ocorrido ontem em Nova Iorque, no Pentágono, no Capitólio e em outros locais dos Estados Unidos.

Mas não deixaria de fazer essa reflexão sem oferecer uma contribuição, ainda que mínima, à questão da aviação, que é preocupante. Cala-nos fundo, muito fundo, essa possibilidade de um terrorista, de um seqüestrador, de uma pessoa mal-intencionada acessar, de maneira muito fácil, a cabine de um avião, de uma aeronave em voo, e tornar refém não só o piloto, como também toda a tripulação e os passageiros.

À noite, como presumo que aconteceu também com os colegas, perdi o sono e fiquei a imaginar quantas vezes, em vôos de longa duração, de 10 horas, 12 horas, desloquei-me até a cabine do piloto, depois de fazer aquela clássica caminhada pelo corredor do avião, para conversar com ele. Quer dizer, eu, que não entendo nada de aviação, cujas intenções o piloto desconhecia, simplesmente porque a cabine estava com a porta aberta, entrei e dispus-me a conversar com o piloto, em vários lugares do mundo.

No mês de agosto, fiz uma viagem relativamente grande, da Índia para os Emirados Árabes. Encaminhei-me à cabine do piloto e comecei a conversar com ele a respeito da viagem, do avião, dos lugares. Cabine de avião tornou-se local de atração turística para os passageiros. Vejam bem que, mesmo depois de tantos seqüestros, as autoridades, no mundo inteiro, ainda não despertaram para a gravidade dessa situação e, ao que nos consta, nenhuma delas chegou a aventar uma solução para impedir seqüestros, mudanças de cursos de avião e outras atitudes terroristas.

Acabei de enviar uma carta ao Presidente da EMBRAER propondo-lhe que desenvolva estudos para construir aeronaves com cabines blindadas. Já tomei vários táxis em vários lugares do mundo cujas cabines dos motoristas eram blindadas. Tem-se dificuldade até para conversar com os motoristas, porque as cabines são à prova de som também. Conversamos com o taxista antes de entrar, encomendando o percurso e o destino, mas, durante o trajeto, não podemos conversar com ele. Mas no avião pode. A pessoa se desloca do seu assento, caminha no corredor, entra na cabine e conversa com o piloto. Isso é amadorístico, anti-profissional, idiota mesmo, e já devia ter deixado de existir há muito tempo. E nesta noite indormida, nesta madrugada, inspirei-me a formular essa sugestão para S. Exa. o Presidente da EMBRAER, Dr. Maurício Botelho, no sentido de iniciar a elaboração de estudos para a criação de um projeto que impeça o acesso às cabines das aeronaves pelos passageiros e até por outros tripulantes, como a aeromoça e o comissário de bordo, que, certamente, não têm o que fazer dentro da cabine. Desnecessário dizer que sugeri, também, que as cabines tivessem banheiros e que nelas fossem deixados lanches e refeições para o piloto, o co-piloto e mais alguém cuja presença fosse importante. Devemos refletir bastante sobre essa providência simples. Estando o piloto fora do avião, o acesso à cabine se daria por uma porta exclusiva. Parece-me uma providência simples de ser adotada e que, seguramente, teria evitado esse acontecimento de ontem, que esses aviões fossem tomados por seqüestradores que revivem a figura dos camicases da 2ª Guerra Mundial.

Cuidei, também, de encaminhar um ofício a S. Exa. o Ministro da Defesa, Dr. Geraldo Magela Quintão, no sentido de mandar instalar detectores de metais nos aeroportos mineiros, que ainda não contam com esse serviço. É mais simples entrar no salão de embarque do aeroporto da Pampulha e tomar um avião do que entrar na Assembléia, em que temos detectores de metal nas portarias, que não existem no aeroporto. Seguramente, não deve haver detectores de metais no interior do Estado, como em Uberlândia, Juiz de Fora e outras cidades, cujos aeroportos operam com aviões de portes razoáveis e com um número de passageiros considerável.

Solicitei que essa providência fosse implementada porque preocupa-me muito - não bastassem os horrores que aconteceram ontem - o chamado efeito espelho ou dominó. Todos nos recordamos de que, quando menores atearam fogo num mendigo, em Brasília, eventos semelhantes aquele começaram a se repetir em todo o País. É bem possível que a publicidade que se fez em torno desse evento de ontem faça com que alguém queira reprisá-lo nos vários quadrantes do mundo, ainda que em menores proporções. É bem possível que alguém esteja planejando repetir o que aconteceu ontem.

Propus que, num primeiro momento, detectores de metais sejam instalados nos aeroportos de Minas Gerais. Somos Deputados e devemos dar respostas à nossa sociedade quanto aos problemas aqui vivenciados.

Chamou-me ainda atenção a proporção do que ontem aconteceu nos Estados Unidos. Estivemos à noite toda pensando no que, na realidade, poderia ser a causa imediata dessa barbaridade perpetrada contra a humanidade. Seguramente, a posição do novo Presidente dos Estados Unidos tem muito a ver com essa situação. Depois de tomar posse, enxotou o Protocolo de Kioto, não quis aceitar uma proposta aprovada, de autoria do Primeiro Ministro do Japão, e ainda retirou seu emissário da Conferência de Durban.

O novo Presidente dos Estados Unidos assumiu com o propósito de recrudescer as relações internacionais no mundo e exercitar o imperialismo em proporção ainda maior. É um beligerante conhecido e já governou um Estado onde o seu esporte predileto era mandar para a cadeira elétrica os condenados à morte. Fazia isso com um prazer todo especial. Assumiu a Presidência da República dos Estados Unidos ganhando uma eleição de maneira mundialmente questionada porque não teve a maioria dos votos.

Assumiu alterando o diapasão que era empreendido pelo ex-Presidente Clinton. Todos nos recordamos de Madeleine Albright, que era incansável participante das rodadas de negociações entre as comunidades árabes e o povo judeu, no Oriente. Evidentemente, defendia a pele dos Estados Unidos e da comunidade americana. O Presidente que assumiu recentemente tem maneira diferente de atuar na política internacional. É truculento, vingativo, sanguinário, e certamente sua postura deve ter contribuído com percentual significativo para que os Estados Unidos fossem alvejados ontem de maneira bárbara e cruel. Esse ataque não atingiu apenas os Estados Unidos, atingiu também, aqui no Brasil, o nosso sentimento humanitário. Queira Deus não tenhamos de pagar, do ponto de vista econômico e financeiro, a reabilitação dos Estados Unidos.

Finalizando, a avaliação de que daqui para a frente, tudo vai ser diferente não é apenas do Roberto Carlos e não é daquela data, quando gravou aquela música. É de todos os analistas internacionais, de todos os governos e de todos segmentos que sabem que o que se cometeu foi um crime contra a humanidade e que esta jamais experimentou situação de tamanha barbaridade. A reação dos Estados Unidos é imprevisível e deverá ocorrer.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Fábio Avelar - Srs. Deputados, senhores das galerias, senhores telespectadores da TV Assembléia, em primeiro lugar gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado João Paulo pelo momento de reflexão que traz a todos nós nesta tarde, em vista dos trágicos acontecimentos do dia 11 de setembro, um dia que jamais será esquecido pela humanidade. Não poderíamos, nesta oportunidade, deixar de registrar nosso sentimento de perplexidade e repúdio a essas ações terroristas que, para alcançar seus objetivos, conseguem transformar aviões civis com pessoas inocentes em verdadeiros mísseis.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é um sentimento de agradecimento aos nobres colegas que, por unanimidade dos presentes, aprovaram a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, do Governador do Estado, que teve sua origem numa proposição que apresentamos a esta Casa no final do ano passado, a Proposta de Emenda à Constituição nº 46, um projeto de emenda à Constituição que proibia o Governo de vender a maioria de suas ações da COPASA, que possibilitasse, enfim, sua privatização. Dada a relevância da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de minha autoria, o Governo do Estado encaminhou a esta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 50, que, de certa maneira, englobaria a Proposta de Emenda à

Constituição nº 46 e ampliaria seus objetivos para atender também a CEMIG.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 50, numa tarde memorável, foi aprovada pela unanimidade dos Deputados, cerca de 60 Deputados presentes. Ao agradecer, mais uma vez solicitamos aos nobres colegas o empenho para que essa proposição seja também aprovada pelos Deputados no seu 2º turno, provavelmente ainda esta semana.

Como todos os meus caros colegas sabem, tive uma vida profissional dedicada ao saneamento, à COPASA, onde pude sentir de perto a importância dessas empresas para o povo mineiro. Minha chegada a esta Casa se deveu ao incentivo e ao esforço dos meus colegas de trabalho, que entenderam que deveríamos ter aqui uma voz que lutasse contra a privatização da COPASA. Neste momento é com uma satisfação muito grande que vemos esse objetivo e esse nosso compromisso de campanha atendido. É com um enorme sentimento de gratidão que me dirijo a todos vocês para agradecer o empenho e o apoio dado.

Finalmente, gostaria de trazer aos meus caros colegas Deputados, em particular aos do PPS, a notícia da minha desfiliação desse partido, ocorrida na manhã de ontem, quando entreguei meu pedido formal à executiva estadual do partido, através do nosso Presidente, Paulo Iliasiário. Não poderia deixar de registrar aqui meu sentimento de decepção com a administração do nosso partido em Minas Gerais. Meu ingresso no PPS se deveu a um momento de esperança com a candidatura de Ciro Gomes.

Confesso que me entusiasmei com a sua candidatura e não quero dizer que minha desfiliação a ela esteja ligada. Admiro Ciro Gomes, pessoa que muito tem a contribuir com este País. Tinha a impressão de que poderia desenvolver um trabalho conjunto com a direção do partido, tanto em nível municipal quanto em nível estadual, no sentido de fortalecê-lo e expandi-lo. Mas isso não foi possível. O motivo de minha saída do partido, que tem excelentes propostas, deve-se a questões regionais. Minha decepção baseia-se principalmente no fechamento do partido, em Minas Gerais. Um partido que se fechou em torno de um pequeno grupo, não permitindo sua expansão no Estado, restringindo-se a um pequeno número de pessoas que querem manter seu controle.

Agradeço às Lideranças políticas que me acompanharam e incentivaram, inclusive neste momento difícil em que deixo o partido. Nossa decisão não é isolada, mas amadurecida e tomada em conjunto com as lideranças que fazem parte do nosso grupo político. Agradeço aos amigos com os quais convivi e aprendi a respeitar. Deixando o partido, agradeço a amizade, lealdade e companheirismo de sua bancada, formada pelos Deputados Márcio Kangussu, nosso Líder, Wanderley Ávila, Marco Régis e o Prof. Deputado Luiz Menezes, a quem aprendi a admirar como uma grande liderança.

Deixo o PPS, mas não deixo as amizades que construí.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)* - Caro colega e amigo Fábio Avelar, numa caminhada política, às vezes temos de parar, refletir, e buscar o melhor caminho, aquele que atenda não só aos nossos anseios pessoais como aos do grupo político a que pertencemos. V. Exa. chegou à conclusão de que o melhor seria desfiliar-se do PPS, continuando sua brilhante carreira política em outra agremiação, o que respeitamos.

Quero desejar-lhe o mesmo sucesso em sua vida pública que teve enquanto estava no PPS. V. Exa. é um companheiro leal, que engrandeceu a nossa bancada e contribuiu de forma decisiva para o engrandecimento do PPS em Minas Gerais. Sem dúvida, é uma grande perda. Apesar de lamentar, compreendemos a sua decisão. V. Exa. tem as suas razões, e as respeitamos. Às vezes temos uma visão diferente do quadro do partido, mas a sua amizade e a referência de bom caráter ficarão. Que V. Exa. tenha sucesso e que Deus continue a iluminar o seu caminho e a protegê-lo, não só na sua vida política, mas também na sua vida familiar.

O Deputado Fábio Avelar - Muito obrigado, Deputado Márcio Kangussu, agradeço, até emocionado, as suas palavras. Para mim elas são muito importantes porque, mesmo antes de ser Deputado, já acompanhava a sua trajetória e tinha o privilégio de fazer parte do seu círculo de amizade. Então, esse seu pronunciamento é motivo de incentivo, e jamais o esquecerei. Entrei no PPS com a cabeça erguida e, com a consciência tranquila, o estou deixando. Estou saindo com o sentimento do dever cumprido, com o sentimento de lealdade ao partido e de lealdade a essa bancada que, com certeza, fez um excelente trabalho nesta Casa. Estamos buscando um novo caminho para levarmos para a nossa comunidade, para aquelas pessoas que representamos, a consciência de estar realizando um trabalho à altura de seus anseios. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Dimas Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público das galerias, imprensa, Pirapora realizou do dia 5 ao dia 9 de setembro deste ano a IV Festa da Uva, promovida pela Associação dos Usuários do Projeto Pirapora - AUPPI -, com o apoio da Unifruta e do Grupo IIDA, estando à frente dos trabalhos o Presidente Antônio Serrati Macini, congregando os produtores de uva. Naquela oportunidade foram colocadas à mostra, também, outras frutas produzidas no projeto irrigado de Pirapora, como o mamão, a banana, a tangerina e a atemóia.

A festa da uva é um evento que já conquistou a simpatia da comunidade, também se constituindo em importante atrativo turístico.

Realizou-se também, naquela ocasião, a IV EXPOCIAPI - Exposição Comercial, Industrial e Agropecuária de Pirapora, promovida pela Associação Comercial de Pirapora, sob responsabilidade do Presidente da Associação Comercial, Indalécio Garcia, um dos empreendedores de maior destaque na cidade de Pirapora. A EXPOCIAPI, que reuniu empresários de toda a região, contou com o apoio do SEBRAE, do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste do Brasil, para a organização de uma agenda de negócios.

Os quatro dias da EXPOCIAPI movimentaram negócios da ordem de mais de R\$1.000.000,00, recebendo um grande público de consumidores e autoridades, não só de Minas, mas de outros Estados, certamente também motivados pelo feriado prolongado de 7 de setembro.

A cada ano, esses eventos vêm conquistando espaço como acontecimentos tradicionais na cidade. Muitas pessoas tiveram a oportunidade de conhecer e apreciar a nossa produção de

frutas e também de saber que aquela região produz muitas riquezas e tem um povo criativo e trabalhador, disposto a enfrentar com determinação as dificuldades econômicas.

Foi mais uma oportunidade para o projeto Pirapora dizer à comunidade mineira que está vivo e que os produtores continuam motivados a produzir e a colocar no mercado frutas da melhor qualidade.

Outro evento que também marcou a ocasião festiva foi a realização do 1º Torneio de Pesca Amadora, comandado pelas lideranças dos pescadores, com o apoio do Vereador Beto Fulgêncio, que tem se destacado como grande defensor daquela categoria de profissionais, que são o cartão-postal de Pirapora.

Por isso tenho sustentado desta tribuna - e o mesmo têm feito outros pares desta Casa - que a agricultura é a redenção do Brasil. Temos defendido a necessidade de aumento das linhas de crédito, a redução dos juros bancários, a criação do seguro agrícola e a construção de barragens para perenização dos rios, como forma de incentivos à nossa agricultura.

O produtor rural é sacrificado a todo momento, como vimos, nos últimos dias, a preocupação dos produtores de leite do nosso Estado, sacrificados e obrigados a conviver com prática do preço do leite de cima para baixo, sem que antes sejam avaliados os custos com a produção.

Precisamos unir esforços, para que seja adotada uma política séria para a nossa agricultura. Precisamos de uma política para o nosso leite, a nossa carne, as nossas frutas, e essa é uma responsabilidade do poder público instituído.

Não há dúvida de que o nosso produtor está disposto a produzir mais e colocar o seu produto no mercado, mas é preciso que haja ganho real para esses produtores.

Quero solidarizar-me com os produtores de queijo do Serro, que estão reunidos nesta Casa. Quero parabenizar os produtores do Serro, que produzem ali um queijo de primeira qualidade. O produtor, que não tem condições de enviar seu leite para os laticínios, fábrica seu queijo e, assim, mantém sua propriedade. Senhores produtores, cumprimento-os por essa belíssima reunião.

O povo brasileiro não pode custear os planos econômicos do País nem a vaidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Precisamos constituir uma política agrícola, pois somente a agricultura e a agropecuária resolverão nossos problemas, levando o emprego ao campo. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias e telespectadores da TV Assembléia, gostaria de ter ocupado esta tribuna logo após o escândalo nacional originado nas dependências desta Assembléia Legislativa, mas "convém que deixemos sempre passar uma noite sobre qualquer injúria da véspera", assim recomenda Napoleão Bonaparte, "pois a precipitação é inimiga da lucidez". Já decorrem algumas noites do silêncio recomendado para transpor o período de turbulência vivido ultimamente nesta Casa. Entretanto, quando a repercussão perante a opinião pública atinge a essência do Poder Legislativo, envolvendo os seus membros de forma generalizada, o silêncio prolongado pode confundir-se com submissão, conivência ou confissão de culpa. Ensina a milenar sabedoria chinesa que "não é digno de saborear o mel aquele que se afasta da colmeia com medo de ser picado".

Não é meu intento polemizar sobre a questão salarial dos Deputados Estaduais de Minas Gerais, mas, cobrado pela minha consciência, não posso fugir ao dever de emitir algumas considerações sobre o rumoroso episódio, louvando alguns procedimentos, lamentando outros e sugerindo eventuais medidas no caso.

Infelizmente, louvo e aplaudo a imprensa responsável e séria de Minas e do Brasil, no cumprimento da sua missão informativa e investigativa. Sendo um democrata cioso das minhas convicções, estou convicto de que "não há pessoas nem sociedades livres, sem a liberdade de impressão e de imprensa", como sublinhou a Conferência Hemisférica de Chapultepec, mas entendo que a responsabilidade na informação é a outra face da liberdade.

A minha geração assiste a profunda mudança cultural e comportamental da sociedade brasileira. Notórias figuras do Executivo, do Judiciário, do Legislativo e da sociedade civil são julgadas, condenadas e excluídas da vida pública, e a imprensa é parte importante desse processo. Muitas vezes, é a única instância de uma sociedade agredida, descrente e encurralada. O Brasil não tem piorado, a imprensa é que tem melhorado.

Mas, se louvo e aplaudo a investigação séria, também lamento e repudio a síndrome do denunciismo, resultante de acusações generalizadas, sem a devida análise dos fatos e a qualidade da denúncia. "A liberdade de expressão é um pré-requisito do sistema democrático, mas a responsabilidade ética é o outro nome da liberdade". Essa reflexão é de Carlos Alberto Di Franco, Chefe do Departamento de Jornalismo e professor de Ética na Cáspes Libero.

Na questão salarial dos membros desta Casa, as informações veiculadas, em parte, têm origem em falha administrativa primária dos gestores da Assembléia Legislativa, que não se preocuparam em distinguir a verba remuneratória, o salário, da verba indenizatória para a manutenção do mandato, para viagens, para comunicação, para impresso, para a imprensa, para os eventos, para o apoio logístico nos municípios, para recursos humanos complementares e, até mesmo, para o socorro a entidades filantrópicas e sociais. Essas, com a extinção das verbas sociais, cuja validade não vem ao caso discutir, continuam recorrendo aos Deputados nas suas emergências. Muitas vezes, legítimas e necessárias.

O caso, porém, foi tratado pelos agentes de comunicação como escândalo, e não como informação inteira para a reflexão e para a avaliação da sociedade. As frases pinçadas das entrevistas dos Deputados e os textos mutilados serviram de suporte para as acusações e as denúncias generalizadas. O uso de meia verdade é pior do que a mentira.

Por tudo isso, não posso calar a minha indignação diante de uma reportagem de âmbito nacional, em que apareço proferindo uma frase, extirpada do contexto de longa entrevista. Tal como foi editada, a frase me responsabiliza por conduta menor e incompatível com minha dignidade, com minha biografia de homem público.

A frase, maldosamente fragmentada e dissociada do contexto, ganhou força e eclipsou todo o meu trabalho parlamentar em prol da agropecuária, do cooperativismo, do meio ambiente, da ciência e da tecnologia, da educação, do combate às drogas, da geração de emprego e renda, entre outros.

Não há melhor estratégia para desmoralizar uma instituição do que criar em torno dela grande escândalo, desqualificando seus integrantes.

Quem sabe, um dia, a história desvende quais interesses contrariados ou menores, ardidamente, tramaram todo este episódio, visando desacreditar o Poder Legislativo mineiro. É que na política, como na biologia, não há geração espontânea. Nada acontece por acaso...

Seria oportuno e muito salutar que se aproveitasse o embalo de Minas para chegar aos demais Legislativos. Por que não ao Congresso Nacional, às empreiteiras? A imprensa tem fôlego para tanto. Basta querer...

Por fim, tenho o dever cívico de sugerir algumas medidas, suscitadas por todos esses acontecimentos. E a primeira delas é a mais reclamada, nacionalmente, pela sociedade: transparência total.

Cabe agora - como de resto sempre coube - à Mesa diretora desta Casa o dever intransferível de identificar todos os vícios e defeitos que, ao longo do tempo, se incrustaram nos procedimentos administrativos desta instituição. E extirpá-los de vez. Aqui se há de fazer somente, e tão-somente, aquilo que a sociedade espera de seus representantes, ainda que o preço seja o desgaste eleitoral.

Urge ainda que esta Assembléia reaja, rapidamente, e clareie para a sociedade o seu papel fiscalizador do Executivo e defensor dos anseios do povo. O custo da Casa se avalia pela eficácia ou ineficácia de sua atuação. Pela sua transparência ou não. Pela sua maior ou menor estatura moral. Para o Presidente De Gaulle, "o político mais dispendioso, mais ruinoso, é o político pequeno".

Devemos ser intransigentes e solidários na defesa e na preservação do Poder Legislativo, porque assim estaremos preservando a nossa democracia. Porém, jamais, em circunstância alguma, para acobertar atitudes pouco transparentes e corporativistas.

Os Deputados são personagens transitórios nesta Casa, e disso devemos ter consciência. Permanente é o seu corpo administrativo, que deve ser competente e seguro. Não seria hora de repensarmos o processo de recrutamento dos servidores, inclusive a forma de provimento e duração do cargo de Diretor-Geral?

A transparência exige também a elaboração de mecanismos de abertura do sigilo fiscal de todos os eleitos nesta Casa e a implementação do SIAFI-Assembléia. Quem elege tem o direito, ou melhor, o dever de fiscalizar o seu representante.

O poder público apequena-se, e a imprensa desvia-se do seu curso, quando buscam apenas satisfazer os desejos, e não as necessidades da população. O exercício do poder tem que ser entendido como serviço em benefício de todos. De todos, sem exceção.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, antes de conceder aparte ao Deputado Amilcar Martins, quero dizer que, apesar dos agravos sofridos, reconheço a importância da imprensa livre e soberana como tutora da democracia.

Finalizo minhas considerações postando-me ao lado do Presidente fundador do Partido Democrático Americano, Thomas Jefferson, quando disse que, se tivesse de escolher entre um governo sem imprensa ou uma imprensa sem governo, não hesitaria em escolher a segunda opção.

O Deputado Amilcar Martins (em aparte)* - Caro Deputado Paulo Piau, quero, primeiramente, dizer a V. Exa. da minha satisfação em ouvir seu pronunciamento e cumprimentá-lo por isso nesta tarde. Gostaria de manifestar também a minha solidariedade pessoal. Tenho certeza de que falo em nome de todos os companheiros Deputados, independentemente do partido político.

Registro também o nosso testemunho da sua correção, da sua honradez pessoal acima de qualquer suspeita e, mais do que isso, do seu trabalho como Deputado nesta Casa, que honra a tradição de um Legislativo independente, soberano, que é a Assembléia Legislativa de Minas Gerais. V. Exa. exerce muito bem a sua função de Deputado fiscalizador do Poder Executivo, exerce plena e totalmente essa função. Todos nós somos testemunhas disso. O seu preparo intelectual tem contribuído enormemente em todas as áreas que V. Exa. acabou de elencar e em muitas outras. V. Exa. foi até modesto. Chamo a atenção para a sua contribuição na área de agropecuária, na qual V. Exa. é um especialista reconhecido em todo o Estado e até nacionalmente, na área de ciência e tecnologia, na área do cooperativismo, na área do meio ambiente, enfim, V. Exa. está de parabéns. Feliz é esta Casa, que pode ter o orgulho de contar com um Deputado do gabarito de V. Exa. Meus parabéns.

Deixo aqui a nossa palavra de solidariedade e os meus cumprimentos.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço a manifestação do Deputado Amilcar Martins.

Termino o meu pronunciamento dizendo que o caminho que temos para um Brasil diferente e mudado é o caminho da cidadania. E cidadania se faz com dois investimentos: investimento na educação e investimento na organização da sociedade, papéis que, muitas vezes, não vemos nos governos, que têm essa responsabilidade. Como exigir do governo, se o governo é produto do meio? Como exigir cidadania do empresário, se o empresário é produto do meio? Como exigir do trabalhador cidadania, se o trabalhador é produto do meio? Como exigir do professor em sua sala de aula cidadania, se o professor é produto do meio? Como exigir de um Juiz de Direito uma decisão sábia e justa, se o Juiz de Direito é produto do meio? Como exigir do jornalista cidadania, responsabilidade e ética, se o jornalista é produto do meio? Como exigir do político ética, responsabilidade e cidadania, se o político é produto do meio? Portanto, somos todos produtos do meio, e esta Casa não é diferente. Temos de mudar o meio. E mudar o meio começa pela mudança em nossa própria casa. Essa é a nossa proposta. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Luiz Tadeu Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não há como, no dia de hoje, não começarmos esse pronunciamento sem comentar, lamentar e protestar contra o terrorismo que tomou conta dos Estados Unidos, marcando indelevelmente a história daquele país e a história universal como um verdadeiro genocídio, com milhares de pessoas mortas, vítimas da mais odiosa e covarde forma de protesto, que é o terrorismo anônimo e irresponsável.

Hoje, pela manhã, na Comissão de Direitos Humanos, presidida de forma tão competente pelo Deputado Edson Rezende, foi aprovada moção de nossa autoria, solicitando o envio de um ofício à Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, manifestando a S. Exa. o Embaixador a solidariedade, a presença desta Casa neste momento tão grave. Alguns poderão dizer que tal decisão não terá grande repercussão neste assunto internacional. Ainda assim, temos o dever de fazê-lo, porque a agressão que se faz contra qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, num primeiro momento, é feita contra aquela pessoa, mas, num segundo momento, é feita contra cada um de nós. Ontem, cada um de nós foi vítima daquele atentado. Ontem, foram os Estados Unidos da América. Amanhã, poderemos ser nós.

Pela forma irresponsável com que age o terrorismo internacional, temos de relatar, de sublinhar, de protestar, a fim de que conste dos anais desta Casa, como já constou dos anais da Comissão de Direitos Humanos, a rejeição, o protesto e o desconforto que atos terroristas causam em todos os Deputados com assento neste Legislativo.

A partir de ontem, a história mundial terá um novo contorno. Os Estados Unidos terão de rever a sua política em relação às questões internacionais, porque vinha decidindo muito pela sua própria vontade, pelo humor do seu Presidente, de forma muito isolada. Aquele país isolou-se tanto do restante do mundo que chegou ao cúmulo de não assinar algumas propostas de organismos internacionais, como as referentes ao meio ambiente. A partir de ontem, as atitudes do Governo americano terão de ser revistas. O que acontece hoje nos Estados Unidos repercute imediatamente no Brasil. O que acontece em Minas Gerais repercute de imediato em um país do outro lado do globo terrestre. É uma aldeia global. Temos de respeitar os adversários e os outros países. A partir de agora, haverá grandes alterações. Portanto, prestamos a nossa solidariedade ao povo americano, que, apesar de inocente, sofre por atitudes irresponsáveis de alguns de seus dirigentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o assunto principal que me traz a esta tribuna é uma questão repisada por todos nós, que exercemos tarefa política e administrativa no Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. Temos de falar novamente sobre a questão da seca. Lamentavelmente, nos últimos 20 anos a situação piorou. Quando, por duas vezes, este País teve Presidentes nordestinos - José Sarney e Collor de Melo -, imaginamos que o Nordeste seria redimido, incluindo a região mineira da SUDENE, que integra o chamado Polígono das Secas. A nossa expectativa cresceu quando aqueles dois Presidentes nordestinos, cada um à sua época, assumiram o poder. A situação piorou. Agora, com um Presidente paulista, num primeiro mandato e depois reeleito, não podemos ter mesmo grandes esperanças.

O Norte de Minas e o Jequitinhonha estão cansados de soluções paliativas, de cestas básicas, de alguns poços tubulares, como se fosse solução para o problema. Chega de dizer e de ouvirmos - porque isso também já virou repetitivo - que o Nordeste e o Norte de Minas têm de aprender a conviver com a seca. Já aprendemos, até pela falta de apoio e pela falta de recursos. Mas e daí? Conviver com a seca resolveu o nosso problema em quê?

O desemprego e a fome batem às portas dos Norte-mineiros em Montes Claros, Pirapora, Várzea da Palma, Janaína, Janaúba - refiro-me às principais cidades daquela região -, Bocaiúva, Almenara, Pedra Azul, da própria cidade de Jequitinhonha, e lá vem o Governo com o mesmo discurso - é preciso conviver com a seca - e manda caminhões de cestas básicas, três ou quatro poços tubulares para uma ou outra cidade. Perfura-se o poço, mas ele não é equipado. Na seca do ano seguinte, o mesmo Governo resolve equipar os poços que foram perfurados durante a seca anterior.

Não dá mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não é possível passarmos a vida inteira vendo, a cada dia que passa, nos últimos 20 anos, a seca e a agonia que ela traz. Em frente à cidade de Itacarambi, vi a balsa que atravessa veículos no rio São Francisco ficar encaçada num banco de areia. Se o São Francisco está nessas condições, o que dizer dos demais rios das regiões do Norte de Minas e do Jequitinhonha? Todos estão secos. Muitos deles, a cada período de seca, vão secando mais. Na confluência do rio Peruaçu com o rio São Francisco, uma lagoa que jamais secou está, este ano, inteiramente seca. E vem o Governo Federal com discursos, com promessas, com cestas básicas, com frentes produtivas de trabalho, que agora estão sendo substituídas por outra fórmula, que, no fim, é a mesma coisa: um dinheirinho para contentar alguns desavisados.

Nesse ponto, Sr. Presidente, o Governo Federal tem sido omissivo para com o Nordeste brasileiro, para com o Norte de Minas. Se tivéssemos dois Presidentes nordestinos que não fizeram melhoria, não devemos esperar que um Presidente paulista, que fez um governo voltado exclusivamente para São Paulo, seja sensível à realidade de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro.

E digo mais: o Governo de Minas, também pela falta de verbas e de condições financeiras, infelizmente, não está podendo oferecer o apoio de que a região precisa. Nós, que somos movidos a esperança e que apoiamos o Governador Itamar Franco e seu Vice Newton Cardoso nas últimas eleições, temos esperança de que o Norte de Minas e o Jequitinhonha ainda recebam um grande volume de obras, um apoio desse Governo, que ainda tem mais de um ano pela frente.

Essa é a única forma que vemos de uma atenção mais decidida. Água existe no subsolo do Norte de Minas. Mas não são três ou quatro poços que vão resolver o problema. É preciso termos a perfuração de poços na quantidade necessária, para que o cidadão, querendo, possa trazer água para a superfície, para abastecer a lavoura, para atender às necessidades do gado e a suas próprias. Não é possível não termos uma solução, algum dia, em relação à grave questão da seca que estamos verificando.

Agora mesmo, esta Casa recebe a visita de produtores de leite. Acho que sou um microprodutor de leite, conheço a realidade vivida em Minas Gerais e, em especial, no Norte de Minas. Lá a situação é mais grave, porque, em Montes Claros, instalou-se a fábrica da Nestlé, que, ao que parece, hoje está controlando o preço de tal maneira que só paga o que quer pagar, da forma que deseja pagar. Assim, ela controla os demais compradores do leite, e o preço caiu. Não há estímulo para a sua produção.

Apóio as reivindicações dos produtores de leite do Estado, porque sei a grave situação em que vivem e sei que, hoje, para continuarem produzindo, sofre o homem do campo em nossa região do Norte de Minas, no Jequitinhonha e em toda a Minas Gerais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no último domingo estivemos participando, em Brasília, da convenção nacional em que se elegeu uma chapa liderada pelo Deputado Michel Temer, derrotando a chapa liderada pelo Senador Maguito Vilela. Integrei a chapa do Senador Maguito Vilela, estive participando e votando. Tiro algumas conclusões daquela convenção. Em primeiro lugar, se é possível tirar proveito de uma derrota, tem que ser um proveito positivo, porque o PMDB, representado por uma oposição ao Governo Federal, conseguiu 38% dos votos. Isso garante presença nessa chapa, dentro do diretório nacional. Em segundo lugar, ficou clara a insatisfação da base do PMDB, nosso partido, em relação ao Governo Federal. O peemedebista está de bronca com o Governo Federal, e isso ficou claro na decisão de lançamento de candidatura própria à Presidência da República. E mais: ficou também claro para mim que, infelizmente, tenho que admitir: sou do PMDB desde 1974, fiz minha vida pública humilde e modesta toda dentro do MDB e do PMDB, mas, infelizmente, sou obrigado a reconhecer que o Governo Fernando Henrique Cardoso, hoje, manda no PMDB, pelo menos na sua maioria. E se o Governador Itamar Franco quiser mesmo ser candidato a Presidente da República, infelizmente terá que procurar outro partido, porque o nosso, PMDB, não vai garantir a ele uma legenda para ser candidato, porque o Sr. Fernando Henrique Cardoso não deseja que isso aconteça. E Fernando Henrique, infelizmente, manda na maioria do PMDB nacional, com o nosso protesto, com o escândalo que pudermos fazer. Mas, infelizmente, essa é a verdade, e assim ficou demonstrado. O Governador Itamar Franco, seja para que partido for, terá nosso apoio, porque reconhecemos que é a melhor candidatura, hoje, para o Brasil, e as bases do PMDB concordam. Mas quem manda não são as bases, mas a cúpula, que gosta de verbas e de manter cargos. Podem até tentar engabelar o Governador Itamar Franco até o dia 5, que é o seu prazo final de decisão sobre o partido em que permanecerá, sob pena de não poder sair do partido para ser candidato. Podem até tentar manter a imagem de que teria chance de ser candidato, mas o Governador Itamar Franco, experiente como é, sabe que não pode confiar nessa ala de peemedebistas que vivem de cargos e verbas, que não estão pensando no partido nem na sua ideologia, mas na forma de obter verbas e apoio para atender a interesses muitas vezes inconfessáveis. Infelizmente, essa é a verdade. O Governador Itamar Franco foi o grande vitorioso na convenção de domingo passado, em Brasília, porque foi recebido com o mais alto nível de aplausos e apoio, quando chegou à convenção.

Todos, do Brasil inteiro e do PMDB, respeitam a posição de Itamar Franco, sabem que está numa luta a favor do Brasil, de um nacionalismo sem jaça, de uma capacidade de trabalho inconfessável. É importante que isso fique registrado nos anais do nosso partido. Se alguns mandam no PMDB, se alguns controlam sua cúpula, suas bases, sintonizadas com o povo, estão querendo um candidato como Itamar Franco. Se dentro do PMDB, ao que parece, não terá seu espaço para ser candidato, é preciso que busque outro partido. E estaremos juntos, porque, acima dos interesses partidários, está o interesse nacional. E hoje o Brasil precisa de alguém com capacidade de colocar na cadeia aqueles que estão acabando com as finanças e extinguindo as divisas do Brasil, que estão no atual Governo Federal. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente e Srs. Deputados, quero tratar do extenso trabalho que teve a CPI da Saúde, cujo relatório será apreciado amanhã, às 9 horas. Na verdade, o levantamento que fizemos é um recorte na administração pública do Executivo, especialmente da FUNED, da FHEMIG e em parte da Secretaria da Saúde. Amanhã teremos oportunidade de fazer um debate, quando a CPI, possivelmente na sua última reunião, poderá apreciar o relatório final.

A CPI da Saúde colheu provas e preparou material farto, rico e pormenorizado para ser encaminhado ao Ministério Público, que poderá oferecer ou não denúncia ao Judiciário. A este caberá julgar os atos cometidos, infracionais ou não, durante gestão na FUNED, na FHEMIG e na Secretaria da Saúde. A CPI não tem capacidade para julgar ou para tipificar os crimes, simplesmente colher provas e apresentá-las ao Ministério Público. Um jornal publicou que a CPI da Saúde teria terminado em "pizza". Esse comentário é maldoso, injusto e extremamente depreciativo em relação a um ano de intenso trabalho de investigação, quando foram examinadas quase 19 mil páginas e tiradas conclusões, reunidas em 250 páginas do relatório final. A sociedade deve saber interpretar os fatos.

Vamos encaminhar essa denúncia ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas do Estado, ao Governador e a outras instâncias, para que se tomem as providências devidas.

Percebemos que falta ao Estado planejamento para um gasto adequado de seus recursos, falta controle interno, uma auditoria interna permanente e preventiva, que não existe. As auditorias, quando feitas, são realizadas após o fato consumado. É necessário que o controle externo e as auditorias externas feitas, por exemplo, pelo Tribunal de Contas, possam ser realizadas em conjunto com a ESCAL e a Auditoria-Geral do Estado, no sentido preventivo mas também no sentido investigativo mais apurado.

É necessário dizer ainda que, diante dos fatos levantados pela CPI da Saúde, terão o Legislativo e o Executivo farto material para iniciar o processo de um novo modelo de Estado. Na verdade, percebemos que a Lei nº 8.666, que trata das licitações, foi a grande perdedora nesse processo de investigação.

No momento da licitação arranjam-se subterfúgios para fugir citando a inexigibilidade, quando não há somente uma empresa para disputar a venda. Normalmente, há outras empresas que podem participar da licitação. Constatamos ainda dispensa de licitação quando não há urgência ou emergência para compra de materiais e insumos ou contratação de empresas.

Enfim, a CPI da Saúde, amanhã, terá um momento para um debate maior. A Casa, o Executivo, o Judiciário e o Ministério vão ter em mãos um material de primeira grandeza construído pelos Consultores, por membros da CPI e por dois membros do Tribunal de Contas do Estado, a quem de público agradecemos, porque deram contribuição extremamente importante para a construção da CPI. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elbe Brandão* - Agradeço ao Presidente e ao meu Líder e Vice-Líder do PSDB, que me concede a palavra pelo art. 70.

Três motivos me trazem à tribuna nesta tarde. O primeiro é para fazer a leitura de uma situação colocada pelo candidato à Presidência da República Ciro Gomes, que vai assinada por mim e pela Deputada Maria Olívia. Deixa-nos estarecidas a postura tomada pelo candidato à Presidência do Brasil pelo PPS, o Sr. Ciro Gomes, em matéria publicada no jornal "O Tempo" de 12/9/2001.

Já não bastasse ser uma data que marca a história do mundo quando milhares de cidadãos americanos foram covardemente mortos, Ciro fala que a candidatura da Governadora do Maranhão à Presidência da República é um "pseudofato e teatral".

Ora, questionar a ideologia do PFL, do PT, do PSB, do PSDB e de outros partidos é legítimo e direito garantido a todo e qualquer cidadão brasileiro, já que vivemos num país

democrático.

Não temos a pretensão de estabelecer o gênero feminino como parâmetro de escolha do eleitor: as pessoas votam nas propostas e no perfil do candidato, e não no gênero. Entretanto, não podemos admitir que a mulher seja discriminada. É por mérito que hoje a mulher exerce a cidadania com plenitude, constitui a maior parte da população economicamente ativa e o maior contingente eleitoral no País. Será que o fato de ser mulher a descredencia? É essa interrogação que fica, principalmente em nós, mulheres.

A Governadora, que, no segundo mandato, tem mais de 80% de aprovação, viveu de perto erros e acertos na condução da Nação brasileira quando seu pai foi Presidente; é madura, independente, mãe, avó, gente, prestamos a ela nossa solidariedade e respeito.

Convidamos a Governadora a estar em Minas e falar ao povo mineiro, e não aos partidos. Esperamos que esse ato não seja interpretado como "pseudofato", como coloca o candidato Ciro Gomes, mas como um chamamento de nosso Estado para uma ampla discussão das questões nacionais, já que Minas é o berço da liberdade. Se o presidente Ciro Gomes a despreza, nós, mineiros, queremos conhecê-la. É preciso que as discussões não passem pelas diferenças ideológicas, tampouco pelo sexo, mas, sim, pelo debate de idéias como instrumento legítimo representativo na construção de um Brasil justo. A mulher, tanto quanto o homem, nem mais nem menos, é imprescindível em todo e qualquer processo de evolução da espécie humana.

A poesia é a mais dura versão dos fatos, e diz: para fazer brilhar a nossa estrela, não precisamos apagar a do próximo. Ciro precisa fazer sua estrela brilhar. Cremos que está faltando-lhe discutir o Brasil viável, e não as pessoas que se colocam como alternativa ao País. Esperamos que o nobre candidato não se esqueça de que vivemos em uma democracia.

Enquanto isso, parabéns, Roseane, por ser uma estrela que brilha e traz esperança, força e trabalho para um Brasil justo e real. Minas a espera.

A Deputada Maria Olívia (em aparte) - Nós, mulheres da política, sentimos, na pele, a discriminação, o que é muito difícil para nós. Quando uma mulher como a Governadora Roseana Sarney destaca-se, é logo criticada e tolhida, porque o homem ainda não acredita que a mulher seja tão capaz quanto ele.

E nós, mulheres, temos muito mais obrigações que o homem da política, já que somos mães e temos que participar da educação de nossos filhos; somos donas de casa e temos que administrar nossos empregados; enfim, temos que participar 24 horas, como mãe, dona de casa e política.

Não foi muito feliz esse momento em que o presidente Ciro Gomes tentou denegrir a imagem de uma mulher que está impondo-se, pois teve mais de 80% de aprovação e foi reeleita. Choca-nos a constatação de que ainda não podemos ir muito alto. Nesta Casa, temos um exemplo: somos apenas 4 mulheres, e há 73 homens. Há uma grande diferença, mas, aos poucos, vamos nos impondo.

Assinamos esse documento porque nos sentimos humilhadas por um homem que quer ser Presidente do País. Talvez, não queira o voto feminino, que é muito mais numeroso que o masculino. Lamentamos os fatos que circulam na imprensa, no jornal "O Tempo", pois uma mulher foi atingida por um homem que quer ser o Presidente da República. Será que ele nomeará alguma Ministra? Isso é lamentável para nós, mulheres da política! Muito obrigada.

A Deputada Elbe Brandão* - Agradeço à nobre colega e lembro que, se fizermos chegar o pensamento desse presidente a todas as mulheres brasileiras, sua situação complicar-se-á a cada minuto.

O segundo assunto relaciona-se à fala do Deputado Luiz Tadeu Leite, no que se refere à questão da seca do sertão mineiro. Ele citou os dois nordestinos que passaram pela Presidência do País, mas esqueceu-se de citar que também tivemos, recentemente, um Presidente mineiro em Brasília, o então Governador Itamar Franco. Será que se esqueceu de que Minas faz parte desse sertão?

O sertão Norte-mineiro pode ser um manual de problemas que a história relata em prosa e verso. Mas é, também, um colosso entrancheado, com suas tradições de luta e de eterna sensibilidade, que faz tremer até a terra que nem sempre está em transe. O sol bate forte, a água cai pouco, a fome ronda e assume aspectos de rudeza inimaginável, mas essa gente supera e oferece alternativas que deixam Minas em estado de alerta.

A pequenos passos, entretanto firmes, estamos abrindo caminhos para o Norte de Minas desenvolver todo o seu potencial. Nesse sentido, a Agência Nacional de Águas - ANA -, elegeu a bacia hidrográfica do rio Verde Grande como uma das bacias prioritárias para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Toda a região, sob influência do rio Verde Grande, sofre, durante o período de estiagem, com a falta de água para o consumo humano, animal e para a agricultura. Uma das metas da ANA também é a criação da barragem Viamão, que tem por finalidade a perenização do rio Viamão, no Município de Mato Verde, o abastecimento humano e animal, o desenvolvimento da agricultura irrigada, a piscicultura, a recreação e o lazer. Ou seja, o período de estiagem deixa de ser problema para aquela região. A agricultura será realmente irrigada, e o crescimento de emprego e renda será consequência natural desse processo.

A bacia do rio Verde Grande, que fica no Norte de Minas e Sudoeste da Bahia, abrange uma superfície de 31.000km² e conta cerca de 775 mil habitantes, distribuídos em 35 municípios, 27 em Minas e 8 na Bahia.

Conhecida como uma importante região produtora de frutas, a bacia do rio Verde Grande vem sofrendo uma degradação desordenada ao longo dos anos. A retirada desastrosa de água tem levado a um quadro de crise de escassez que tem provocado sérios conflitos entre os mais diversos tipos de usuários.

Como forma de canalizar a demanda e estar perto do problema, a ANA instalou um escritório técnico no Município de Janaúba. Medida essa que sempre contou com meu incondicional apoio. A criação desse escritório é de fundamental importância para o planejamento de ação efetiva que conduza o processo de revitalização dos nossos rios e, principalmente, para a conscientização da nossa população com relação à questão de que a água representa sobrevivência.

Como mobilização de todos os setores da nossa sociedade, está sendo preparada a primeira expedição da bacia do rio Verde Grande, que irá acontecer entre os dias 14 e 25 de setembro. Essa ampla mobilização visa a organização do Sistema de Gestão e a busca do conhecimento dos principais problemas que demandam soluções por parte dos Governos Municipais e Estaduais, incluindo seus órgãos gestores de recursos hídricos e diversas instituições que atuam na bacia.

Temos um programa pelo qual visitaremos desde a nascente à foz da bacia do rio Verde Grande. Nos dias 14 e 15, estaremos no Município de Bocaiúva. No dia 16 e 17, passaremos por Montes Claros. Estaremos em Janaúba no dia 18; na Jaíba, nos dias 20 e 21; em Espinosa, no dia 21; e chegaremos a Orandi, Bahia, nos dias 22 e 23 de setembro. Finalizaremos a nossa expedição, no dia 24, em Malhada, Bahia. Haverá uma audiência pública para encerrar essa expedição no dia 25. Participaremos divulgando nossos municípios e buscando uma forma racional, partilhada e participativa, com a co-responsabilidade, porque a solução do problema da seca não depende apenas dos Governos Federal e Estadual, mas da articulação, da coordenação e da conscientização da nossa própria população sertaneja que, nesta Casa, faz-se representar por quase 15% dos Deputados.

Agradeço aos colegas que aprovaram, no semestre passado, meu projeto de lei, que visa à redução do ICMS da energia rural na área do IDENE, antiga SUDENE. Esse projeto foi vetado pelo Governador. Tive a grata surpresa de contar com a parceria e a consciência dos nossos colegas Deputados, que, como a Comissão que fez a análise do veto, posicionaram-se pela sua derrubada.

Esperamos que, nesta tarde, os Norte-mineiros, os cidadãos dos vales do Jequitinhonha e do Mucuri, municípios hoje também integrantes da área do IDENE, possam ser beneficiados de modo a terem um instrumento a mais na busca das soluções para os nossos graves e difíceis problemas.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o problema fiscal hoje, neste País, é muito sério e grave. Se, de um lado, temos uma alta carga tributária distribuída de forma desigual, por outro lado, temos, também, uma sonegação violenta. E, enquanto vemos a desoneração, por parte do Governo Federal, das aplicações financeiras nas bolsas de valores do imposto de renda e de outros impostos, vemos, também, o setor produtivo cada vez mais onerado com altos impostos. E a sonegação acaba sendo um outro problema que aflige a sociedade. Há informações da própria Receita de que a sonegação fiscal hoje ultrapassa 50%.

As notícias que trago já são de conhecimento público, divulgadas por meio dos jornais da região de Campinas. Faça parênteses, para registrar o bárbaro assassinato acontecido anteontem, do Prefeito Toninho, do PT, companheiro que conhecíamos, pessoa muito boa, homem público excepcional, comprometido com os pobres.

É triste fazer essa denúncia de sonegação fiscal, em virtude de um fato ocorrido na região de Campinas e que hoje tem ramificações em Contagem e no Espírito Santo, duas regiões com as quais temos muita afinidade. Mas, lembrando o companheiro Toninho, o grande homem público que foi, li hoje um artigo belíssimo, na "Folha de S. Paulo", do educador Rubem Alves. Qualquer um de nós, parlamentares, que lêssemos aquele artigo, com toda a certeza, encontraríamos as razões para o exercício do nosso "munus" público. Rubem Alves, poeta, educador, pastor, contador de histórias, faz um registro belíssimo da relação de amizade que tinha com o Toninho. Esse artigo merece ser destacado, é uma das páginas mais belas com que tive contato nos últimos tempos.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte)* - Deputado Durval Ângelo, gostaria de manifestar a minha solidariedade à família do Prefeito, a todos os membros do PT, a todos que com ele conviveram. Não tive o privilégio de conhecê-lo, mas tenho informações da sua honradez, da sua seriedade, da sua correção como homem público. Há suspeição de que teria sido um crime político, por ter contrariado interesses escusos na administração da cidade de Campinas. Deixo registrado, portanto, o meu repúdio a mais esse gesto de violência na política brasileira. Todos nós, políticos, perdemos uma liderança emergente, séria e honrada. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo* - Obrigado, Deputado. Todos nós, parlamentares, nos entristecemos com a família neste momento.

Rubem Alves, em seu artigo, compara o Toninho com o bom pastor, aquele que dá a vida por suas ovelhas. E termina o artigo dizendo que a sua tristeza maior não era pela morte do Toninho, mas pela crise de esperança que estava vivendo, por ver a barbárie, por ver os maus estenderem os seus tentáculos sobre o lado bom da sociedade.

Eu trago notícia de Campinas. No ano passado, em um depósito clandestino, houve uma grande apreensão de bebidas. Esse depósito tinha ramificações no Estado de São Paulo. Ao se observarem os documentos fiscais dessas empresas clandestinas, foi verificado que a empresa tirava nota fiscal como se estivesse adquirindo os produtos para vender no Espírito Santo, onde a alíquota de ICMS é 7%. Em São Paulo, a alíquota era de 18%. Então, a empresa tinha um crédito tributário.

Essa bebida era vendida no Estado de São Paulo e até em outros Estados. Essas firmas tinham filiais no Espírito Santo e em Contagem. São duas distribuidoras, dois nomes, mas os proprietários são os mesmos. Uma se chama São Mateus, e a outra, Beira-Mar. Elas tinham contrato com uma outra distribuidora, a Cervejaria Cintra, para a distribuição da bebida.

Acredita-se que a sonegação, nesses anos todos, dessas duas firmas, que, também, tinham conexão em Sumaré e Jundiá, seja vultosa. Segundo se fala, cerca de R\$300.000.000,00. Essa é uma operação grave, uma operação fraudulenta, que burlava tanto o Fisco do Espírito Santo quanto o de São Paulo. Na reportagem, havia, também, denúncias de remessa de dinheiro para o interior do Estado.

Esses fatos são graves. Hoje, não sei se essas firmas desativaram a sua sede em Sumaré e Jundiá e estão estabelecidas só no Espírito Santo e em Contagem. Com toda a certeza, é necessária uma ação do Fisco para analisar e investigar essas duas empresas. Se tais delitos aconteceram em Campinas, Sumaré e Jundiá, com certeza, pode estar acontecendo em Contagem.

Nos próximos dias, encaminharei esses documentos ao Fisco Estadual. Temos acesso a uma ampla documentação, que evidencia a fraude dessas operações. Por trás disso, está a ausência de uma alíquota única de ICMS; por trás disso, está a postura de morosidade do Governo, que não fez a reforma fiscal de que este Brasil precisa para praticar a justiça fiscal, crescer e ter recursos para investir em áreas sociais e prioritárias. Hoje, essa diferenciação de alíquota acaba gerando guerra fiscal entre os Estados.

Com toda a certeza, nos próximos dias, alertaremos o Fisco Estadual sobre as distribuidoras São Mateus e Beira-Mar, pois o Estado precisa arrecadar, a fim de investir em segurança pública, em saúde, em educação, em pagamento de servidores. Não podemos permitir que a irresponsabilidade fiscal de alguns poucos empresários acabe contagiando, impedindo ou prejudicando as ações do Governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 5/9/2001, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, 1.576, de 15/12/98, e 1.993, de 20/2/2001, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 2.064, de 2001, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo, conforme abaixo discriminado:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

nomeando Fernanda Gonçalves Barbosa Hall para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

ERRATA

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 1.398/2001

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 14/9/2001, na pág. 21, col. 3, na Redação do Vencido no 1º Turno, onde se lê:

"PROJETO DE LEI Nº 1.152/2000", leia-se:

"PROJETO DE LEI Nº 1.398/2001".